DIFFICULDADES

DA

LINGUA PORTUGUEZA

ESTUDOS E OBSERVAÇÕES

POR

M. SAID ALI
LENTE DO GYMNASIO NACIONAL E PROFESSOR
DA ESCOLA DE ESTADO MAIOR.

LAEMMERT & C.
LIVREIROS
RIO DE JANEIRO — S. PAULO
1908.

Altenburg
Piererschc Hofbuchdruckerei
Stephan Geibel & Co.

Prefacio.

▽

Como se vê pelo titulo, não é intuito deste livro offerecer aos leitores o esclarecimento de todas «as» difficuldades da nossa lingua. Poucas as questões, mas nem por isso menos interessantes, as de que aqui me occupo. As conclusões a que cheguei, fruto de pesquisas proprias, tenho-as revelado em livro ou em revistas diversas. Pouco differindo, em substancia, dos artigos de outrora, esses estudos, reunidos agora em volume, receberam o desenvolvimento que a principio o genero da publicação não lhes permittia, mas, por outro lado tambem, tanto quanto possivel, a clareza e precisão exigidas em uma edição definitiva.

Questões de orthographia, assunto palpitante nestes ultimos tempos, não foram aqui contempladas. Na introducção ao meu Vocabulario Orthographico creio haver dito o bastante. Sem desconhecer a conveniencia da simplificação — reforma, a meu ver, exequivel quando feita lentamente — reduzi ahi a regras praticas o que o uso actual permitte e indiquei algumas modificações desejaveis cuja aceitação se poderia esperar em um futuro mais proximo. Só

1*

o problema dos nomes proprios geographicos requeria mais esclarecimento: dedica-se-lhe no presente livro um capitulo.

E' claro que eu não poderia contar com resultados positivos sem a collecção intermina de exemplos que me forneceu a leitura e exame de textos. Tendo porem chegado a conclusões que explicam difficuldades e mostram a causa das divergencias sobre certas doutrinas, seria enfadonho reproduzir agora o material superfluo. Pelo muito que supprimi creio merecer a gratidão do leitor. Depois da casa pronta não se quer ver andaime. Limito-me pois a mencionar as passagens estrictamente necessarias á confirmação e esclarecimento das proposições formuladas ou que possam pôr em evidencia o infundado de certos preconceitos.

Ainda a proposito dessas mesmas passagens, ver-se-á que sigo traça differente da orientação que julga encontrar no argumento do «magister dixit» a meta do raciocinio. Entendo que se deve ir mais longe: entrar pelo terreno psychologico, averiguar o que poderia ter dictado ao escriptor ora este, ora aquelle modo de falar. Nem a assignatura do autor de um trecho — ou a do grammatico — é o bastante para legitimar a defesa ou condemnação de doutrinas controversas, nem as passagens que citamos podem ser encaradas systematicamente como entidades independentes do contexto.

M. Said Ali.

Phenomenos de intonação.

▽

Quando pela primeira vez se publicou, em suas linhas geraes, o presente estudo, era outro o seu titulo. Refundido e desenvolvido hoje, conservaria ainda o mesmo nome se o termo accentuação infelizmente não suggerisse entre nós alguma cousa como emprego de notações lexicas. Convinha, alem disto, chamar desde logo a attenção para uma parte muito interessante da phonetica, e assim pareceu melhor substituir o nome por outro mais expressivo; o que não quer dizer que a denominação primitiva, segundo a define a moderna phonetica, ficaria menos adequada ao que nas paginas seguintes será exposto.

Base das observações proprias, com relação ao portuguez, foram obras scientificas importantes cujos resultados ou não são devidamente conhecidos entre nós ou se ignoram ainda. Mencionarei, entre outras, a obra de Sievers, que foi introducção ao estudo da moderna phonologia das linguas indo-europeás; o capitulo sobre a accentuação da grammatica comparada

de Brugmann; os trabalhos magistraes de Sweet, de Storm, de Passy, de Victor Henry.

Em tudo o que se segue tenho em vista sempre a linguagem natural, aquella que habitualmente empregamos quando transmittimos os nossos pensamentos. O falar apaixonado, como o affectado, a accentuação rhetorica, como a poetica, são feições particulares cuja analyse não caberia nos limites deste capitulo.

* * *

Que se deve entender por accentuação? O termo suggere-nos varias cousas e é necessario fixar bem o sentido em que o tomamos. Vulgarmente, chamam-se accentos certos signaes que collocamos sobre vogaes para fins diversos. Indicam, antes de tudo, a maior intensidade de voz, a syllaba pronunciada com mais força, e neste caso bastaria uma notação unica. Servem porem igualmente para indicar se a vogal em questão é aberta ou fechada, e a differença se mostra por outros tantos signaes. Em vez de dois accentos, existem tres, mas o seu emprego está sujeito a convenções orthographicas que variam de lingua para lingua. Em portuguez escrevemos com accento agudo *lá, já*, em francez emprega-se o accento grave *là, déjà; ê, é* representam em nossa lingua respectivamente vogal fechada e vogal aberta; em francez é exactamente o contrario, possuindo esta lingua ainda *è* para o segundo caso. O inglez, o allemão e muitos

outros idiomas têm as mesmas letras *e*, *o*, correspondendo ora a vogaes abertas, ora a fechadas, e entretanto dispensam o uso de qualquer signal para differençal-as.

É impossivel pois ao phonetista attender a essas convenções para estabelecer principios geraes; elle é obrigado a desprezar o papel accessorio dos signaes. Se o alphabeto commum é insufficiente para indicar certos matizes de sons, inventa symbolos novos, a cada um dos quaes attribue um valor particular. O carrego sobre a letra vocalica, o qual tambem é substituivel por outro signal posto ao lado da mesma letra, ou da respectiva syllaba, serve unica e exclusivamente para marcar a syllaba ou a vogal que se deve destacar d'entre as vizinhas pela pronuncia. Acusticamente, este destaque pode ser produzido quer pela maior intensidade, quer pela elevação de voz, e observa-se tal predominancia na vogal de uma syllaba isolada, numa das syllabas que constituem o vocabulo, e, finalmente, num dos vocabulos cuja reunião constitue a frase. D'ahi a divisão em accento syllabico, vocabular e oracional. E' neste sentido puramente phonetico (e não graphico) que empregaremos os termos accento, accentuação, intonação, tom e tonicidade, sem nos preoccuparmos com vogaes abertas ou fechadas.

*
* *

Em toda syllaba isolada, como muito bem observa Brugmann, em todo grupo de sons emittidos por um só impulso expiratorio independente, há sempre um elemento que se destaca do resto pela intonação; por exemplo *a* na palavra *mal*, *u* em *cruz*. E' este elemento a s o a n t e, nome dado em opposição a c o n s o a n t e*), e é ahi que se acha o accento syllabico.

O vocabulo polysyllabico possue tantos accentos dessa natureza quantas as syllabas de que se compõe; mas é facil de ver que, de entre todas, uma se destaca pela pronuncia. E' a syllaba tonica. As restantes syllabas, comquanto fiquem em plano secundario, não se proferem necessariamente com uma só intensidade de voz; existem graus differentes. Nas palavras *dignamente*, *arbitrado*, alem da intonação principal em *men*, *tra*, ouve-se um accento secundario em *di* e *ar* pronunciado com mais força que o da segunda e da ultima syllaba. E ainda entre estas ha certa differença e a impressão geral é que as syllabas secundarias são alternativamente fracas e semifortes. Em palavras longas, como *constitucionalissimo, misericordioso,* um ouvido delicado perceberá ainda melhor a gradação. Para as necessidades praticas basta em geral dizer qual a syllaba com o accento dominante; para o phonetista porem, a accentuação de uma pa-

*) Sievers, Grundzüge p. 40.

lavra (accentuação vocabular), segundo a definição de Sievers, consiste na caracterisação relativa de todas as suas syllabas.

Mas o vocabulo não se costuma empregar isolado; entra como parte componente de uma oração, a qual tanto nas suas relações phoneticas como nas syntacticas constitue uma unidade, um todo. Nesse todo, na oração, ha por sua vez palavras pronunciadas umas com mais força, outras com menos, umas com voz mais alta, outras com voz mais baixa. Na frase *o homem é mortal* os vocabulos *homem* e *mortal* soam mais fortemente que as palavras *o* e *é*; a accentuação do predicado é mais forte que a do sujeito, e, das duas palavras fracas, o artigo é mais fraco do que o verbo *é*. Logo, a accentuação oracional é a caracteristica relativa de todas as palavras que constituem a oração.

Determinar em um vocabulo a differença relativa de accentuação das suas syllabas, assim como discriminar todos os diversos matizes de intensidade, ou de altura de voz, nas palavras que formam uma oração, é trabalho complicado cujo desenvolvimento não cabe nestas paginas. Contentemo-nos com distinguir tres graus. Nas palavras de nossa lingua, onde a accentuação é devida á maior ou menor força da corrente expiratoria, consideramos apenas *o accento principal*, *o secundario* e *ausencia de accento*. Na accentuação oracional como na vocabular, distinguire-

mos ésses mesmos tres graus, e ás palavras correspondentes chamaremos *fortes*, *semi-fortes* e *fracas* ou *atonas*. Estas ultimas serão *encliticas* e *procliticas*, conforme se encostem ao vocabulo antecedente ou ao seguinte.

*
* *

A accentuação, dissemos, é produzida ora pela força, pela intensidade, ora pela elevação da voz. São duas cousas bem distintas, mas que muitas pessoas confundem. A altura do som depende unicamente do numero de vibrações dentro de um segundo, ao passo que a intensidade é uma questão de amplitude de vibrações.

Um tiro de canhão, por exemplo, produz, em virtude da grande amplitude das ondas sonoras, um som muito mais forte, mais *intenso* que qualquer nota emittida por um flautim, porém os sons deste instrumento, podendo contar para cima de 4000 vibrações por segundo, são com certeza muito mais *altos* do que o tiro de peça.

Na linguagem a analyse acustica descobre um e outro phenomeno, e os phonetistas hoje dividem a accentuação em *dynamica* (expiratoria ou emphatica) e *musical* (chromatica ou tonica). Segundo Brugmann, nenhuma das linguas indo-germanicas teve ou tem exclusivamente a accentuação dynamica, e nenhuma exclusivamente a accentuação musical. Mas

um dos dois processos apparece sempre á nossa observação como dominante e typico para a historia dos sons. O accento essencialmente dynamico apparece, segundo o mesmo philologo, no armenio antigo, nos antigos dialectos italicos, no celtico, no germanico e lithuanio; o accento essencialmente musical no sanscrito e no grego antigo.

No portuguez, como no francez, nas linguas romanicas em geral, no allemão, no inglez, o accento é essencialmente dynamico, e não musical, como alguns suppõem. Este ultimo occorre apenas em casos muito especiaes, como: a interrogação, a exclamação, a linguagem emocional, etc. Segundo Paul Passy,*) na maioria das linguas literarias modernas a accentuação dos vocabulos é dynamica, empregando-se a musical para modificar o sentido geral das frases. A palavra *oui*, por exemplo, pronunciada com sete intonações differentes, tem os seguintes sentidos: 1º *C'est mon avis;* 2º *J'affirme cela*: 3º *Est-ce-vrai?*; 4º *Pas possible!;* 5º *C'est possible, mais j'en doute;* 6º *C'est bien clair;* 7º *Sans doute, au premier abord: mais . . .* Confronte-se em portuguez o *sim* affirmativo, interrogativo, admirativo, exclamativo etc.

Dialectos ha onde se póde observar a accentuação musical; costumamos dizer que os respectivos povos falam cantando. Esse modo de entoar é caracteristico

---

*) Paul Passy, Études sur les changements phonétiques et leurs caractères généraux. Paris, 1890.

no chinez, no annamita, no siamez, onde cada monosyllabo póde significar cousas muito diversas conforme o accento. O dialecto dos mandarins com seus quatro ou cinco modos de accentuar é illustrativo dessa variedade. Storm representa a pronuncia do monosyllabo *ma* do seguinte modo:

Na Europa são notaveis os dialectos scandinavos; em noruego, por exemplo, a palavra *Bönner*, entoada de um modo, significa «camponezes», dando-se-lhe outra intonação, quer dizer «feijões»; *Westen* significa, conforme o accento musical, ora «o oeste» ora «o collete».

Os modernos phonetistas costumam distinguir tres formas principaes de accento musical. Emquanto se pronuncia a soante ou a syllaba, póde a voz permanecer no mesmo nivel, ou elevar-se do nivel, ou abaixar-se; de sorte que temos o accento *plano* —, o *ascendente* ╱ e o *descendente* ╲. Existem tambem combinações dessas formas fundamentaes, como sejam o *ascendente-descendente* e o *descendente-ascendente*, que constituem o circumflexo musical. Em uma destas duas formas tem a sua explicação o perispomeno grego. Em certos dialectos notam-se numa mesma syllaba dois tons bem distintos, que se podem apreciar pelos

intervallos musicaes. Se chamarmos tom fundamental ao tom mais baixo que a syllaba póde ter em uma lingua, teremos no dialecto de Farœ um circumflexo formado pela terça mais tom fundamental; no dialecto de Dalby um composto da terça reduzida mais quinta; na linguagem de Fryksdal contam-se nada menos de tres: um constituido pela quinta mais tom fundamental, outro pelo tom fundamental mais terça, e o ultimo finalmente pela quarta augmentada mais quinta.

Em portuguez, não poderiamos estudar esses curiosissimos phenomenos de dupla tonalidade numa mesma syllaba, nem mesmo estabelecer regras para a modulação simples, salvo o facto da elevação da voz no fim da frase interrogativa, e o da maior elevação ainda na frase admirativa. O accento musical não é, como naquelles dialectos, inherente á palavra. A nossa accentuação caracterisa-se, como já dissemos, pela força, pela intensidade da corrente expiratoria, ficando reservado á accentuação musical o papel de modificar o sentido geral da frase.

*
*   *

Cingindo-nos ao estudo da accentuação dynamica na proposição portugueza, encontraremos um campo de pesquisas, a cujo desconhecimento se devem alguns erros commettidos na interpretação de interessantes curiosidades da linguagem.

Onde se acha a palavra com accentuação mais forte, no principio, no meio ou fim da oração? Parecerá ociosa a pergunta, sabendo-se que a intensidade da pronuncia hade ser proporcional á importancia da idéa, e assim em qualquer lingua a palavra mais fortemente accentuada deveria achar-se indifferentemente neste ou naquelle lugar da oração. Todavia os idiomas têm as suas preferencias: nuns a exactidão do principio salta logo aos olhos pela extrema mobilidade do accento oracional; noutros o accento tende a fixar-se em certo ponto. Exemplifiquemos. A proposição alleman *er hat das Buch* (elle tem o livro), admitte a accentuação principal em cada um dos quatro vocabulos, fazendo-se por esse modo sobresahir á vontade a principal idéa que se queira communicar. Já em portuguez, como nos outros idiomas romanicos, não podemos proceder identicamente com os exemplos *elle tem o livro*, *il a le livre*, etc.; ahi custa-nos deixar de pronunciar com mais força a ultima palavra.

E' notoria esta propensão para accentuar mais os ultimos vocabulos, não só em orações (*eu quero, João quer*), mas ainda em outros casos (*casa grande, homem velho*). Nas frases formadas por substantivo e adjectivo, cujo sentido varía conforme a posição relativa das duas palavras, collocamos sempre em ultimo lugar a idéa principal, isto é, o vocabulo mais accentuado. Comparemos *homem pobre* e *pobre homem*, *pessoa certa* e *certa pessoa*, *noticia certa* e *certa*

noticia. Do mesmo modo, distinguimos *eu lhe digo* de *digo-lhe eu;* num caso, a idéa principal é *digo* (accentuação principal), no outro é *eu* (salientamos o sujeito pela accentuação).

Do confronto entre a nossa lingua e o allemão resulta que a ordem das palavras um tanto fixa em allemão é compensada pela grande mobilidade do accento principal; em nossa lingua, ao contrario, a relativa fixidez do principal accento oracional contrabalança-se, até certo ponto, pela maior liberdade na collocação das palavras.

Dos exemplos citados não se conclua que uma frase portugueza seja incapaz de ter mais de um vocabulo de igual accentuação forte. Basta lembrar que podem existir duas ou mais idéas igualmente preeminentes, como em *homem pobre e feliz; eu digo e provo.* Dada a ordem directa das palavras, e fazendo-se abstracção dos casos de emphase, observam-se, entre outras, ainda as combinações seguintes: 1.º os auxiliares de tempo e de modo têm o accento secundario, os verbos principaes o accento principal (*tens dito*, *quero ir, hei-de ir*); 2.º o verbo *ser* tem accento secundario, o predicado o accento principal (*é rico*, *foi pobre*); 3º o complemento tem o principal, ao passo que o verbo tem o secundario (*tem dinheiro, vai amanhan*).

Essas combinações e outras analogas constituem grupos phoneticos que se pronunciam geralmente

como se os vocabulos estivessem ligados; e uma oração um tanto longa é formada de varios desses grupos, separados uns dos outros por ligeira pausa, como nestes casos:

eu espero | que tu venhas | sem falta | á nossa casa.
não sei | se devo ir.
dai-nos | o pão nosso | de cada dia.

Exceptuando o grupo *dai-nos*, o tom faz-se sentir mais forte na palavra final de cada grupo. O possessivo, de accentuação secundaria em *á nossa casa*, assume outra intonação em *o pão nosso* pelo simples artificio de collocal-o apoz o substantivo.

Sem pretender esgotar o assunto, menciono como vocabulos atonos: a) essencialmente *procliticos:* o artigo, as preposições *a*, *de*, *em*, *com*, *por*, *sem*, *sob*, *para* e outras; as conjunções *que*, *se*, *como*, *e*, *ou*, *mas* etc.; b) *encliticos*, usados tambem como procliticos: as formas pronominaes *me*, *te*, *lhe*, *o*, *se* etc. Estes ultimos não admittem preposição; para tal caso possuimos formas accentuadas: *mim*, *ti*, *si*, *elle* etc.

A negação *não* pode ser pronunciada de dois modos, conforme o caso, v. g. em: *Vens hoje? Não; não posso* (confronte-se o francez *non* e *ne*).

*
* *

Costuma estar no fim do grupo phonetico ou da frase a palavra de accentuação mais forte. Nem sempre se segue á risca este costume; em parte, por-

que a nossa liberdade de transpor vocabulos tem limites; em parte, porque a propria deslocação pode determinar a emphase em outro sentido. A deslocação é anomalia, e a anomalia aguça a attenção do ouvinte. Um termo fora de seu lugar habitual torna-se por isso um recurso da emphase, da linguagem emocional. O objecto, accusativo ou dativo, no começo da frase indica que lhe queremos dar relevo. E' emphatico; tem accentuação forte.

O effeito da emphase em nome ou pronome no inicio da oração muitas vezes não se consegue apreciar em virtude da natural tendencia de accentuarmos com mais força o verbo. Mas a lingua portugueza possue meios de pôr em destaque a palavra em questão. Comparemos *eu disse* com *fui eu que disse*; *eu vou* com *eu é que vou*. E' patente ahi o effeito da lei de contraste que se observa em varias linguas e muitas vezes se applica na metrificação. Em contiguidade com palavra ou locução fraca, atona, dá-nos a impressão de forte, accentuado, emphatico, o vocabulo originariamente semi-forte*). As duas combinações do verbo *ser* com a palavra *que*, igualmente correctas, salientam o sujeito, o complemento, o adverbio, o predicativo, collocados no começo da oração. Na linguagem literaria, assim como na fami-

*) Tambem quando concorrem dois monosyllabos atonos, um delles tende a tornar-se semi-forte; geralmente o mais afastado de uma syllaba tonica.

liar, recorre-se com frequencia a qualquer desses processos:

Oh, dize-lhe, dize-lhe que não fui eu que o assassinei (Herc. Eurico)—*Senhor, Senhor, foste tu que déste a ler á minha alma a ultima pagina do livro eterno* (Herc. ib.) — *Foi então que o celebre Ruderico se apossou da coroa* (Herc. ib.)—*Já que não me é dado buscar-te, serás tu que virás lançar te nos braços de teu amigo* (Herc. ib.) — *Ha-os por certo ahi: eu é que não sei conhecel-os* (Herc. Lendas e Narr.) — *Nós os homens costumamos dizer que as mulheres são curiosas: nós é que o somos* (Herc. ib.)—*Ahi é que bate o impossivel* (Herc. ib.) — *E' ali que tu me darás o preço do meu corpo* (Herc. ib.) — *Fôra elle que descobrira a perfidia* (E. de Queiroz, Crime do P. Amaro) — *Era por isso que o conde ia cingido de corda* (Herc. L. N.) —*Mas eu é que não quero na minha familia asnos* (Rebello da Silva, Contos e Lendas).

Ver-se-á em embaraços quem se proponha elucidar cabalmente pela syntaxe os elementos subsidiarios de realce que ahi se empregam. A expressão pospositiva *é que*, sempre invariavel, sempre indifferente ao numero do substantivo e impassivel quer ao numero quer á pessoa do pronome a quem realça, furta-se inquestionavelmente ao escalpello do analysta. Resistencia menos tenaz parece ser a do caso da interposição, entre *ser* e *que*, de uma palavra que exerça função de sujeito: a forma do verbo *ser*

regula-se pela do verbo que indica a predicação real*). Acredita-se então haver concordancia com o nome ou pronome interposto. Quando porem, em lugar de um nome, esteja um adverbio, continua o verbo *ser* a regular-se pelo verbo seguinte. Ora o verbo não concorda com adverbio. Compare-se *foi então que se apossou* com *foi elle que se apossou.*

Esta impossibilidade de generalisar e, por outro lado, a manifesta argucia de pretender, por amor aos moldes da syntaxe, e desamor ao senso commum, descobrir dois pensamentos em algum dos tres termos desta igualdade logica *eu é que disse* = *fui eu que disse* = *eu disse,* obriga-nos a repellir aqui a debil craveira a que não raro nos é impossivel aferir difficuldades**). Ha phenomenos de linguagem que estão fora do dominio da grammatica, já o disse Sweet. As expressões *fui . . . que* e *é que* comparam-se ao sombreado na pintura: dão relevo á pronuncia do vocabulo a que se ajuntam. Afora esta função de realce, sua presença é superflua. Inanalysaveis como orações, figuram entre as anomalias syntacticas.

---

*) Pode entretanto o verbo *ser* manter-se no presente se o outro verbo se achar no futuro.

**) Comparem-se ainda estes exemplos de Antonio Vieira: *Não fui eu o que me embarquei,* Cartas, Lisb. 1855, 1—2, pag. 15; *não fui eu o que desobedeci* ib. pag. 18; *vós sois o que me mandais e me apparecestes,* Obr. Cmpl. 1898, 3, pag. 195.

Caso analogo se dá com o processo creado pela linguagem popular para dar relevo ao pronome interrogativo *que* correspondente ao latino *quid.* Na escripta, esse interrogativo absoluto identifica-se com o interrogativo conjunto, com o relativo, com a conjunção. Na pronuncia, differe algum tanto: *que* (= *quid*) é vocabulo semi-forte, embora muitas vezes haja tendencia de pronuncial-o como atono. Pela lei de contraste de que acima falámos (pag. 13), a contiguidade de um proclitico dá a esse pronome a accentuação forte. Effectivamente, pronunciamos: *para quê fazes isto? vais trabalhar para quê? com quê se escreve?* (Compare a pronuncia da conjunção *para que* [faça isto] e do relativo na frase: [a penna] *com que* [se escreve]).

Quando não venha regido de preposição, reforça-se a pronuncia do interrogativo com um outro proclitico: a simples palavra *o.* No fim da frase, como sabemos, deve estar o accento oracional dominante. Por isso tambem empregamos *o que*, em lugar do interrogativo singelo, no fim das orações. Dizemos: *vais escrever o que?* e não: *vais escrever que? Via-se descer, romper, saltar . . . o que?* (Herc. Lendas e Narr. II, 39); *foi aqui o que?* (Garrett, Viagens I, 72); *mas . . . — ellas o que?* (Garrett, ib. I, 133); *Senão o que?* (Garrett, ib. I, 122); *Deveis o que?* (Garrett, Cam. 68.) *Dizem o que? Devo . . . o que? Dizes o que?*

Fazer o que? são exemplos de A. F. de Castilho *).

Pronuncie o leitor esses exemplos um por um, como se estivesse a palavra interrogativa *que* sem o proclitico e verá a grande falta que elle faz.

Obrigatoria no fim da oração, a forma *o que* substitue á vontade o simples *que* no principio ou no meio da frase, desde que o escriptor queira pôr em relevo o interrogativo. E' isto o que explica as seguintes passagens:

O que é que eu vejo?! Estes gritos, que são!? (Cast. Metam. 154); *eu, nympha, eu, menos forte, o que podia?* (Cast. ib. 264); *o que foi isto?* (Cast. Fausto, 177); *logo, se não é drama, o que é?* (Cast. Cam. prol.); *agora por isto, o que será feito de frei Timotheo?!... O que será feito delle?* (Herc. Lendas e Narr. II, 135); *o que hade ser della e de nós?* (Garrett, Fr. L. de Sousa 41); *e a voz da terra, o que é?* (Herc. Harpa do Crente); *o que é o direito da propriedade? o que é o livro?* (Herc. Opusc. II, 64—65).

O que soa naturalmente como uma palavra só, mas dá-se o seguinte: no fim da frase dizemos sempre *ukê*, ao passo que no começo a linguagem hodierna, mórmente a de Portugal, prefere muitas vezes, deslocar o accento, pronunciando *úke* ou, mesmo, *uk: uk s^e diz* (= *o que se diz?*). Nesta combinação

*) Apud Heraclito Graça, Factos da Linguagem.

intima, o interrogativo originario como que se volatilisa.

A forma reforçada do pronome interrogativo usa-se entre Portuguezes e Brasileiros, não só na linguagem familiar, mas ainda na literaria. Os exemplos ha pouco citados, escolhidos d'entre autores insuspeitos, dão apenas leve idéa das innumeras vezes que elle occorre na moderna literatura.

Remontando a outros periodos da lingua, notamos entretanto que essa prodigalidade vai diminuindo pouco a pouco até faltarem, por fim, os vestigios de *o que* em interrogações directas. Não temos de ir buscar muito longe a explicação. O pronome *que*, significando *que cousa*, teria intonação forte antigamente; não carecia de esteio algum. Mas não se conservou sempre assim; a sua tonalidade enfraqueceu-se em parte, e a perda teve de ser compensada pela anteposição de um elemento reforçativo, de uma palavra atona ao lado da qual se destacasse a sua pronuncia, quando assim o exigia a emphase e a clareza. Não é, aliás, o caso unico de accentuação enfraquecida: basta cotejar a particula *mas* com o antigo *mais,* basta lembrar que do latim para o romanico varios factos do mesmo genero se deram.

Originou-se a forma em questão nas interrogações indirectas, de onde fora alijado o interrogativo simples *que* por influencia de outras orações secundarias, nas quaes *o que* equivalia a *aquillo que*. *Não sei que*

tens (= *que cousa tens*), *dize que comes* (= *que cousa comes*) era a linguagem primitiva*); mas o pronome mal accentuado confundia-se com a conjunção; o sentido era dubio.

Passou-se a empregar na accepção de *que cousa* a mesma expressão que indicava *a cousa que*, como em *vende o que tens*, *mastiga o que comes*. Tal é a origem da forma interrogativa *o que*, que mais tarde passou a ser usada nas perguntas directas ao lado da forma *que*.

Por uma associação de idéas, boa ou má, a linguagem produz muitos desses phenomenos que desafiam os methodos analyticos da syntaxe. Negar o direito de existencia a um facto actual por não se achar em «classico» escriptor antigo, não é explicar; é confessar incompetencia. Vamos examinar o caso miudamente.

* * *

Ao Sr. Heraclito Graça devemos uma boa collecção de exemplos, de grande valor para o estudo da forma *o que*. E' a contestação cabal a duas pro-

---

*) Não é só em portuguez que nas interrogações indirectas se usava *que* em vez de *o que*. Confronte-se o provençal: *Escotatz, mas no sai que's es*, Appel, Provenz. Chrestom. 77, e o antigo francez *Jesus cum vidra los Júdeus, zo lor demández que querent*, Koschwitz, Les plus anciens monuments de la langue française, 16.

posições irreflectidamente escriptas pelo Sr. Candido de Figueiredo *):

> «Os escriptores de boa nota escrevem sempre assim: *Que* pretenderão elles? — *Que* fizeste de tarde! *Que* comeste ao jantar? etc.»
>
> «O contestante . . . não é capaz de descobrir ao menos um dos nossos mestres que haja escripto: *O que* fazes tu? em vez de *Que* fazes tu? Não descobre, esteja certo disso . . .»

Entre uma e outra proposição, medeou algum espaço; o Sr. Candido de Figueiredo teve, durante elle, um momento de lucidez:

> «. . . *O que* fará o governo? — Mas *o que* importa . . .? — . . . *O que* será de nós?
>
> Isto lê-se até em escriptores de primeira agua, lê-se e não se acredita.»

E, retombando logo na sua obcecação, termina:

> «Porque, realmente nenhum daquelles periodos está escripto em portuguez . . .»

Se as affirmações categoricas devem assentar em solidos fundamentos, o Sr. Figueiredo esqueceu-se de nol-os mostrar. Não satisfaz a receita que offerece para um caso differente, não basta a sua palavra de honra.

Ao repto de não ser o contestante capaz de descobrir ao menos um dos nossos mestres que haja escripto — *o que* fazes tu?, responde o Sr. Heraclito

---

*) Heraclito Graça, Factos da Linguagem, 1904, pag. 367—383; Candido de Figueiredo, Problemas da Linguagem, 1905, pag. 144—147.

Graça com uns 8 a 10 exemplos de Herculano, uns 30 de Castilho (o «mestre dos mestres», na frase de R. Barbosa) e 40 ou mais de Garrett*).

São tres autores «sãos e escorreitos», na opinião do proprio Sr. Figueiredo; e como na linguagem dos livros não podemos esperar interrogações a cada passo, parece que taes algarismos são altamente significativos.

Assim, era de esperar que se penitenciasse um pouco esse articulista, embora condemnando o Sr. Heraclito Graça em tudo o mais. Ao lado daquellas citações achavam-se outras, de facto, talvez susceptiveis de discussão. Alem de Herculano e Castilho, vinham mencionados Rebello da Silva, Camillo, Latino Coelho e escriptores menos conspicuos. Como isto de mestres e autores de primeira agua varia conforme o sabor de cada critico e a disposição do momento, bem podiam ser deitados á margem alguns centenares de exemplos; comtanto que não se desprezassem os de procedencia reconhecidamente boa, os de escriptores cuja autoridade ainda estava por contestar.

Não entende assim o Sr. Figueiredo. Condemna sem examinar e, provando-se-lhe ter sido prematura

*) Mais abundantes são os exemplos de Herculano colhidos pelo Sr. E. Carneiro Ribeiro. São em numero de 25. A expressão *o que é que* occorre ao lado do simples *o que* em Castilho, Latino Coelho, Herculano e Garrett.

a sentença, não a annulla nem a modifica. Humilha ás vezes o mudar de parecer. O Sr. Figueiredo oppõe armas a todos os argumentos: mofa e zombaria aos superabundantes; aos decisivos, silencio sepulcral.

E mais alguma cousa. O artigo do Sr. Graça poderia calar no espirito dos leitores attentos. O Sr. Figueiredo, para varrer tal impressão, desembaraçadamente decreta:

> «a lingua não pode ter uma syntaxe no seculo XIX e outra no seculo XVI: o que era erro ha tres seculos, era erro fatalmente no seculo XIX, e erro será emquanto houver lingua portugueza.»

De maneira que d'aqui a cem, duzentos, quinhentos ou mil annos, a syntaxe, se a lingua ainda existir, manter-se-á pertinaz como certas opiniões: sempre a mesma, perennemente inabalada?

E como convencer o linguista habituado ao imprevisto e a ver novidades em periodos tão longos? Naturalmente com a palavra de honra de quem tal estagnação profetisa.

De maneira que a syntaxe portugueza, diversamente da de outras linguas, convertida em esphinge no seculo XVI, immovel e hirta, nunca mais poude crear um unico facto novo, não soffreu, de então para cá, nem a mais leve mudança de um só phenomeno, nem a perda mais insignificante?

E o Sr. Figueiredo affirma isto sem pestanejar? Podia-se escrever um capitulo sobre alterações syn-

tacticas; mas como o facto que elle pretende negar é o caso especial da alteração possivel de formas e o emprego de novos modos de dizer ao lado de formas pre-existentes, lembrarei, da linguagem quinhentista, a forma *mouro* (lat. *morior*), que hoje ninguem preferirá a *morro*; o participio passado variavel junto ao verbo *ter*, que acabou por ser supplantado pela forma invariavel; verbos que se usavam com certas preposições ou mesmo sem preposição alguma, e que hoje tem regencia differente; participios regulares substituidos depois pelos irregulares e vice-versa.

Não é só em portuguez que taes alterações se produzem; as de syntaxe, como de qualquer outro genero, são inherentes ao proprio phenomeno da linguagem. Leia-se o que Bréal, no seu excellente livro *Sémantique*, escreve sobre as acquisições novas e sobre as formas superabundantes produzidas pelo mecanismo grammatical.

Calculando o effeito da sua affirmação dogmatica, e para mais robustecel-o, o Sr. Figueiredo desvia a attenção do leitor para alguns argumentos oppostos, de segunda ordem e que, a serem unicos, comprometteriam a doutrina que elle desconhece ou simula desconhecer. E á serie de considerações parece vir azado este remate:

> «Joeirada a lista dos doze apostolos das excepções, ficam-nos dois ou tres, escorreitos e sãos, perante os quaes nos curvamos todos... quando não errem acaso.»

As reticencias dictou-as por ventura um brado intimo, e, para aquietar a mente, accrescentou-se a clausula final. Mais adiante allude-se, vagamente e de corrida, ainda uma vez ao facto perturbador. São naturalmente «deslises», que occorrem «uma vez ou outra» (e que se tem o cuidado de não transcrever) as dezenas e dezenas de bons exemplos de Castilho e Herculano, cerca de meio cento de passagens de Garrett, ou talvez o dobro, se accrescentarmos os que o Sr. Graça deixou de mencionar, e os innumeros casos de *o que* interrogativo, na maioria em principio de frase, encontraveis em Rebello da Silva, Camillo e outros *).

Muito vale o recurso banal do «deslise» do doutrinante em apuros. Só este é quem para dizer heresias não cochila nunca. Vamos a ver como se aprende a separar o bom do ruim. O Sr. Figueiredo, quando joeira, procede deste modo: esconde o trigo bem escondido e mette o joio na ciranda. Elle fala de certa lista de apostolos, põe em evidencia os nomes dos peiores e espraia-se em considerações sobre a linguagem de um delles, que é, ao que parece, o Judas Ischariote da companhia. Garrett, Herculano e Castilho não são dados a peccar, pois que:

---

*) «Eu podia apresentar o dobro, o triplo ou mais: os exemplos não são *rarissimos* ou a *descuido;* são muitos e muitos, autorisados e evidentemente intencionaes». H. Graça, Factos da Linguagem, 378.

« . . . quanto a esses dois ou tres, o Sr. Graça equivocou-se evidentemente na interpretação dos textos que cita. Se não, vejamos . . . »

E o que se vai ver é o Sr. Figueiredo, e não o Sr. Graça, evidentemente equivocado. Em primeiro lugar, para ser legitima a locução *o que*, diz elle (Figueiredo), é preciso que se ache «numa proposição de natureza complementar, objectiva ou integrante; se não estiver subordinada a uma acção, clara ou occulta, é uma incorrecção que toma as proporções de um erro grammatical.»

Será uma opinião como outra qualquer; mas o que não ha meio de perceber é que sejam exemplos frisantes a favor dessa mesma opinião, como pretende o Sr. Figueiredo, estas passagens: *Queres o que? Dizes o que?* — e tenham entretanto outra syntaxe, devendo pois ser capituladas de erros ou deslises, as mesmas frases com os termos invertidos: *O que queres? O que dizes?* E' preciso notar que estou citando textualmente uns e outros exemplos.

Qualquer menino de escola apontará sem custo o disparate e saberá analysar melhor essas orações. Em nenhum dos 4 casos ha mais de uma proposição simples: sujeito *tu,* verbo *queres* ou (respectivamente) *dizes*, objecto directo *o que* (= que cousa). Se o Sr. Figueiredo prefere inventar uma oração complementar occulta para os dois primeiros exemplos, hade por força admittir, sob pena de incoherente, a mesma

oração occulta para os dois ultimos. E sendo assim, toda oração interrogativa que comece pela locução *o que* acha-se de accordo com a sua doutrina, e é portanto perfeitamente correcta. *Quod erat demonstrandum.*

Será necessario accrescentar que a mesma illusão, o mesmissimo equivoco se denuncia quanto a *todos* os poucos exemplos cautelosamente escolhidos pelo Sr. Figueiredo d'entre os muitos encontrados pelo Sr. Graça nos apostolos «sãos e escorreitos?»

Ao nome de Candido de Figueiredo pode associar-se o do autor da Replica*) pelo sangue frio e presteza com que corrige o que está correcto e pelo cuidado e solicitude com que evita o desdizer-se quando um exame ulterior lhe tenha tornado palpavel o engano. Como no caso do parceiro, é ainda aqui a boa da ellipse que hade estender o seu manto de misericordia sobre toda a nudez do erro.

Para o emprego de *o que* interrogativo no portuguez moderno diz a Replica que prevalece este criterio:

> «De ordinario . . . o *o que* responde a uma construcção elliptica, na qual o artigo faz de complemento directo a um verbo anteriormente empregado em oração affirmativa e subentendido na interrogativa.»

Ahi está uma doutrina que morre ao nascer: o artigo não pode fazer de complemento nunca. Em segundo lugar, dado que com a palavra *o* se possa

---

*) Ruy Barbosa, Replica ás defesas do projecto etc. 1904, pag. 196—197, e pag. 203 do § 26.

fazer outro jogo, não se percebe muito bem o mecanismo do criterio na sua applicação pratica. Entre outros exemplos comprovativos de Herculano, cita o autor da Replica o seguinte:

«Juras? perguntou de novo Beatriz.
«Juro. Mas *o que* juro eu?»

Pela regra, o que se acharia subentendido por estar mencionado anteriormente, é o verbo *jurar*. Mas não ha maneira de encaixar mais uma vez este verbo na interrogação. Logo, o criterio falha; e tanto assim é, que o Sr. Barbosa, adiantando-se á perspicacia do leitor, explica a difficuldade por este modo:

«Correspondendo a» Juro. Mas sei *o que* juro eu? «*Sei* eu *o que* juro?» *Dir-me-ás* o que juro eu?»

Ora, se podemos no nosso intimo pedir soccorro aos verbos *saber*, *dizer*, que não figuram no discurso, os mesmos santos nos hão de valer em outros apertos tambem; e tanto é correcto *o que juro eu?* de um Herculano como o é *o que queres tu? o que é isto?* do escriptor mais descuidado. Subentenda-se sempre e teremos: [*Dir-me-ás*] *o que queres tu?* [*Sabes*] *o que é isto?* E assim caminharemos sem parar.

E' isto exactamente o que confirma o Sr. Barbosa quando completa a sua explicação «é, ellipticamente, a mesma redacção não elliptica noutras frases» com um punhado de interrogações iniciadas pelo verbo *saber* claro.

Em resumo, a doutrina Figueiredo-Barbosa deve entender-se assim: O erro não está na maneira de exprimir, mas tão sómente no modo de analysar. A interrogação — *o que tens?* está certa quando interpretada como oração dependente de uma principal occulta; está errada se a considerarmos a propria oração principal.

E para apoiar semelhante these, cuja descoberta aliás não requeria grande sagacidade, o autor dos «Problemas» ignora ou despreza os phenomenos da linguagem, e o da «Replica» cita em demasia cousas alheias ao caso*). Sem comprehender que os pronomes têm sua evolução especial em cada lingua, sem reparar que nos idiomas teutonicos a conjunção *que* e o interrogativo, ao contrario do portuguez, diversificam radicalmente, o Sr. Barbosa em suas digressões nos ensina, como se raros o soubessem, que naquelles dois idiomas o interrogativo se traduz por *what* e *was*, citando, muito fora de proposito, dois autores: Shakespeare para o inglez e o diccionario de Sachs-Villatte para o allemão.

*) Grande parte do § 26 da Replica é destinada a mostrar que o interrogativo *que* é linguagem portugueza. Como se alguem, alguma vez, tivesse tido duvidas sobre isso. Importava entretanto explicar o apparecimento da forma dupla *o que* sem recorrer a evasivas.

A collocação dos pronomes pessoaes
na linguagem corrente.

▽

What is grammatically correct is what is accepted by the great body of those who speak a language, not what is laid down by the grammarian.

A. H. Sayce.

No estudo da collocação dos nossos pronomes pessoaes complementos (não preposicionados) os grammaticos têm gasto muito tinta e inutilisado muita penna, para nos convencerem finalmente de uma só verdade: podem dar as regras que entenderem, no Brasil não se collocam nem jamais se hão-de collocar os pronomes do mesmo modo que em Portugal.

Em vez de desaproveitarem o tempo, propondo ou como que impondo duvidosas regras, de que ao cabo vêm a zombar escriptores nossos em nada inferiores aos melhores portuguezes, mais avisados andariam os grammaticos se se contentassem com assignalar a divergencia como um desses traços que distinguem o falar brasileiro do falar lusitano.

Das discussões e dissertações se deprehende que

o phenomeno foi mal estudado, que apenas um ou outro ponto se entrevê melhor, embora vagamente, reinando em geral muita incerteza. Dá-se então o que é commum nas sociedades humanas. No calor da refega os espiritos tornam-se intolerantes: apedreja-se a quem collocar mal os pronomes. Mas como contentar os intransigentes, se estes nem sequer sabem dar preceitos seguros e exactos? Nenhuma grammatica, nenhum estudo especial nol-os dá que prestem para todos os casos. E na duvida a quem hade o escriptor recorrer?

Que se leiam os «classicos» e se retempere a linguagem na atmosphera dos bons autores, é esse estribilho eterno a unica receita. O medico, quando não sabe maneira de valer ao doente, aconselha-o a ir para o campo a mudar de ares, ainda que não seja o doente quem mais precise de conhecer de perto a pureza desses ares tão gabados.

Parte das observações que se têm feito sobre a collocação pronominal não parecem de todo desarrazoadas; os scepticos são em geral os mais judiciosos; algumas porem, sobretudo quando descambam em exigencias e regrinhas impertinentes, exprimem uma bofetada no templo dos autores, de cujo nome e fama abusam para se virem annunciando como boas.

Um exemplo. Ha annos ensinava-se — não sei se ainda hoje se ensina — que, em havendo sujeito pronominal claro, a proclise «sempre» occorre em

«todos» os escriptores celebres. Ai do alumno que dissesse: *eu lembro-me disto, elle trata-se muito bem!* Esquadrinhou-se porem em Antonio Vieira um «lapso ou erro»: *nós lavamo-nos desta desgraça.* E dois e tres e muitos erros foram surgindo nas obras deste escriptor. E mais ainda em outros classicos. Choviam as cincadas. Os bons dos «mestres», innocentes do preceito despotico, forjado em nome delles tardiamente, lá para os fins do seculo XIX, estavam errando e cincando miseravelmente e transgredindo uma lei para a qual, se dizia, haviam concorrido mais que muito com as suas preclaras luzes. Conspiração feia e insoffrivel a dos epigonos.

Nos tempos em que a famosa regra floreceu, procurei saber em que fundamentos assentava; e sempre que lia um livro de bom escriptor portuguez, não me escapava exemplo de pronome posposto que não marcasse. Com grande espanto meu, em breve aspaço cresceu a colheita a uma collecção riquissima, contrariando o supposto principio da attracção. Como amostra reproduzo aqui apenas alguns desses exemplos, extrahidos tanto de autores antigos como de modernos:

Eu ponho-me a pagar (G. Vicente, Lusitania)— *Eu rio-me daquillo* (G. Vicente, Os fisicos) — *Vós tendes-me em dois ceitis* (G. Vicente, Quem tem farelos ...) —*Eu tambem ... faço-me com elle um Hercules* (Antonio Ferreira, Bristo)—*Eu conheço-a de menina* (An-

tonio Ferreira, ib.)—*Eu vejo-me noite e dia aqui fechada* (Romanceiro Geral)—*Elles chamam-me . . . marinello* (Antonio Ferreira, Bristo)—*Elle solicita-nos com sua graça* (Bernardes, Luz e Calor)—*Vós . . . ensinai-me a viver* (D. Francisco M. de Mello, Sonetos) —*Elles crucificaram-no, nós adoramol-o* (Vieira, Sermoes)—*Vós tendel-a por trabalhosa . . . Vós tendel-a por cansada* (Vieira, ib.)—*Mas nós lavamó-nos desta desgraça* (Vieira, ib.)—*Ellas foram-se pôr na cabeça* (Vieira, ib.)—*Eu encaminhei-me sósinho para o Calpe* (Herculano, Eurico)—*Porque eu voltava-me para o céu* (Herculano, ib.)—*Eu amava-te muito* (Herculano, ib.)—*Eu precipitei-me nelle* (Herculano, ib.)—*Eu despenhei-me* (Herculano, ib.)—*Nós habituámo-nos a tel-a em conta de segunda mãi* (Herculano, Monge de Cister)—*Eu encostei-me ao pé do lar* (Herculano, ib.) *Vós . . . andais-me comido de peccados* (Herculano, ib.)—*Tu vai-te com Allah* (Herculano, ib.).—*Eu esquecer-me-ia**) *de tudo* (Herculano, ib.)—*Vós esquecestes-vos disso* (Herculano, Lendas e Narrativas)—*Elle e eu rimo-nos da simplicidade dos remendões* (Rebello da Silva, Mocidade de D. João V.)—*Vossa*

---

*) No futuro e no condicional a posposição promoninal é sempre substituida pela interposição: *esquecer-me-ei, esquecer-me-ia* por *esquecerei-me, esqueceria-me; defender-te-ei da accusação* por *defenderei-te* etc. Emquanto que a anteposicão *. . . me esquecerei, . . . te defenderia* se faz nos mesmos casos que nos outros tempos *. . . me esqueço, . . . me defendo.*

paternidade e eu enganamo-nos um com o outro (R. da Silva, ib.)—*Eu deito-me a perder com este parasita* (R. da Silva, ib.)—*Eu inclino-me a crel-o* (C. Castello Branco, Bohemia do Espirito.)—*Eu . . . volto-me para o verdugo* (C. Castello Branco, ib.)—*Nós acercámo-nos de José de Ramatha* (Eça de Queiroz, Reliquia) —*Ella ergueu-se de um salto* (Eça de Queiroz, Crime do Padre Amaro.)

Dir-se-ia que o grammatico da nossa terra, dictando regras quanto ao falar de Portugal e emendando consequentemente todos esses exemplos, resolveu ser mais realista que o proprio rei.

Não ha duvida que a celebre regra da anteposição do pronome atono por amor ao pronome sujeito havia sido inferida de quatro ou cinco exemplos respigados aqui e acolá. Concluirei porem d'ahi que o pronome, ao contrario, se hade pospôr sempre? Absolutamente não, porque tambem poderia apresentar uma lista respeitavel de casos de proclise. O que ha é apenas isto: os Portuguezes preferem, em uns casos, decididamente a posposição; em outros, a anteposição. Mas o problema não pode ser resolvido pela syntaxe. Em innumeras passagens os modernos Lusitanos seriam accordes em usar a mesma collocação pronominal. Duvido muito que, tendo de descrever um trecho como o do Eurico: *Ha entre nós um abysmo: tu o abriste, eu precipitei-me nelle,* alguem em Portugal prefira dizer: *tu abriste-o*; *eu me precipitei*

nellé. Se interrogarmos qual a causa desse accordo, responderão que é uma questão de ouvido. Ora para as questões de ouvido, de pronuncia, fez-se a phonetica, e não a syntaxe. Mais adiante veremos como a phonetica responde á nossa questão.

* * *

O adverbio ou locução adverbial, precedendo ao verbo, tambem tem fama de exigir a proclise. Já em 1871 José Feliciano de Castilho perdeu o seu latim a enumerar-nos os adverbios que, no seu entender, demandavam semelhante collocação. Castilho discutia com os defensores de José de Alencar, e, infelizmente, nas nossas lutas literarias e scientificas entra com mais frequencia a paixão de vencer do que o desejo de acertar. A affirmação de Castilho não exprimia a verdade e não era para ser aceita, e ainda menos se devia generalisar, emquanto estivesse por apurar a sua exactidão para os casos particulares a que o polemista alludia. Não é a categoria da palavra que determina esta ou aquella collocação de pronome, mas sim o modo de pronunciar a frase. A prova é que com um mesmo adverbio se encontra ora a proclise, ora a enclise, e a cada passo se vê, no portuguez corrente, a imaginaria regra burlada e desmoralisada por muito bons exemplos.

São bem conhecidos os seguintes: *D'uma janella do aposento descortinava-se a bahia do Tejo* (Herculano,

Monge de Cister)—*Por fim veio-me uma boa idéa* (Herculano, ib.)—*Ao cair das trevas guiaram-me para o aposento onde devia passar a noite* (Herculano, ib.) —*Vasco, proseguiu Fr. Lourenço, voltando-se para o seu companheiro ... Depois encaminhou-se para a porta da alcova e disse: Irman!* (Herculano, ib.)—*Neste momento ouviu-se um suspiro que partia da alcova* (Herculano, ib.)—*Agora pedimo-lhes cortezmente* (Herculano, ib.)—*Então enganaram-me* (Herculano, ib.)—*Então pareceu-me ouvir muito ao longe um choro sentido* (Herculano, Eurico)—*Cá diz-se que é melhor sermos nós vassallos da coroa ... lá faz-se valer o perigo, o sacrificio a que nos expomos* (Rebello da Silva, Mocidade de D. João V.)—*Lá dizia-se que a creadora do mundo havia sido uma enorme e desmedida vacca* (C. Castello-Branco, Bohemia do Espirito).

Não ha pois a menor duvida que, a repararmos unicamente na categoria grammatical ou na função oracional da palavra anteposta ao verbo, é de todo impossivel formular regras exactas para a collocação dos pronomes pessoaes complementos. Adoptando tal methodo de pesquisa, vê-se que estamos a pisar terreno movediço: cuidavamos poder chegar á generalisação; temos que retroceder e especialisar casos desconnexos.

A syntaxe o mais que nos pode dizer é que ella observa duas curiosas ordens de vocabulos adverbiaes: uns com predilecção occasional pela vizinhança do

pronome atono; outros, e não são muitos, com uma predilecção constante ou quasi constante. Mas dividir os adverbios em dois partidos, dos quaes um, o mais numeroso, extremamente voluvel quanto á affinidade pelo pronome atono, não é dizer as cousas com clareza; não é regra, não satisfaz como norma segura para a boa collocação pronominal. Explica uma difficuldade por outra difficuldade, substitue um mysterio por outro mysterio.

Escapou de certo á analyse um phenomeno primordial, um factor que pode entrar em todo adverbio, como em todo pronome sujeito, como em outras palavras, e que determina aquella aproximação; e se ella parece constante com certos vocabulos, e não com outros, é que o factor desconhecido subsiste nelles constantemente. Será um quê imperceptivel e imponderavel para a syntaxe; resta a ver se elle escapa ou se, ao contrario, se impõe ao methodo de observação phonetica.

Se, collocada a questão no terreno da pronuncia, conseguirmos dados positivos, teremos tambem a chave para descobrir a causa pela qual tanto o Portuguez letrado como o homem do povo, que não aprendeu a ler e escrever, empregam, sem saber porque, o pronome do mesmo modo, ao passo que nós os Brasileiros usamos o pronome diversamente.

* * *

Se tomarmos como criterio o falar lusitano, poderemos affirmar que um dos modos de collocar os pronomes *me, te, se, lhe, o, a* etc., representa a construcção normal? Depende a resposta do exame de frases simples, isentas de quaesquer causas perturbadoras. Consideremos o caso mais simples de todos: o verbo no inicio do discurso. Em taes condições o literato portuguez como o lusitano menos culto empregam, sem distinção, o pronome posposto. Lê-se e ouve-se: *dá-me o dinheiro; escreveu-me uma carta; zanguei-ne com alle*, e não: *me dá, me escreveu, me zanguei.* Não podemos ter portanto a menor duvida sobre este principio: a posição normal dos pronomes pessoaes atonos *me, te, lhe, o* etc. é depois do verbo.

A anteposição, a proclise, significa uma deslocação e importa conhecer quando e porque ella se dá. Torna-se necessario proceder com methodo, e não é citando ou colleccionando a esmo exemplos de autores de epocas diversas, que havemos de chegar ao resultado; enganam-se deveras os que julgam que, em Portugal, a collocação dos pronomes pessoaes tenha sido exactamente a mesma em todos os tempos. Devemos começar o estudo por uma phase bem conhecida e que offereça as melhores condições para o exame da pronuncia; examinemos, pois, a linguagem hodierna. Se o phenomeno for devido á pronuncia, mais facilmente se observará no idioma vivo de hoje

do que nas obras de autores de seculos passados, nas quaes a linguagem talvez não esteja isenta de alguma affectação.

Para que não influa em nosso espirito algum preconceito de grammatico, tomemos para ponto de partida um dos casos de que menos se occupam os compendios: o infinito precedido de preposição. Que a deslocação ahi é facto notavel, verifica-se pelo quadro que formei, tomando umas cem paginas de cada um dos tres escriptores A. Herculano, Rebello da Silva e Camillo Castello-Branco e apontando todos os casos que se me deparavam. Para afastar outras causas perturbadoras limitei a observação aos exemplos de infinito simples (presente) e, relativamente á preposição *de,* exclui os casos em que ella dependia do verbo *haver.* Tambem não se acham contemplados nesta estatistica os exemplos de infinito precedido da preposição *a* por motivos que mais adiante serão explicados.

		Casos de deslocação (proclise)	Casos de collocação normal (enclise)
PARA . . .	Rebello	26	—
	Herculano . . .	20	1
	Camillo	18	1
DE	Rebello	29	1
	Herculano . . .	12	6
	Camillo	17	4
	Transporte:	122	13

		Casos de deslocação (proclise)	Casos de collocação normal (enclise)
	Transporte:	122	13
ANTES DE	Rebello	2	—
	Herculano	1	—
	Camillo	—	1
DEPOIS DE	Rebello	1	—
	Herculano	1	—
	Camillo	—	1
EM VEZ DE	Rebello	1	—
	Herculano	3	—
	Camillo	2	—
EM	Rebello	2	—
	Herculano	—	2
	Camillo	2	—
POR	Rebello	—	—
	Herculano	—	2
	Camillo	1	1
SEM	Rebello	10	—
	Herculano	2	—
	Camillo	2	—
ATÉ	Rebello	—	—
	Herculano	1	—
	Camillo	1	1
	Total	154	21

O que quer dizer que dos 175 exemplos encontrados os casos de deslocação representam a grande maioria de 88 por cento.

Antes de aventurar qualquer conclusão, pareceu-me razoavel estudar o que poderia ter determinado os exemplos da minoria. Não tardei a reconhecer que aquelles 12 por cento de casos em que se mantinha

a collocação normal eram devidos a principios de euphonia. Assim é que em Herculano lemos: *para metter-me ás vagas, de segurar-se com ambas as mãos;* frases sem duvida mais agradaveis de ouvir do que se começassem deste modo: *para me metter, de se segurar.* E' sabido que são mais harmoniosos os periodos que acabam por uma syllaba atona do que os terminados por syllaba accentuada; e isto explica-nos o não haver deslocação de pronome complemento nos seguintes trechos da bellissima linguagem do Eurico: *Fiámo-nos em ti, porque não precisavas de trahir-nos. Estavamos nas mãos dos soldados de Pelagio, e foi a um aceno teu que elles cessaram de perseguir-nos.*

A euphonia deu tambem origem, pelo menos em parte, á apparente excepção que observamos no infinito precedido da preposição *a*. Quando esta particula concorria com as formas pronominaes *o, a, os, as*, produzia-se uma linguagem desagradavel, senão intoleravel ao ouvido e ás vezes difficil de entender, como em *disposto a a abandonar*; *inclinado a o vender*; *propenso a o enganar* (cf. *propenso ao enganar*).

Manter neste caso o pronome posposto ao verbo, em vez de o deslocar, era o caminho naturalmente indicado para evitar o accumulo de vogaes e o sentido dubio. Mas não se limitou áquellas formas pronominaes a preferencia pela construcção normal; ella estendeu-se ás outras formas atonas, de sorte que

me, te, se, lhe, nos, vos passaram a ser igualmente usados apoz o infinitivo regido de *a*. Confirma-o plenamente a historia da linguagem literaria de Portugal. Nas obras dos seiscentistas ainda occorrem com frequencia os casos de pronome atono collocado junto da particula *a*; nos escriptores modernos (exceptuando algum archaisante), semelhante construcção é sporadica. Hoje o que se observa constantemente são frases como as seguintes: *a fustigar-me*, *a enfial-as*, *a falar-lhe*, *a causar-me* etc.

A excepção prova a regra, e este desvio com respeito á particula *a*, assim como outros casos excepcionaes, determinados pela interferencia de um factor novo (como a euphonia), aos quaes ha pouco alludimos, mostram bem a regularidade da proclise dos pronomes, em se tratando de infinitivo regido de preposição.

Que singularidade phonetica terão as particulas preposicionaes a cujo influxo se deva attribuir o mudar-se o pronome atono para antes do verbo e collocar-se ao pé da preposição? Em primeiro lugar notamos que entre a particula e o infinitivo não se faz essa ligeira pausa que se faz ás vezes entre outras palavras. A pronuncia é ligada: preposição, verbo e pronome atono fazem parte dum só grupo expiratorio. Em segundo lugar, sabemos que as particulas preposicionaes *a*, *de*, *para*, *por* etc. são destituidas de accentuação propria, exactamente como os pronomes

me, te, se, o, a etc. Sabemos mais que em um grupo expiratorio assim formado: palavra atona + palavra atona + palavra tonica, a pronuncia do primeiro desses tres termos, originariamente fraca, torna-se semi-forte em virtude da lei de contraste ou movimento rhythmico de que falámos á pag. 13. Parece não haver outro motivo para o lusitano instintivamente antepôr o pronome complemento ao verbo em vez de o pospôr.

Sendo assim, a anteposição deve occorrer regularmente tambem nos outros casos analogos. O pronome relativo *que* está nas mesmas condições phoneticas que a preposição, e, de facto, os Portuguezes dizem: *a obra que se faz*, e não: *que faz-se*. O mesmo se observa em geral com as particulas subordinativas, *que, se,* etc., tornando-se, por analogia, a proclise pronominal extensiva a todas as orações introduzidas por qualquer locução conjuntiva adverbial: *até que, ainda que, para que, comtanto que* etc.

Depois de adverbio ou locução adverbial ora faz-se pausa, ora ha pronuncia ligada; tambem ahi se observa ora o pronome posposto, ora anteposto. Quer isto dizer que, se tomarmos o grupo expiratorio como unidade phonetica, o pronome atono anteposto ao verbo não exprime propriamente proclise, mas em rigor uma mesoclise. E' a consequencia do principio geral: assim como não se começa o discurso pelas formas pronominaes *me, te, se* etc.,

assim tambem ellas não devem iniciar nenhum dos grupos expiratorios em que o discurso se divide. E' claro que isto é uma lei geral, que não podemos julgar prejudicada pelas intercurrencias e intercalações que determinam apenas a suspensão do sentido e uma pausa fôrçada e não espontanea*).

Comprehende-se pois a collocação pronominal em exemplos anteriormente citados, em que as pausas naturaes se marcam como vamos ver: *então,* | *pareceu-me ouvir* | *muito ao longe* | *um choro sentido.* || *Depois* | *encaminhou-se* | *para a porta da alcova.* || *Cá* | *diz-se que é melhor* | *sermos nós* | *vassallos da coroa...* || *lá* | *faz-se valer* | *o perigo,* | *o sacrificio* | *a que nos expomos.* || Entretanto, em outras frases os mesmos adverbios requerem outra contrucção. Dizem os Portuguezes: *cá me tens,* || *já se vê* | *que isto é assim* || porque ahi não poderiam pausar: *cá* | *me tens,* || *já* | *se vê* etc., donde resultariam *cá tens-me*, *já vê-se,* construcções intoleraveis ao ouvido lusitano.

Interessante é o caso do adverbio *não.* Se, em uma frase de verbo finito, a palavra negativa modificar directa e immediatamente esse verbo, teremos

---

*) O principio prevalece tambem nos casos de ellipse da palavra que dá motivo á anteposição do pronome: *quem tivesse para dar a teu pai o preço do teu corpo e te comprasse como alfaia* (Herc. Eur.). *Abandonastes um homem que de suas palavras vejo vos amava como irmão* (Herc. ib.).

um grupo expiratorio e o pronome virá interposto: *não me dês;* || *não te disse* | *o que queria.* || Comparem-se as frases: *elle virá* | *se não me escrever,* || e *venha amanhan,* || *senão* | *escrevà-me.* | Escusado será dizer que, analogamente ao caso da anteposição com a palavra *não,* se construem frases com outras palavras que não carecem de ser adverbios, mas que incluem a negação, como *nunca, nem, ninguem.* O essencial é que estejam igualmente juntos a um verbo finito a que modifiquem: *nunca me disse;* || *nem se diga;* || *ninguem o viu.* ||

Quando porem á negação se segue uma forma infinita (gerundio, infinitivo), ha dois casos a considerar. Se a palavra negativa não se refere directamente a esse verbo, mas a outro subentendido, é evidente que a forma infinita clara nada tem que ver com a palavra negativa e não pode ser por ella influenciada. Por exemplo nestas frases: *devias esperar* | *e não* | *affligir-te* || (i. e. *e não devias affligir-te*); *elle cumpre o dever pagando tributos, e não desfrutando-os* (i. e. *e não cumpre desfrutando-os*).

Muitos casos de negação ao pé de um infinitivo exprimem verdadeiras construcções ellipticas como nesta pergunta: *Porque não desprezal-o?* que significa: *Porque não havemos de desprezal-o?* Outras vezes houve transposição da negativa: *devem não dar-lhe redeas* (por *não devem dar* etc.); *possa eu nunca mais ver-te* (por *nunca mais possa eu ver-te*).

A frequencia dessa construcção de pronome posposto, determinada muito embora por causas differentes, não podia deixar de influir no caso do infinito modificado directamente pela negação. Exemplos ha, de facto, que parecem indicar que o habito daquellas frases acabou por embotar a repulsa de ouvir outras onde a posposição pronominal seria menos legitima: *sobre não creal-os o sitio, nada reluz na pousada que os attraia* (Cast.); *não vel-o é damno meu; será descuido o não desempenhal-a.* Isto sem falar do factor de euphonia: *o não encetal-o*, *o não ouvil-o* parecem preferiveis a *o não o encetar*, *o não o ouvir*, em que o pronome quasi que se some.

Nas formas perifrasticas constituidas pelos verbos *ir*, *vir*, *estar* seguidos de gerundio, onde ha pronuncia ligada, observa-se tambem o pronome complemento entre os dois verbos, e não depois do gerundio *vai-se ... confundindo* (Herc. Eur.); *vai-se enfileirando* (Herc. Monge); *ia-me esquecendo* (Herc. ib.); *o sol ia-se pondo* (Herc. ib.); ou então para antes do auxiliar, quando este por seu turno se ligar á palavra anterior: *classe media que se ia organisando* (Herc. Monge).

Nos tempos compostos formados pelo auxiliar *ter* e o participio passado, o pronome atono nunca é enclitico do participio e sim do auxiliar: *tem-se dito; que se tem dito.* Esta regra é commum ao falar lusitano de todos os tempos e á linguagem culta do

Brasil. A razão historica é que o participio, outrora flexionado, tinha mais caracter de adjectivo que de verbo.

Quando um verbo rege um infinitivo sem preposição e o sentido é tal, que o pronome não pode ser objecto do infinitivo considerado isoladamente, põe-se o pronome atono sempre na dependencia do verbo regente, evitando-se assim muitas vezes um sentido duvidoso: *a melancolia fel-o cahir em longa e perigosa enfermidade* (Herc.); *ouvi-o gritar* (Herc.); *até o ver sumir-se*(Herc.); *quando as fazes vibrar* (Herc.).

Esta mesma construcção é muito usada na linguagem popular igualmente com os verbos *poder*, *dever*, *querer*, embora a clareza não o exija: *queriam-me enganar, pode-me dizer; não me queriam enganar, só me pode dizer.* A linguagem erudita porem prefere, neste segundo caso, pospôr o pronome ao infinitivo:

Eu agora posso dizer-vos (Herc., Monge). — *Para poderem livrar-se* (Herc., ib.). — *Eu quiz experimentar-te* (Herc., ib.). — *Não posso cerral-os* (Herc., ib.). — *Ella devia dar-se por completamente feliz* (Herc., ib.). — *Não póde aguentar-se na luta* (Cam., Boh.). — *A historia que podia chamar-se* (Camillo, ib.). — *Devia sentir-se perplexo* (Camillo, ib.). — *Eu não queria impor-lhe a leitura* (Camillo, ib.). — *Ha-de livral-o da morte* (R. da Silva, Moc.). — *O sentimento que ha-de acordal-a* (R. da Silva, ib.). — *Não poude conter-se* (R. da Silva, ib.). — *Para ir*

reunir-se (Herc., Monge). — *Veio receber-me* (Herc., ib.). — *Parecia trazer-me* (Herc., ib.). — *Pretendeu desembaraçar-se* (Herc., ib.).

Apesar desses exemplos, é preciso advertir que não são raros os casos de construcção popular nas obras dos escriptores portuguezes, umas vezes por imitação do falar do povo, outras para tornar mais harmoniosa a frase, sobretudo quando antes dos dois verbos existe uma palavra ou locução emphatica:

E, até, quando o seu cargo de procurador o obrigava a fulminar . . . sabia-o fazer com tal modestia, que o tom das suas palavras ainda lhe dava maior realce (Herc., Monge). — *D'aqui a poucas horas me has-de conhecer* (Herc., ib.). — *A situação moral do desgraçado Asinipes, qualquer a pode avaliar* (Herc., ib.). — *Quando com ellas me quizerem pagar* (Herc., ib.). — *Ordenava-lhe . . . que não buscasse tornal-o a ver* (Herc., ib.). — *Mandei-vos chamar* (Herc., ib.). — *Queriam-me enganar* (R. da Silva, Moc).

*
* *

Examinemos agora o caso da proposição simples sem particula alguma para deslocar o pronome atono. Imaginemos a oração assim constituida: sujeito (substantivo, pronome pessoal ou demonstrativo) e verbo no modo finito. Na linguagem usual, meramente narrativa ou expositiva, não podemos esperar senão o pronome atono na sua posição normal, isto é, collo-

cado depois do verbo: *a misericordia de Deus* | *valeu-me sempre* || (Reb. da Silva). *As cidades* | *despovoam-se,* || *e . . . os campos* | *convertem-se em ermos.* || (Herc., Eur. 61). *Os mares pareciam . . . recordar-se . . .* || *e a vaga* | *arqueava-se,* || *rolava* || *e . . . reflectia . . .* || (Herc., Eur.). *E o meu espirito* | *atirava-se* | *para as trevas do passado.* || *E o sopro rijo do norte* | *affagava-me a fronte* | *requeimada pela amagura* || *e a memoria* | *consolava-me* | *das dissoluções presentes* || (Herc., Eur.). *A alma* | *estorce-se como agonisante . . .* || (Herc., Eur.). *Isto* | *passava-se* | *um dia antes* (Reb. da Silva). *A minha mão desfallecida* | *abandonou-te,* || *e eu* | *despenhei-me* | (Herc., Eur.). Innumeros exemplos poderia eu mencionar aqui em que figura como sujeito o pronome pessoal; creio porem não ser preciso mais do que reportar-nos aos citados á pag. 31—33.

De accordo com os exemplos literarios, diz-se em Portugal: *a obra* | *divide-se em tres partes;* || *ella* | *compõe-se de seis capitulos;* || *elle* | *sentou-se ao pé de mim* etc.

Quando porem o sujeito, substantivo, pronome pessoal ou demonstrativo, é emphatico, a collocação de *me*, *te*, *se*, *o*, *a*, etc. já não é a mesma. Devemos aqui entender por emphase o caso em que, na linguagem animada, a attenção se concentra mais no sujeito do que no predicado, em que portanto a intonação do sujeito sobrepuja a do verbo. Ora este

effeito melhor se obtem com o auxilio do pronome atono, o qual, posposto ao nome ou ar pronome nominativo, faz sobresahir a pronuncia desse vocabulo a que se encosta. A oração em tal caso pronuncia-se como que de um folego, arrastando o sujeito emphatico apoz si tanto a palavra atona como o verbo. Para maior evidencia, confronte-se este bello exemplo de Herculano no Monge de Cister: ***uma febre violenta*** *o alimentava* com a frase de sujeito commum que vem logo em reguida: *este fatal alimento* | *faltou-lhe por fim* | *e expirou.* || Exemplo frisante de sujeito pronominal emphatico, fazendo-se ao contrario sobresahir immediatamente depois, em outra oração, não já a pessoa, mas o acto e o lugar, é o celebre trecho do Eurico: *ha entre nós um abysmo:* || *tu o abriste;* || *eu* | *precipitei-me nelle.*

Não ha a menor duvida que a construcção depende do modo de sentir do escriptor; elle colloca o pronome conforme a idéa que pretende exalçar. Pode esta idéa ser o primeiro termo da oração; mas pode tambem achar-se mais adiante, alem do verbo, no objecto ou no adverbio, e neste caso o pronome atono conservar-se-á evidentemente no seu lugar normal: *Hermengarda, eu amava-te* ***muito!*** (Herc., Eur. 45). *Porque eu voltava-me* ***para o céu,*** *buscando a luz do Senhor* (Herc., ib. 47). *Uma saudadc indizivil attrahia-me* ***para o mar*** (Herc., ib. 44). *Eu encaminhei-me* ***sósinho para o Calpe*** (Herc.,

ib. 63). Comparem-se os seguintes trechos do mesmo autor em que o objecto ou a circumstancia de lugar é uma idéa secundaria que se presuppõe conhecida do leitor: *Uma faisca de lume me centelhou diante dos olhos* [não podia centelhar senão diante desta parte do corpo] (Herc., Mong I, 15); *uma melancolia suave se me erguia no coração* (Herc., Eur. 42); *um pensamento monstruoso e incrivel lhe passara pelo espirito* (Herc., ib. 295).

Por esta analyse do pensamento, não chegaremos a uma regra syntactica para o caso do verbo precedido de sujeito nome ou pronome pessoal. Não chegamos, nem é preciso; o criterio subjectivo em materia de collocação de palavras, dado o verdadeiro sentimento da linguagem, foi sempre mais seguro e mais decisivo do que quantas regras acanhadas a grammatica imaginou offerecer sobre o assunto. A propria collocação pronominal o está demonstrando: a seu respeito se diz reinar harmonia entre os escriptores, e entretanto não conhecem elles preceitos formulados.

Depois, no caso vertente, o melhor é mesmo a grammatica abster-se de preceituar. Porque, se a syntaxe manda collocar o pronome atono systematicamente antes do verbo, como já pretendeu fazer, induz a numerosas linguagens artificiaes e erroneas; se ordena collocar sempre depois, leva a escrever muitas frases igualmente censuraveis.

Vejamos agora uma outra consequencia do principio a que obedecem os exemplos ha pouco mencionados. Dissemos que o pronome atono faz sobresahir a pronuncia do vocabulo precedente. Se assim é, deve elle antepor-se ao verbo e collocar-se ao lado do pronome interrogativo e da particula interrogativa, porquanto, pela propria natureza da pergunta, taes vocabulos devem destacar-se no discurso. E' effectivamente essa a construcção usada pelos lusitanos com as palavras *que? quem? qual? quando? onde? como? porque? para que?* etc. Os Portuguezes são accordes neste ponto; nem ha necessidade de citar autor para estas frases: *Quem te disse? Que se faz? Porque te affliges? Quando me escreves? Como se soletra esta palavra? Onde o viste pela ultima vez? Quando se realisa a festa? Qual te agrada mais? Como se vive assim? Para quê se discute?* etc., etc.

E' como se todos os Portuguezes se houvessem combinado para não collocar o pronome apoz o verbo. Procedem instintivamente; a eterna questão de ouvido que elles não explicam. É claro que o facto de pertencer a palavra a esta ou aquella categoria não podia, pelo menos no individuo analphabeto, determinar esta ou aquella maneira de collocar o pronome. As categorias grammaticaes são cousas em que entra muito de convencional e de todo ignoradas de quem não possue algum estudo. Foi justamente esta preoccupação que obrigou os grammaticos a formu-

larem preceitos que não raro brigam com os factos, ainda mesmo tomando por criterio a linguagem dos escriptores considerados como classicos.

* * *

A lei de que ácima falámos não deve ter excepções; isto é, as excepções apparentes explicam-se pela interferencia de outras leis, como a euphonia, a necessidade de clareza, a analogia.

Nós vimos que o pronome enclitico se desloca para antes do verbo, quando este é precedido de palavra que se pronuncia ligada a elle; e apontámos varias palavras nessas condições, como o pronome relativo, o pronome interrogativo, a negação, as conjunções subordinativas, etc. Isto se observa não só quando qualquer dessas palavras vem junto do verbo, mas analogamente tambem quando ella se subentenda ou entre ella e o verbo houver outra palavra, ou mesmo uma frase ou oração.

Entretanto, as conjunções coordenativas parecem constituir uma notoria excepção. Depois de *e*, *mas* e *que* (quando equivalente de *porque* coordenativo) deveriamos esperar que o pronome se deslocasse para antes do verbo. Todavia, não é isto o que se dá no portuguez moderno. Se estivessemos a argumentar com a linguagem de quinhentistas e seiscentistas, diriamos que a anteposição era, não exclusiva, mas em todo o caso muito commum. Mas como nos cingimos ao portuguez hodierno, devemos assignalar este

facto: na linguagem corrente, encontra-se (salvo se outra causa determinar a deslocação) sempre o pronome posposto ao verbo, quando taes conjunções liguem pensamentos principaes: *e passaram e sorriram-se* (Herc., Eur. 28). — *Mas respondestes-me* (Herc., Monge). — *Fez-me sentar e disse-me* (Herc., ib.). — *Mas divisei-o por fim* (Herc., ib.) *Mas dize-me* (Herc., Eurico). Este phenomeno singular tem a sua explicação na analogia e traduz-se assim: a collocação do pronome atono na coordenação syndetica identificou-se com a da coordenação asyndetica.

Sahiu naturalmente vencedora a influencia da parataxe da narração animada, em que de boa vontade se omitte a conjunção coordenativa.

Evito fazer digressões; mas como os compendios grammaticaes não costumam esclarecer um ponto que aqui nos interessa saber, entendo conveniente indicar que ha duas especies de conjunções causaes: *que*, *porque*, correspondendo ao francez *parce que*, inglez *because*, allemão *weil*, são *causaes subordinativas*; *que*, *porque*, correspondendo ao francez *car*, inglez *for*, allemão *denn*, são *causaes coordenativas*. D' ahi a possibilidade de collocar-se o pronome de dois modos: *a luz brilhante . . . devia apagar-se então, como a lampada do templo ao amanhecer; porque eu voltava-me para o ceu, buscando a luz do Senhor* (Herc., Eur. 47); *fiquem-se com o Senhor, que eu vou-me* (Cast., Tart. 106); *fia de mim a menina, que*

eu sou-lhe muito obrigada (Cast., Avar. 135), mas: *escarneci de ti, porque te abomino* (Herc., Eur. 196); *foi porque eu o cria um anjo* (Herc., ib. 176); *afasta te, mulher, que o teu amor me perdeu* (Herc., ib. 291). E como a distinção não é facil, confunde-se, na pratica, muitas vezes a coordenativa com a subordinativa, donde resulta que não podem já ferir ao ouvido portuguez construcções como estas: *fala, homem; que me pareces um odre assoprado* (Herc., Monge I, 131); *se a polemica continua menos animada, é que o censor vai-se convencendo do seu erro.* Confronte-se: *Era que o céu ia-se afogueando já com os primeiros fulgores de uma bella madrugada* (Herc., Monge I, 243).

*
* *

Até agora estudámos a collocação dos pronomes complementos na linguagem corrente de Portugal. Resta-nos verificar se no Brasil pode existir exactamente a mesma collocação. Já vimos que no falar lusitano é tudo uma questão de pronuncia; logo é impossivel haver entre nós identidade de collocação, se não é identica a pronuncia. Lá os pronomes são atonos; o *e* final em *me, te, se* é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa accentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente *mi, ti, si;* para nós Brasileiros seria extremamente difficil pronunciar á portugueza *m*^{e}, *t*^{e}, *s*^{e}, *lh*^{e}. O pronome relativo

pronunciamol-o com tendencia para *qui*, emquanto que o som lusitano aproxima-se de *qu*ᵉ. Em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é facto muito commum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e mais claramente. Em summa, a phonetica brasileira é em geral diversa da phonetica lusitana.

E' nas orações subordinativas sobremodo notoria e natural a divergencia: *que* (relativo e conjunção) e *se* (conjunção), pronunciados mais fortemente entre nós, mais independentemente, perdem já a affinidade electiva pelos pronomes complementos, e a vizinhança destes deixa de ser obrigatoria. E isto, que succede com taes palavras, com maioria de razão hade dar-se com as demais particulas e locuções subordinativas.

Na linguagem de Portugal encontram-se, não ha duvida, alguns exemplos como estes: *gerações nascidas durante a reacção contra o islamismo, que surgem e agitam-se e vivem quando lhes applicamos a corrente electrica* (Herc., Eur. 309); *emquanto os seculos da Hespanha restaurada revelam-nos a segunda com mais individuação e verdade* (Herc., ib. 308); *com a differença, porem, de que o periodo . . . conta-se por annos e o da cidade por seculos* (Herc., Monge I, VI). Mas se puzermos numa das conchas da balança todos os exemplos existentes desse genero, e na outra todos os de oração subordinada com anteposição de pronome, o resultado será uma proporção muitissimo pequena para o primeiro caso. E se bem attentarmos

nessas excepções, convencer-nos-emos que em geral houve esquecimento da palavra que occasiona deslocação, por ficar ella muito atraz do verbo, concentrando-se a attenção do escriptor em uma idéa importante que se segue ao mesmo verbo.

O que em Portugal é raro em virtude da phonetica de lá é, entre nós, facto communissimo em consequencia da nossa pronuncia. O pronome, liberto da peia regressiva de outra palavra atona, procura com frequencia collocar-se para diante do verbo, na vizinhança da idéa relevante que vem no fim da oração. Esta nossa collocação progressiva, se assim podemos dizer, estende-se, até, a orações negativas, e é usada principalmente quando a ella se alliem motivos de sonoridade e melodia da frase.

Não se trata de um phenomeno isolado que se observa aqui e acolá: apparece na linguagem da população inteira desde os homens illetrados até os nossos primeiros escriptores.

O proprio Gonçalves Dias, que estudou em Coimbra e conhecia a fundo o idioma portuguez, como o provou com as Sextilhas de Frei Antão, escrevia assim: *ligeiro barco, que geme, e ruge, e empina-se insoffrido* (Adeus); . . . *onde os seus passos deslisam-se macios* (O meu sepulcro); *como a virgem, que n'uma hora ri-se e chora, depois chora e torna a rir* (A tempestade); *nenhuma flor, nenhum arbusto prestou-lhe grata sombra* (Analia); *quando o rey ti-*

nhalos juntos (Sext. de Fr. Antão); *tremendo era na voz, quando no peito fervia-lhe o rancor* (O orgulhoso).

A nossa maneira fantasista (como alguns lhe chamam) de collocar os pronomes, forçosamente diversa da de Portugal, não é erronea, salvo se a grammatica, depois de annunciar que observa e registra factos, depois de reconhecer que os phenomenos linguisticos têm o seu historico, a sua evolução, ainda se julga com o direito de atirar, ciosa e receiosa da mutabilidade, por cima do nosso idioma, a tunica de Nessus des regras arbitrarias e inflexiveis.

Toda lingua altera-se com a mudança de meio; e o nosso modo de falar diverge, e hade divergir, em muitos pontos, da linguagem do Reino. Muitas são já as differenças actuaes, que passam despercebidas por não haver um estudo feito nesse sentido. Não é caso para eternamente nos julgarmos inferiores aos nossos «maiores». De raciocinio em raciocinio chegariamos ao absurdo de considerar mais profundo conhecedor da nossa lingua do que o mais culto Brasileiro o camponez analphabeto que, tendo tido a fortuna de nascer em Portugal, pronuncia atonos os pronomes e, consequentemente, os colloca bem á portugueza.

A verdadeira conclusão scientifica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a collocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil tambem é certo o nosso modo de empregar os pronomes

por ser igualmente de uso geral. Em que pese aos grammaticos, o unico criterio para julgar da correcção da linguagem é como muito bem diz o philologo Sayce: «Custom alone can determine what is right and wrong, not the dictum of grammarians, however eminent.»

Para terminar o presente estudo, podemos resumir em poucas palavras as conclusões a que nos levaram os factos observados:

Na linguagem corrente de Portugal os pronomes pessoaes complementos collocam-se normalmente depois do verbo; podem no emtanto deslocar-se. Essa deslocação effectua-se em virtude de uma lei phonetica, a saber: quando não ha pausa depois da palavra que precede o verbo, o pronome atono passa a interpor-se, ou seja para amparar o primeiro vocabulo se tiver pronuncia fraca, ou para fazel-o sobresahir emphaticamente se diver intonação propria. As excepções apparentes são devidas á interferencia de outras leis.

Com os elementos fornecidos pela phonetica pode a syntaxe dar uma regra de anteposição do pronome, segundo o falar lusitano, comtanto que a cinja a orações de verbo finito: o pronome atono antepõe-se ao verbo nas frases negativas, nas interrogativas que comecem por pronome de interrogação ou particula interrogativa e nas subordinativas (com algumas excepções).

Outros quaesquer preceitos de anteposição, alem deste, seriam erroneos, vagos ou deficientes, visto que o modo de collocar nos demais casos depende de condições de pronuncia alheias ao alcance da syntaxe.

Accrescente-se a esta regra que o discurso não deve começar por pronome atono, que no futuro e condicional a posposição é substituida pela interposição, e que nos tempos compostos o pronome é enclitico do auxiliar e não do participio passado, e teremos mencionado as regras praticas em que nos podemos fiar.

No Brasil observa-se, como em Portugal, a construcção quanto aos tempos compostos e quanto a futuro e condicional, e, na linguagem literaria, não se começa o discurso pelo pronome complemento. Outro tanto não se dá com a regra de anteposição ha pouco formulada, que presuppõe pronuncia lusitana nos pronomes, nas particulas e na frase em geral. As condições de pronuncia são outras no Brasil, logo essa regularidade não pode existir. A regularidade lusitana é correcta em Portugal; a liberdade de collocação é correcta no Brasil, conforme já está sancionada na linguagem literaria pelos escriptores brasileiros. Ocioso seria querer um povo imitar o outro, e tanto custa ao Brasileiro imitar o Portuguez quanto é difficil a este o acompanhar-nos a nós. O que num paiz parece brotar espontaneo ao ar livre, noutro só se conseguiria a poder de cultura em atmosphera artificial.

O infinitivo pessoal.

V.

No infinitivo flexionado possuimos nós uma forma extremamente curiosa, estranha ás linguas irmans como a quaesquer outras fora do dominio romanico, e cuja origem não podemos tão pouco filiar directamente ao latim.

Tem-se figurado, é certo, mais de uma hypothese para explicar o apparecimento dessa forma, privativa á lingua portugueza. Nenhuma hypothese porem esclarece, por meio de factos documentados, a obscura transição de uma forma qualquer para a do infinito flexionado.

Tudo quanto de positivo se sabe é que este infinitivo se encontra nos mais antigos monumentos da lingua portugueza, parecendo ter nascido com o proprio idioma. E o que mais surprehende é que, apesar do intimo parentesco do portuguez com o castelhano, não haja, neste, vestigios do infinitivo pessoal; apesar do contacto da nossa literatura com o castelhano e, mais tarde, com o francez e outros

idiomas, nenhuma lingua, absolutamente nenhuma, influenciasse o portuguez no sentido de restringir-lhe de algum modo o uso do infinitivo flexionado.

Ao contrario. Esta forma resistiu a todas as influencias estranhas desde que appareceu, e o seu uso, quando muito, tem-se ampliado nos nossos escriptores modernos.

Vem a proposito mencionar um facto muito significativo, observado por Frederico Diez. Houve, como se sabe, um tempo em Portugal, em que os poetas escreviam as suas obras parte em portuguez, e parte em hespanhol, lingua que lhes era bastante familiar. Pois bem; todos elles, exceptuando unicamente Camões, commetteram o erro de empregar o infinito flexionado em hespanhol, como se tambem o castelhano conhecesse semelhante forma.

D'ahi não se infira que naquella epoca, ou em outra qualquer, estivesse tão em voga o uso do infinito pessoal no seio da nossa lingua a ponto de já não discernirem os escriptores os casos que exigem rigorosamente a forma sem flexão daquelles em que podiam soccorrer-se da forma flexionada. Que esta conclusão seria muito erronea, provam-no á saciedade os factos da linguagem.

Comecemos por mostrar que o infinitivo pessoal é realmente cousa antiquissima em portuguez.

As chronicas e memorias de Santa Cruz de Coimbra, transcriptas na magistral publicação Portu-

galiæ Monumenta Historica, fornecem-nos exemplos como estes: *E o prior dom Joham pos homens pera a defensarem; e deu pera comprarem em beens de raiz oyteenta mil dinheiros douro.* Numerosos exemplos encontramos no Livro de Linhagens; bastará porem citarmos as palavras com que esta obra começa: *Por saberem os homens fidalgos de Portugal de qual linhagem vem . . . e por saberem como som parentes, fazemos escreuer este liuro.* No foral de Lisboa (1179) lemos: *E a uos meus homens e vassalos e criados pera a morardes por dereyto derdamento vola dey.*

Tambem nos Cancioneiros vamos encontrar não poucas vezes o infinitivo com flexão. Lembrarei apenas estas passagens: *E creede que averei prazer de me matardes* (Canc. D. Din. 587); *se en prazer vos caesse de quererdes prender doo de min* (Canc. Aj. 3).

Para provar a antiguidade da forma flexionada não carecemos de adduzir mais argumentos. Importa, todavia, observar que muitos outros casos se nos deparam nos antigos textos, uns analogos aos exemplos que acabamos de ver, outros lançando luz sobre duvidas suscitadas ultimamente.

Essas duvidas suscitaram-se e nunca foram satisfatoriamente resolvidas, graças á facilidade com que certa regra commoda, sem duvida, mas não derivada da observação escrupulosa dos factos, conseguiu insinuar-se e dominar no espirito de grammaticos pouco dados a investigações.

Chamam-lhe doutrina de Soares Barbosa e como dogma parecem aceital-a; mas admira que, tendo atirado a um canto e entregue ás traças todo o resto da Grammatica Philosophica desse autor, por inconciliavel com as nossas idéas de hoje, julguem uma irreverencia entregar ao mesmo destino as paginas com as regras sobre o infinito.

Entretanto, basta ler com um pouco de attenção logo a primeira das regras para se nos deparar tambem ahi a philosophia especulativa que dictou todo o livro.

Quando Soares Barbosa estatue que, para se usar o infinito impessoal, é preciso ter elle o *mesmo* sujeito que o verbo da oração regente, e exemplifica com *eu quero fazer, tu quizeste fazer, nós queremos fazer,* ha realmente uma cousa que deve assombrar ao philosopho desprevenido de hoje, ao grammatico analysta moderno. Desde quando a phrase *eu quero fazer* comporta dois sujeitos, um para cada verbo? Desde quando ha ahi duas orações, uma regente, outra regida?

Este disparatado modo de dizer as cousas e, por outro lado, a contradição frequente entre as regras de Soares Barbosa e a lição dos escriptores — contradição que, aliás, elle proprio mais de uma vez reconheceu — dão-nos sobejos motivos para desconfiar da consistencia da doutrina formulada na velha Grammatica Philosophica.

Ainda mais; a infallibilidade que alguns sem mais exame pretenderam attribuir ao autor só na parte relativa ao infinitivo, ficará seriamente compromettida se averiguarmos que Soares Barbosa foi não sómente o primeiro a formular as regras, mas tambem o primeiro a violal-as.

Deixo, porem, esse assunto por ora de parte, para me occupar da questão do emprego do infinitivo estudada directamente nos textos da lingua.

As minhas pesquisas levaram-me a distinguir dois casos ou, se quizerem, duas series de casos: 1.º o infinitivo liga-se a um verbo de significação incompleta, formando, por assim dizer, com elle um todo predicativo; 2.º o infinitivo tem ou admitte um sujeito seu, pouco importando que este seja igual ou não ao de outro verbo.

Exige o estudo minucioso da segunda hypothese, por ser um tanto complicada, bastante attenção da parte do leitor, e, para comprehender devidamente os resultados a que elle nos conduz, é mister possuir previamente sobre os casos incluidos na primeira das hypotheses noções bem definidas.

Nenhuma duvida, pois, podemos ter sobre o methodo aqui a seguir.

Quando dizemos que o infinitivo occorre, no discurso, unido a certos verbos sem existencia propria, acodem logo á nossa mente os verbos classificados por grammaticos notaveis (Whitney, Vernalecken e

outros) como auxiliares modaes. Exercem esta funcção em portuguez os verbos *poder*, *saber* (significando «ter aptidão,» cf. ing. *can*), *dever*, *ter de*, *querer*. Compendios nossos são obscuros sobre a materia, mas é bom lembrar que, quando um verbo, como os auxiliares modaes, rege habitualmente outro verbo *), não devemos identifical-o com os chamados transitivos, que se construem com substantivos ou pronomes.

Quanto á forma infinitiva a usar, ocioso será dizer que *poder*, *querer*, *dever*, etc. reclamam o infinitivo impessoal. *Devemos dizer* (e não *devemos dizermos*) é a linguagem usual e correcta. Assim se escreve hoje e assim se escreveu sempre.

Mas não é só a auxiliares modaes que se liga o infinitivo; elle tambem se emprega com os auxiliares causativos (denominação de accordo com Whitney e outros), que em portuguez são representados pelos verbos *fazer*, *mandar*, *deixar*, sendo o primeiro o auxiliar causativo por excellencia, emquanto que os dois ultimos encerram ainda uma idéa secundaria. Em outras linguas encontramos exemplos de verbos causativos formados syntheticamente, em vez dos auxiliares. Assim do latim *cado*, cahir, formou-se *caedo*, cuja significação primitiva era «fazer cahir». Do mesmo modo o inglez *to fall* deu o deri-

*) A's vezes omittimos o verbo principal. Assim *elle quer dinheiro* equivale *a elle quer haver (ou possuir) dinheiro; quero isto pronto* = *quero ver isto pronto*.

vado *to fell*, e os verbos *to sit, to lie*, deram respectivamente os derivados causativos *to set* e *to lay*, que a principio significaram respectivamente *fazer ficar sentado* e *fazer ficar deitado*.

Este confronto não só justifica o chamarmos auxiliares causativos aos supra-citados verbos portuguezes, desde que o seu sentido se complete com outro verbo, mas ainda dá-nos a chave de um enigma syntactico que recebemos já do portuguez antigo. Refiro-me ao uso do dativo pelo accusativo, tão frequente junto ao verbo *fazer*: *faço-lhes creer mentira*, (Canc. do Aj. 48); . . . *lhes fez o sen perder* (ib. 109); . . . *lhes quero fazer veer* (ib. 156); ao lado de: *a melho'-los fez ensandecer* (ib. 109). Admittir, em taes exemplos, o pronome dativo como sujeito do segundo verbo equivaleria a admittir a construcção do dativo pelo accusativo com infinito, isto é, uma particularidade syntactica que a grammatica historica não poderá explicar cabalmente. Comprehenderemos, entretanto, o caso obliquo em questão se o considerarmos *objecto* do segundo verbo, e interpretando o pensamento «*fez-lhes perder o sentido*» deste modo: «*fez perder*», isto é, «causou perda do sentido a elles.» Em Gil Vicente lê-se: *tres cousas acho que fazem ao doudo ser sandeu* (A. da Mof. Mendes).

Considerada em si, esta digressão pelo terreno theorico pouco nos deveria interessar. Não obstante, é de valor para o nosso estudo; deixa entrever esta

regra que a investigação dos factos vem effectivamente confirmar: os auxiliares causativos *fazer, mandar, deixar,* pedem o infinitivo impessoal.

A doutrina de Soares Barbosa ensina a gente a dizer: *não nos deixeis cahirmos* (em vez de *cahir*) *em tentação, faço-te estudares* e outras bellezas do mesmo jaez. Por mais que me esforçasse, não consegui averiguar a legitimidade de semelhante linguagem. No Cancioneiro de D. Diniz lemos: *contra elas que faz viver tal vida* (2599), e no Cancioneiro da Ajuda, onde é usado com grande frequencia, o auxiliar causativo *fazer* vem unica e exclusivamente completado com o infinitivo impessoal. Do mesmo modo na obra Portugaliæ Monumenta Historica vêm os auxiliares com o mesmo infinitivo impessoal: *nos faram vencer* (I. Script. 186); *mandou alcarac Reis e Infantes e outros altos homees acometer os christãaos* (ib., 156); *fez vir a seu conselho todas aquellas nações dos christãaos* (ib. 482) etc.

Prima tambem pela ausencia a flexão no infinitivo dependente de *fazer* na bellissima linguagem dos Lusiadas: *a muitos fez perder a vida e a terra* (III, 23); *os deuses faz descer ao vil terreno, e os humanos subir ao céu sereno* (IX, 20) [e bem assim as passagens em V, 67; VII, 11; VII, 61; VIII, 98; X, 6; X, 50; X, 142].

Alem dos auxiliares causativos, possuimos uma serie de verbos cuja função especial ainda não foi convenientemente assignalada nos compendios de

grammatica. Ensina-se que os tempos do verbo se dividem, com relação ao momento em que se fala, em presente, passado e futuro. Na pratica porem não nos limitamos a isso. Muitas vezes carecemos de determinar com mais rigor o momento da acção. É este justamente o papel dos verbos a que me refiro. O acto de escrever no tempo presente pode ser enunciado de varios modos: *eu escrevo* (actualidade vaga e indefinida); *eu estou a escrever* (= escrevo neste momento); *costumo escrever* (= escrevo usualmente); *começo a escrever*; *continuo a escrever; acabo de escrever; cesso de escrever; vou escrever*; *torno a escrever*, etc. etc. E' fora de duvida que a idéa predominante, e portanto o verbo principal, é *escrever;* emquanto que *estar a*, *começar a,* etc., que por si só nada valem, servem para indicar uma noção sub sidiaria (verbos auxiliares) de momento inicial ou começo, duração, repetição, continuação, terminação, etc., do acto de escrever.

Com a introducção do elemento psychologico no estudo das formas analyticas e aproximando mais do terreno semantico o arido estudo grammatical, afasto-me sem duvida dos formalistas que até agora têm concebido a classificação dos verbos quasi que exclusivamente á luz das formas syntheticas latinas. Estes classificadores não comprehenderiam a existencia de verbos inchoativos, frequentativos ou iterativos, se a lingua latina não existisse.

Do ponto de vista que mais aceitavel me parece, os alludidos verbos portuguezes não passam de auxiliares, a que, por precisarem melhor o tempo da acção, poderemos chamar determinativos ou *accurativos*, para os distinguir dos causativos e modaes.

Ora, esses auxiliares accurativos têm de commum com os auxiliares modaes e causativos o seguinte:

1.º Ligam-se a um infinitivo, que psychologicamente é o verbo principal;

2.º O sujeito da oração é indicado pela desinencia desses auxiliares, ao passo que o verbo principal que os acompanha é uma forma nominal, de todo em todo *desprovida* de sujeito;

3.º Este verbo principal junto aos ditos auxiliares é expresso pelo infinitivo *sem flexão* ou impessoal.

Ha ainda alguns verbos, como *ousar*, *desejar*, *gostar de*, *vir*, etc., que, sendo completados por outro verbo, não admittem a existencia de um sujeito neste novo verbo e, portanto, só se empregam com o infinitivo impessoal. Não os podemos, entretanto, accommodar em nenhum dos tres grupos de auxiliares; mas isto é de somenos importancia para a conclusão a que até agora temos chegado e que vem a ser: infinitivo sem sujeito é o mesmo que infinitivo sem flexão.

Se este resultado exprime ou não um principio geral, verdadeiro, é o que nos hade dizer o estudo

do infinitivo livre dos verbos de função auxiliar, modaes, causativos, accurativos ou outros.

Antes porem de examinarmos a nova face da questão, cumpre notar que tenho por escusado adduzir exemplos com relação aos auxiliares *acabar de*, *estar a*, *continuar a*, etc., por me parecer que o leitor não pode ter duvida sobre se reclamam ou não o infinitivo impessoal. São casos corriqueiros, de que se topam exemplos, a cada passo, na leitura de qualquer livro.

Apesar disso, sou forçado a chamar a attenção para um equivoco de que foi victima Silva Tullio. Diz este autor que os escriptores usam com o verbo *começar* indifferentemente o infinitivo com ou sem flexão. Não ha tal. Silva Tullio confunde talvez um exemplo sporadico com a generalidade dos casos. Vieira, Bernardes, Castilho lhe teriam fornecido, se os estudasse melhor, cabedal bastante para corrigir o engano. Em Camões encontraria só infinitivo impessoal com o verbo *começar* (Lus. I, 15; V, 25; V, 35; V, 61; VI, 37; IX, 68; IX, 72). Do mesmo modo em Bernardim Ribeiro; e em uma só obra de Zurara enxergaria 202 exemplos de *começar* com infinitivo impessoal, faltando os casos de infinitivo flexionado. Se valesse a pena, e o espaço o permitisse, eu daria aqui a indicação das paginas, onde colhi este numero respeitavel de duas centenas de exemplos. A obra

é a chronica de D. Pedro de Menezes publicada na collecção de Ineditos da Historia Portugueza.

Despeado dos verbos de função auxiliar, o infinitivo não é necessariamente uma palavra livre de dependencia. Ha mais verbos que o podem governar, assim como pode vir regido — importa assignalar esse facto — de um substantivo ou de um adjectivo.

Mas, ou seja dependente ou não, é fora de duvida que o infinitivo portuguez, sem os auxiliares, tem *aptidão* para um sujeito; aptidão essa que cumpre não identificar com a noção de sujeito necessario, quasi sempre suggerida pelas formas finitas. Exemplos de infinitivo com sujeito: *Ca a Deos prazia de elle ser regedor desta terra* (F. Lopes, Ch. D. J. I, I, cap. 25); *não é tempo de me vós denegardes uma mercê* (Zur. Chr. D. P. Men 475); *antes de as cousas terem ser, já estão julgadas* (Vieira, Serm. 2.ª dom. adv.); *não era boa invenção a de os homens verem os corações*, (Vieira, ib).

Desta situação especial do nosso infinitivo deve resultar um facto muito simples: é observar-es a lei da concordancia sempre que lhe dermos um sujeito no caso nominativo, e, portanto, tão regular como o sujeito de outras formas verbaes.

Parece isto intuitivo e admira, realmente, que os grammaticos se tenham descuidado da propria grammatica ao occuparem-se do infinitivo pessoal e impessoal. Um preconceito os faz desgarrar. A in-

fluencia funesta de Jeronymo Soares os faz pensar em sujeito differente do de outro verbo, ou não, como se ao infinitivo sem a tutela de tal verbo fallecesse o direito de existir; mas não reparam que, cerceando-se pelo infinitivo a lei da concordancia verbal (em numero e pessoa com o nominativo sujeito), a mesma concordancia deixa de ser lei.

Approvam, com effeito, todos a flexão em *não te admires de serem elles os preferidos.* Onde fica, porem, o bom senso, a boa linguagem, a boa grammatica, para nos julgarmos desobrigados de dizer, analogamente, *não te admires de seres tu o preferido?* Ou por ventura *não te admires de ser tu* é portuguez mais castiço?

Nos Lusiadas ha aquelle vigoroso *não te espantes de Baccho nos teus reinos receberes.* Mal sabia, porem, Camões, que lhe haviam de collaborar no pensamento alguns seculos mais tarde e propôr esta corrigenda: *não te espantes de Baccho nos teus reinos receber.* Como se fosse Baccho, e não Neptuno, o sujeito; como se o deus do vinho tivesse ido dar alguma recepção no reino d'agua! Por muito menos escreveu Castilho Antonio, mais tarde, apesar do preceito de Jeronymo Soares: *Assombram-se as Nereidas de avistarem . . . bosques, edificios* (Metam. 23).

Nem sempre é conspicuo o sujeito, e é ahi que bate o ponto. Se, em lugar de um nome, for um pronome pessoal em nominativo, podemos subenten-

del-o. Contentamo-nos quasi sempre com a flexão do verbo sem mencionar o pronome.

Isto nos obriga a apurar de outro modo as condições em que o sentido vago da forma nominal passa a ser limitado e referido particularmente a certo agente, resultando dahi a concordancia do verbo com esse agente.

A necessidade de clareza é sem duvida o caso que primeiro se nos apresenta. Torna-se obrigatoria a individuação naquellas construcções onde o acto, vagamente expresso pelo infinitivo, poderia referir-se a pessoa ou cousa diversa da que temos em mente. Um exemplo frisante é o já citado *não te espantes de Baccho nos teus reinos receberes.*

Não tem conto os exemplos deste genero, e, ás vezes, o realce parece determinado simplesmente por achar-se o verbo perto de um nome a que não se refere. Esta applicação da lei do contraste torna clarissimo o pensamento, poupando esforço ao leitor. Casos em que o relevo do sujeito é indispensavel ou conveniente: *Poede en uosos coraçõcs de husardes o que husaron aqueles donde viides* (L. de Linh. 186); *e creede que averei prazer de me matardes* (Canc. D. Din. 587); *deixas criar ás portas o inimigo, por ires buscar outro de tão longe* (Cam. Lus. IV, 101); *pedem as figuras alfinetes para toucarem um Escudeiro* (Cam. El-rei Seleuco); *o mensageiro co'a embaixada alegre se partia para a frota . . . Enchem-se os peitos todos*

de alegria por terem o remedio verdadeiro [i. e. têm o remedio os Portuguezes, não o mensageiro], (Cam. Lus. II, 89); *dirão que . . . nos trouxestes a este deserto, para aqui nos tirardes a vida e nos sepultardes* [o autor põe em relevo que é Deus, e não o deserto, quem tira a vida e sepulta], (Vieira, Serm. arm. de Port.); *és nascido para nos alegrares* [diff. de «para nos alegrarmos»] *e espojares com riso,* (Bern. Fl. I, 51); *vejo agora que era um insensato, quando imaginava que valia a pena de sacrificares* [i. e. tu e não eu] *alguma cousa ao teu e ao meu futuro; que valia a pena de não poupares um esforço . . .* (Herc. Monge I, 284).

E' facil de ver quanto lucra a clareza com a particularisação do sujeito e consequente concordancia do infinitivo. Basta uma simples experiencia: ler os trechos supra-citados, supprimindo a flexão nos infinitivos.

Do realce destinado a evitar o sentido ambiguo, ou facilitar a comprehensão, para o realce por emphase ha apenas um passo. Presta-se, com relação ao sujeito, o infinitivo flexionado para nos deixar, por assim dizer, ver os contornos e o desenho da imagem; mas presta-se igualmente para dar colorido e vigor á imagem já desenhada.

Esta dupla propriedade de nossa forma nominal comprehenderam-na os escriptores portuguezes desde os tempos mais remotos da lingua até a actualidade;

e, soccorrendo-se do infinitivo emphatico ou rhetorico, obtiveram, em muitas occasiões, effeitos surprehendentes de energia, concisão e belleza de linguagem.

Já no muito prosaico Livro de Linhagens encontramos, em uma exclamação, ao lado de um infinitivo não flexionado (*manteer*, talvez por *poderen manteer*), um outro claramente personalisado (*averem*): «*... quatro mil caualeiros manteer lide a tantos e tam boos como os meus eram! En acabamento per hum paao auerem de uencer!*» (p. 189).

Em Azurara destaca-se, entre numerosos exemplos, esta supplica tocante, realçada pelo infinitivo emphatico: *Som pobre e jaço neste cativeiro e nom ey remedio algum, se te prouvesse pelo amor de Deus e do nosso santo Profeta pedires lá por essas aldêas pera me tirares d'aqui, averás grande mercê.*

Camões, para representar vigorosamente um esforço quasi sobre-humano, o dominio sobre sentimentos naturaes, impossivel, talvez, em outros que não os valorosos Lusitanos, põe em relevo a pessoa em cada um dos actos neste trecho magistral: *Nós outros, sem a vista alevantarmos nem a mãi, nem a esposa, neste estado, por nos não maguarmos ou mudarmos do proposito firme começado, determinei de assi nos embarcarmos sem o despedimento costumado* (Lus. IV, 93).

E se o Gama, entre gente remota, mostra quanto valem os Portuguezes, esses mesmos homens, por outro lado, sabem ser modestos, humildes e obedientes

em presença de seu rei: *Só para fazer versos deleitosos servimos* (Lus. X, 82); *por vos servir a tudo apparelhados* (ib. X, 148); *sem dar resposta prontos e contentes* [cf. o contraste: *como estais sem irdes a pregar a santa fé?*] (ib. X, 119). Demos aos verbos aqui a desinencia pessoal, e a modestia converter-se-á em petulancia e enfatuação.

Tem-se dito que os poetas empregam, por vezes, uma ou outra forma do infinitivo conforme as necessidades do verso. Não discuto se ha poesias feitas com recursos de segunda ordem. Mas as apparencias illudem, e nos Lusiadas não vejo exemplo de infinitivo flexionado, i. e. de realce de pessoa, quando essa pessoa, por um motivo qualquer, intelligivel pelo contexto, tenha de ficar em segundo plano.

A explicação sediça, e sobremodo commoda, deu-a tambem o Sr. Candido Figueiredo, relativamente a certo exemplo de Castilho. Ora, como encontramos neste escriptor ainda um numero soffrivel de iguaes ou, talvez, peiores «tolices» (é a expressão do Sr. C. F.), ficamos sabendo mais esta novidade: que o traductor de Virgilio e Ovidio, além da falta de originalidade, possuia o defeito de suar em bica para acertar seus versos.

O Sr. Candido Figueiredo não é philologo; escreve por palpite, e não lê autores senão por alto. Manuseasse as obras de Castilho e teria buscado outra explicação, accommodavel tambem a exemplos

elaborados em muito boa prosa: *Haviam de subtrahir ao monumento sem o enfraquecerem* (Tart. prefacio XIX); *pena tivemos nós, confessamol-o, de não havermos podido chrismar* (ib. pref. X); *Valerio e Marianna ficam algum tempo de mãos dadas sem se olharem* (ib. p. 74); *que se devem ausentar para não tolherem a confidencia* (Misanthr. 100); *D. Rosalia e Frederico apartam-se para um canto da sala a conversarem animadamente, mas sem serem ouvidos do espectador* (ib. 74.)

O que ahi ha são casos de infinitivo flexionado, uns empregados por emphase, e outros por simples clareza do sentido.

Entre os modernos, é talvez Herculano quem melhor conhece os segredos do infinitivo emphatico. Em suas obras existem passagens sublimes, onde a eliminação da desinencia pessoal do verbo seria o mesmo que inutilisar uma tela de valor: *Morreres?! Oh não! Salvaste Hermengarda do opprobrio,* (Eur. 289); [e com o pronome claro para reforçar: *Tu, Hermengarda, recordares-te?!* (ib. 46)]; *perdoe-te o céu o haveres-me obrigado a sacrificar aos pés desse orgulho o sentimento de amor* (ib. 283); *matei-te como um cão, sem sacramentos, sem um instante para implorares a misericordia de Deus* (Monge II, 324); *infiel, grande era o preço que davas por uma filha da serva raça dos godos: guarda-o para o empregares melhor: para comprares as livres e nobres donzellas do teu paiz*

(Eur. 201); *devem buscar-se, unificar-se, completar-se, até irem* (emphase), *depois da morte, formar . . . uma só existencia* (ib. 281).

Seja aqui dito de passagem que o Sr. Candido dé Figueiredo, referindo-se ao autor do Monasticon, naturalmente sem o estudar, diz: «E quando fala o Herculano, é perigoso erguer a grimpa» *).

No emprego do infinitivo emphatico, como na emphase em geral, ha que levar em conta a intenção, o elemento subjectivo, e neste ponto o grammatico, não podendo collaborar no pensamento do autor, fica impossibilitado de decretar leis.

Já houve quem tentasse fazer uma lista de verbos que pediriam, uns o infinitivo impessoal, outros o pessoal. Por minha parte tenho colleccionado, neste sentido, um material bastante vasto; mas confrontando entre si os casos analogos, obtive este resultado: fazendo abstracção do infinitivo dependente de verbo com função auxiliar, não descobri nem verbo, nem substantivo, nem adjectivo que possuisse o privilegio de impedir o emprego do infinitivo emphatico. E o que é condemnavel não é a emphase em si, mas o abuso, o pôr em relevo a pessoa, tratando-se de um facto secundario, ou quando a relação entre a pessoa e o verbo é banal e obvia ao leitor. A necessidade da clareza (não a emphase) faz

*) No Jornal do Commercio de 12 de fevereiro de 1907.

o infinitivo flexionado invadir, ás vezes, um territorio onde, em principio, lhe é defeso entrar. Absolutamente descabido junto de um verbo de função auxiliar, quando este verbo se ache immediatamente antes (ou depois), o infinitivo flexionado tolera-se todavia, se, pela interposição de dizeres mais ou menos extensos, ficar o verbo principal um tanto longe do seu auxiliar.

Tal é o caso se, por exemplo, um mesmo auxiliar tiver de servir, sem ser novamente mencionado, para dois ou mais verbos principaes, seguidos dos respectivos complementos. O ultimo infinitivo terá flexão. Escasseiam os exemplos na linguagem concisa e elegante (não os encontrei nos Lusiadas nem nos Cancioneiros), emquanto que se nos deparam mais a miudo nos periodos e orações complexas e alentadas de certos prosadores.

Castilho Antonio escreveu: *Deviam-no trazer todos vocês nas palmas das mãos, dar mil graças aos céus, e acabarem de crer* (Tart. 11). Em Herculano se lê: *Mas a selva já começa a rarear, e os ginetes a resfolegarem com mais violencia* (Eur. 227). E nos periodos estirados de Zurara ha varios exemplos como este: *E aaquelles que alli nom vierom podeislhes notificar vossa tençom, pedindolhes conselho e ajuda . . . e des y ordenardes per bom espaço como la vades com entençom de morrer ou vencer.* (Chr. D. P. Men. 482).

Nesta chronica de D. Pedro de Menezes, cujos

exemplos examinei, observa-se um facto philologico interessante. E' que ha ahi um numero respeitavel dessas passagens de longo folego, com frases campanudas e infinitivos arrojados, mas (exceptuando-se talvez dois casos), sómente quando o autor procura reproduzir o falar bravio e rude de certos personagens. Se é o proprio chronista quem fala, vê-se que elle acha a linguagem literaria digna de ser mais cuidada e polida.

Nem é difficil evitar semelhantes construcções e, com ellas, a flexão da forma nominal: ou redigindo por outra forma, ou repetindo o verbo auxiliar (que tambem poderá ser substituido por palavra de sentido equivalente).

Vem aqui a proposito lançar um pouco a vista sobre o estranho argumento de que se utilisa o autor da mais extravagante theoria que já se inventou sobre o infinito pessoal. Pretende o Sr. Ruy Barbosa que, no portuguez antigo, a forma nominal flexionada se usava sem discernimento, ainda quando se tratasse de infinito proximo de seu auxiliar modal. E' inexacto. Não ha prova disso, absolutamente nenhuma. Nem elle a exhibe, nem a poderia exhibir; mas, entre citações numerosas e alheias ao caso, encrava o Sr. Ruy Barbosa um exemplo, diante do qual o leitor é forçado a estacar um momento: *não podem serem em um accordo,* Azurara, Chr. de D. João I, cap. 5.

Uma andorinha não faz verão, e aquelle solitario

exemplo, a ser verdadeiro, não é o bastante para servir de base a uma doutrina nova e original. Podia ser descuido do autór ou de quem lhe imprimiu a obra. Mas o citador faz cabedal do seu achado, e a elle torna mais de uma vez, avivando-nos por esse modo a attenção. E' caso de confrontarmos a copia com o original a ver se, pelo menos, o contexto nos explica a exquisitice: *não podem serem.*

Não é, porém, exactamente isso o que está na primeira (e unica, diz Innocencio) edição da Chronica delrey D. Joam I, 3.ª parte composta por Gomez Eannes d'Azurara, Lisboa, 1644. Leio ahi no cap. 5 bem nitidamente: *ca Elrey he em mui piquena idade, por cuja rezão todo seu Reyno se rege por tutores, os quaes continuamente nam podem ser em hum acordo.*

Logo, na citação *não podem serem,* por *não podem ser,* o que parece haver é simplesmente um pequenino enxerto moderno. Que o chronista não tinha o habito de maltratar a lingua vê-se ainda no proprio capitulo 5, onde, além do citado exemplo de infinitivo impessoal com o verbo *poder,* se encontram ainda os seguintes: *já agora os nossos mercadores poderam ir seguramente por toda Hespanha; de que nos poderam trazer muitas nobres cousas; correm as nouas polas cidades e villas as quaes continuadamente não podem ser alegres; para que possamos cobrar saluaçam para nossas almas; com que poderão fazer grande empecimento a seus imigos.*

O Sr. Ruy Barbosa diagnosticou algures amaurose em quem não alcança a clareza de certas argumentações. De que molestia de olhos, cruel e atroz, não deverá então soffrer aquelle que não consegue enxergar essa enxurrada de exemplos em um capitulo de 4 paginas de texto impresso em letras garrafaes!

De um exemplo relativo ao auxiliar *soer*, *soem ellas fazerem-se*, encontravel em Bernardim Ribeiro, que mais poderemos dizer, pois outros exemplos nos fallecem, senão que o apparecimento de uma unica ave de arribação nada exprime? Mormente quando, longe de ser prenuncio de estio, parece, antes, o primeiro symptoma de outono de uma vida literaria a intrincada contextura do periodo em que o caso se nos depara *).

E não seria mais avisado, antes de aventurar qualquer conclusão, attentar tambem nos demais casos em que o mesmo autor emprega o verbo *soer?* Ao lado daquelle *ellas soem fazerem-se*, duvidoso e unico (posso asseverar que é o unico em Bernardim Ribeiro), não haviam de ficar mal os correctissimos e numerosos exemplos de *soer* com infinitivo impessoal exis-

---

*) O periodo é este: *Nas maguas que as lagrimas tem feitas no vosso rosto (que para esse efeito parece que não foi dado) entendo eu quam dada deveis ser aos cuidados, que não soem ellas fazerem-se debalde.* Men. e Moça cap. III. Ellas quem? maguas ou lagrimas? Pelo sentido parece maguas, mas a redacção não é boa.

tentes nas obras do mesmo escriptor: *sohiamos a passar* (Men. e Moça p. 20); *sohiam fazer* (ib. p. 24); *sohiam gentes andar nelles* (ib. p. 36); *soem trazer* (ib. p. 89); *soem ellas ás vezes vir* (ib. p. 105); *soem levar* (Eglog. p. 297); *sohieis de pascer* (ib. p. 301); *soem os tristes pastores . . . desabafar* (ib. p. 312); *não sohias assim ser* (ib. p. 336).

Nada lucrou a syntaxe historica com os dois exemplos apontados: um inexistente, o outro inconsistente. Com o labor aturado e de muita paciencia dos colleccionadores de raridades, podem-se de longe em longe descobrir, em outras obras, *rari nantes in gurgite vasto.* Mas d'ahi o que se conclue? Que se deve ignorar deliberadamente a massa esmagadora dos factos em contrario e annunciar com ousadia que «não houve discernimento» no emprego do infinitivo pessoal? Que a «systematisação grammatical» (de Soares Barbosa no seculo XIX?) lhe veio por fim assignar as funções a esse infinitivo? *).

---

*) O autor da Replica affirma que o criterio de Jeronymo Soares é ainda o que hoje aceitam bons grammaticos e cita, entre outros, João Ribeiro. Mas a verdade é que na mesma obra citada, mesma edição e em face da mesma pagina, o Sr. João Ribeiro nos previne contra tal criterio: «As regras com que J. Soares Barbosa suppunha resolver a questão do infinito são antes considerações desconnexas sem valor theorico nem pratico.»

Dir-se-á que houve contradição da parte do grammatico. O caso é outro. Das sete regras para o emprego do infinito pessoal o Sr. Ruy Barbosa limitou-se a citar unicamente

Paginas antes o autor da Replica esposava esta opinião muito acertada: tomam a nuvem por Juno os que não admittem nos «classicos» um defeito, um erro qualquer. Mas porque é que hade ser infallivel o grammatico? Que titulos tem Jeronymo Soares para o aceitarmos como oraculo supremo? O dilemma (ou sujeito diverso, ou sujeito igual) com que nos presenteou para achar o argueiro na vista alheia, deixa sem resposta os casos de infinitivo independente de outro verbo. Precedendo-nos com o exemplo, devia ser elle o primeiro a mostrar o bom caminho; no emtanto, lê-se isto no seu livro: *Todas as grammaticas . . . têm o commum de serem uns systemas analogicos* (Soar. Barb. Gramm. Phil. XI); *assim as palavras, para representarem estas relações mutuas, tomavam ou differentes formas ou differentes proposições* (ib. VIII); *são determinados a fazerem a segunda pessoa* (ib. 148); *estas expressões, alem de serem improprias, são de natureza ambiguas* (ib. 161).

Soares Barbosa é incongruente: não sabe o que faz, nem o que diz. Condemna, por ter infinitivo pessoal, a frase camoneana: *folgarás de veres a policia* (Lus. VII, 72). Fora do contexto, effectivamente não soa bem; quando porem, lendo os Lusiadas, notamos que Monçaide procura mover o Catual a ir

---

esta: «Quando tem um sujeito differente do outro verbo . . .» Contava de certo o critico que o leitor concluiria pela necessidade de admittir fatalmente a proposição reciproca.

pessoalmente ver com os proprios olhos a frota portugueza e o que nella se contém, já a impressão não é a mesma. Se duvidares da minha palavra, diz Monçaide, *se esta informação não for inteira tanto quanto convem, . . . vai ver-lhe a frota, as armas . . . e folgarás de veres* [i. e. tu com teus proprios olhos] *a policia portugueza na paz e na milicia.* Foi o mesmo intuito de realçar a pessoa a quem a acção é referida que ditou a Antonio Vieira este trecho: *. . . antes tem obrigação as Religiosas Portuguezas de se edificarem e alegrarem muito de verem (sobre hum tão grande exemplo) hum tão novo e particular espirito na profissão de seu estado* (Serm. V, 569). E ainda modernamente Castilho no já citado: *assombram-se as Nereidas de avistarem . . . bosques, edificios.*

Como quer que seja, Soares Barbosa condemna o *folgarás de veres a policia* dos Lusiadas. Não devia. Está muito correcta a frase, mercê da propria regra:

«Usa-se do pessoal . . . 2.º Quando a oração do infinito, ou como sujeito e attributo de outro verbo, ou como complemento de alguma preposição se toma em um sentido não já abstracto mas pessoal» (Soares Barbosa, Gramm. Phil.).

Ou ainda, com exemplos esclarecedores:

«Uza do segundo [infinito pessoal] ou quando o subjeito de ambos os verbos he differente . . .; ou com as Preposições quando determinão infinito pessoal, como: *Para aprenderes a Grammatica Latina has mister saberes a tua* (Ut Latinam Grammaticam discas, tuam novisse opus

habes). Se se não determina a pessoa, basta dizer: *Para aprender a Grammatica Latina has mister saber a propria* (Ad Latinam Grammaticam discendam, vernaculam didicisse opus est)» (Soares Barb. As duas Linguas ou Grammatica Philos. da Lingua Portug. comparada com a latina etc. pag. 116/117).

O exemplo camoneano *não te espantes de Baccho nos teus reinos receberes* pareceu tambem errado ao mesmo grammatico. Está duplamente certo segundo a sua theoria: 1.º porque o infinito está regido de preposição e determina-se a pessoa; 2.º porque a regra primeira reza assim: «[Usa do pessoal] quando o sujeito do infinito é differente do verbo finito que determina a linguagem infinita: ou pode haver equivocação sobre qual é o de quem se falla, ainda que seja o mesmo. Então esta linguagem infinita para distincção dos dous sujeitos toma differentes terminações pessoaes com as quaes se tira o equivoco». E mais adiante: «. . . Em todo o caso é sempre para tirar qualquer equivocação ou incerteza que possa haver sobre se é ou não o mesmo sujeito de ambos os verbos . . .» (Veja-se Soares Barbosa, Gramm. Phil.).

A unica cousa errada no trecho camoneano é a sua copia na Grammatica Philosophica. Camões não escreveu *de a Baccho receberes*, porem *de Baccho* *) (sem a preposição *a*) *receberes*. (Veja-se a edição de 1572). D'ahi talvez a critica.

*) ou *Baco*, segundo a orthographia do tempo.

Em tudo isso vê-se o natural conflicto entre o prurido de sujeitar tudo a uma formula simples, mas fantasiosa, arbitraria, e o sentimento da linguagem que puxa as cousas vigorosamente em outra direcção. Pondo de parte uma ou outra anomalia, uma dessas irregularidades que rarissimas vezes occorrem, creio que o sentimento de linguagem commum aos escriptores, o criterio que para o emprego das duas formas infinitivas tem presidido desde os mais antigos tempos da lingua até os mais modernos, reduz-se em substancia ao seguinte:

Infinitivo SEM FLEXÃO:

1.º sempre que o verbo indicar a acção em geral, como se fora um nome abstracto, ou quando não se cogita da pessoa, ex.: *estudar (= o estudo) aproveita.* E' o caso mais commum.

2.º nas linguagens compostas e perifrasticas, sendo apenas licita a flexão no caso de vir o infinitivo afastado de seu auxiliar a ponto de tornar-se obscuro o sentido se esse auxiliar não for lembrado novamente pela flexão.

Infinitivo FLEXIONADO:

1.º sempre que o infinitivo estiver acompanhado de um nominativo sujeito, nome ou pronome (quer igual ao de outro verbo, quer differente).

2.º sempre que se tornar necessario destacar o agente e referir a acção espe-

cialmente a um sujeito, seja para evitar confusão, seja para tornar mais claro o pensamento. O infinitivo concordará com o sujeito que temos em mente.

3.º quando o autor intencionalmente põe em relevo a pessoa a que o verbo se refere.

Por outros termos: determinam o uso do infinito flexionado: a presença do nominativo sujeito, e, portanto, a *simples concordancia* obrigatoria; o *realce necessario* do sujeito para facilitar a comprehensão (inf. de clareza) e, finalmente, o *realce intencional* para pôr em relevo a pessoa de quem se trata (inf. emphatico).

Se o sujeito do infinitivo for um nome ou pronome em caso obliquo, e, portanto, simultaneamente objecto de outro verbo, a lei da concordancia obrigatoria não o attinge. A flexão em tal caso só será empregada por motivo de realce.

Este principio — verdadeira lacuna nos compendios grammaticaes — encontro eu confirmado no Canc. da Aj.: *Vej'eu as gentes andar* (e não *andarem*) *revolvendo . . . os corações* (435), e bem assim o infinitivo sem flexão em todos os mais exemplos (160, 352, 358, 398, etc.) desse cancioneiro e do de D. Diniz (861, 1310, 2242, etc.). Zurara (chr. de D. P. Men.) contribuiu-me com 51 casos de *ver* + inf. impessoal e um unico de infinitivo flexionado. Em Bernardim

Ribeiro ha 10 casos sem flexão e 3 de flexão. Nos Lusiadas occorrem apenas 5 exemplos de *ver* + inf. flessoal, ao passo que são em numero de 12 os casos contrarios. Confrontem-se, entre outros: *E vereis ir cortando o salso argento os vossos argonautas* (I, 18); *cousa . . . de alto espanto ver as nuvens do mar, com largo cano, sorver as altas aguas do oceano* (V, 18); *mas quando eu para cá vi tantos vir daquelles cães* (V, 35); *verão morrer com fome os filhos caros . . .; verão os Cafres . . . tirar á linda dama seus vestidos* (V, 47); *verá braços e pernas ir nadando* (X, 36), ao lado de: *com pequenas crianças viu a gente terem* [brutas feras e aves agrestes] *tão piedoso sentimento* (III, 126); *viu de antigos, longiquos e altos montes nascerem duas claras e altas fontes* (IV, 69); *vimos as Ursas, apesar de Juno, banharem-se nas aguas de Neptuno* (V, 15).

Largo uso do realce, ao lado da forma simples, faz Herculano com os verbos *ver* e *sentir: Sentiu . . . lagrimas . . . traspassarem-lhe* (M. I, 18) (mas: *sentia-os parar* ib. 266); *viram os castelhanos saquearem e queimarem o bairro* (Eur. 171), mas: *vira descer as mãos de Ruy Casco sobre as orelhas da tia Domingas,* (M. I, 76); *viu alvejar os turbantes e, depois, surgirem rostos tostados, e, depois, reluzirem armas* (Eur. 233); *os pastores viram os nossos cavalleiros transporem o Sallia* (Eur. 263), mas: *algum tanto commovido com ver rolar duas lagrimas pelas faces do licenciado*

(M. I, 233). Parece haver predilecção pela forma flexionada quando ao infinitivo se segue pronome atono: *sentem . . . gotejarem-lhe . . . os ramos* (Lendas e Narr. II, 46), mas: *sentiam ranger e estalar as vigas de um simples* (ib. I, 286).

Com o verbo *ouvir* só tenho colhido casos de infinitivo sem flexão; mas os exemplos rareiam e é possivel que os haja tambem com o infinitivo flexionado: *ouviu ramalhar as arvores* (Herc., Lendas e Narr. II, 40): *tenho-vos mais de uma vez ouvido falar* (Herc., M. I, 228). Muitas vezes é evidente o uso do dativo: *terras senhoriaes, de que ouvira mais de uma vez falar a velhos cavalleiros* (Herc., M. I, 228).

Com o verbo *parecer* dá-se um facto curioso. Elle usa-se, como é sabido, tanto impessoal como pessoalmente. Na primeira hypothese, teremos o infinitivo flexionado: *os quaes lhes pareceu dirigirem-se para o lado do celebre mosteiro* (Herc., Eur. 169); . . . *lhes parece verem passar . . . um cavalleiro* (ib. 194). Na segunda, deve-se esperar o infinitivo sem flexão: *os mares pareciam naquella hora recordar-se* (ib. 24); *astros que pareciam sorrir-lhe* (ib. 278). Mas ha ainda um terceiro caso, a cujo uso não deve ter sido estranho o contagio, a influencia mutua das accepções, pessoal e impessoal, do verbo *parecer: as aves aquaticas redemoinhavam . . . e pareciam, nos seus vôos incertos . . . folgarem com os primeiros dias da estação dos amores* (Herc, Eur. 42 e passim).

* * *

Nenhuma referencia fiz até aqui á doutrina de Fred. Diez. O sabio allemão tem, sobre Soares Barbosa, a grande qualidade de não ser contraditorio e diffuso. Suas proposições são despretenciosas e *a posteriori;* representam a synthese de observações feitas em um material linguistico consideravel. Não podia deixar de descobrir o absurdo dos que propunham como pedra de toque o sujeito igual ou diverso. Na sua obra se encontra pela primeira vez claramente enunciada a verdade: o infinitivo dependente de auxiliar modal usa-se sem flexão. Para o caso do infinitivo pessoal Fred. Diez achou um criterio que estabelece os limites desse uso. Não é um preceito, como alguns suppõem. Mas esse criterio pecca por demasiado amplo.

Junto aos causativos *fazer*, *mandar* etc., o infinitivo em portuguez tambem é desdobravel em oração de verbo finito. Diez parece desconhecer esta singularidade da nossa lingua, e, a admittir ou recommendar ahi o infinitivo pessoal, faria commetter o mesmo erro a que nos obriga a formula imaginada por Soares Barbosa.

A obra de Fr. Diez pertence hoje ao numero dos livros raros. Para o leitor que tiver a curiosidade de conhecer a doutrina e não se achar familiarisado com a lingua alleman, transcrevo da traducção franceza. Depois de assignalada a existencia do infinitivo flexionado, lemos:

«Toutefois cet infinitif ne s'emploie que dans les cas où il est possible de l'échanger contre un mode fini, où par conséquent il peut se dégager du rapport de dépendance qui le rattache au verbe principal. Il est indifférent que cet infinitif ait son sujet propre ou non.»

(Seguem-se exemplos com sujeito especial e com sujeito commum).

Depois de dizer que o infinitivo flexionado se combina, como o não-flexionado, tambem com o pronome pessoal, quer como sujeito, quer como objecto (o que aliás tem restricções, segundo verificámos) prosegue:

«Si cette condition fait défaut, si l'infinitif dépend par exemple d'auxiliaires de mode, il ne se conjugue pas.»

E depois de exemplificar:

«On supprime parfois la flexion, lorsque la clarté n'en souffre pas.»

(Vêm os exemplos). Finalmente:

«Parfois on l'ajoute arbitrairement.»

(Exemplifica).

O autor da «Replica» não admitte a opinião do philologo allemão. Discordamos tambem nós. Mas d'ahi a attribuir a Diez e a Julio Ribeiro, que lhe encampa a theoria, cousa em que nem um nem outro jamais pensou, vai uma distancia enorme. Substituir um pensamento por outro, decepar periodos de modo a viciar-lhes o sentido, não me parece recurso digno de quem deseja mostrar a superioridade da sua

opinião. Para que se veja o proprio merito será preciso que ao pé de mim, que em torno de minha pessoa só existam nullidades? Será generoso de minha parte collocar injustamente na sombra o meu adversario para que só resplandeça a luz do meu saber?

E no emtanto dir-se-ia estarmos presenciando um espectaculo desse genero em um dos capitulos da alentada Replica. Sabia o fundador da philologia romanica muito bem que existem, nos escriptores da nossa lingua, alguns casos em que, contrariamente á regra, apparece o infinitivo accrescentado de flexão. Lá está a observação *parfois on l'ajoute arbitrairement* para dissipar duvidas. Que faz o autor da Replica? Cita um trecho da grammatica de Fred. Diez, mas pára a meio-caminho e passa em silencio aquella nota final. E para que? Para produzir-nos a impressão de um philologo sem escrupulos, para atirar-se das alturas sobre a victima e arrogar a si a gloria da descoberta dos casos arbitrarios. E é por essa occasião que descobre em Azurara o *não podem serem em um accordo,* quando aliás o chronista escrevera: *não podem ser.*

Da primeira regra, que começa por *Toutefois cet infinitif ne s'emploie que dans les cas* etc. (queira o leitor tornar a lel-a), reproduz o critico unicamente o topico final: *Il est indifférent que cet infinitif ait son sujet propre ou non*, seguido dos respectivos

exemplos. A omissão da primeira parte seria innocente se d'ahi resultasse uma conclusão legitima. Mas, ou que se esquecesse que, paginas antes, fizera a citação para outro effeito, ou que, tendo em pouco a memoria do leitor, lhe convinha denegrir, com a citação truncada, ainda uma vez o nome de Fred. Diez e de um grammatica brasileiro, o certo é que o autor da Replica escreve isto:

> «A subsistir, portanto, a doutrina do philologo allemão e do grammatico paulista, ninguem se poderá escandalizar, quando se escrevam proposições deste jaez: *Vão correrem. Podem sairem. Busquem fugirem. Hão de morrerem. Queiram entraram. Deixem-se estarem. Tentaram correrem. Procurae beberdes. Foram estudarem. Ousaram escreverem. Sentem ficarem. Ide repousardes. Pensam lucrarem. Dizem serem. Cuidam vencerem. Imaginam ganharem. Lograram fazerem. Resolveram acabarem. Foram jantarem. Vieram dormirem. Irão trabalharem.* Grandes antecedentes classicos as autorizam.»

Entre parentheses: Quaes são os antecedentes classicos que autorisam *vão correrem, podem sahirem, queiram entrarem?* Onde é que o Sr. Ruy Barbosa viu isso?

Mas não foi o mesmo autor da Replica que ainda ha pouco citou, embora com pequenas suppressões, isto de Diez?

> «Si l'infinitif dépend d'auxiliaires de mode, il ne se conjugue pas: *pudestes ouvir, sabes dar, queres crer.*»
>
> «O preceito é, a meu ver, verdadeiro; porque o bom senso e o ouvido não tolerariam hoje um *pudestes ouvires*, um *sabes dares*, um *queres creres . . .*»

Se o preceito é verdadeiro, como é que o seu

autor, um sabio, podia, simultaneamente, aconselhar a lista de escandalosos dizeres ideada pelo critico? Não estaria em seu juizo.

Mas comprehende-se. O Sr. Ruy Barbosa, passando a esponja na parte essencial da regra primeira (*Toutefois cet infinitif* etc.), nos faz crer que o criterio de Diez consista em ter ou não sujeito proprio o infinitivo. Não ha tal; é uma reflexão secundaria, subordinada a este pensamento capital, que o critico supprimiu: o infinitivo flexionado, ou pessoal, só se emprega nos casos em que é possivel substituil-o por um modo finito. Era este o criterio do professor de Bonn, e diante de tal doutrina os exemplos errados do Sr. Ruy Barbosa não valem a tinta que lhe custaram.

Verbos sem sujeito.

▽

Em 1888 o notavel professor de Iena B. Delbrück publicou o quinto volume das suas *Investigações Syntacticas* *), em cujas primeiras paginas o autor se occupa com o estudo das formas mais rudimentares da proposição. Conhecedor profundo das linguas indo-européas em geral, e especialmente do sanscrito e do grego, o eminente sabio, tratando daquella forma elementar em que a oração se reduz a verbo só, sem differenciação dos dois termos que constituem o typo mais perfeito da proposição, exprime-se desta maneira: «Na minha opinião houve no indo-germanico e ha no indico-antigo expressões verbaes que são realmente pensadas como destituidas de sujeito, isto é, que, segundo a intenção da pessoa que fala, nada mais exprimem do que phenomenos, e correspondem portanto a uma intuição na qual absolutamente não se procedeu a uma distinção entre o agente

*) B. Delbrück, Syntaktische Forschungen. 5 vols. Halle a. S. 1871—1888.

de um lado, e a acção do outro. O suffixo da terceira pessoa apparece nesses verbos, simplesmente porque toda terceira pessoa, depois que a flexão se desenvolveu, tem sempre um suffixo. Pertencem esses verbos na maior parte á esphera das intuições da natureza e das sensações.»

Convidado por K. Brugmann para escrever a syntaxe da grammatica comparativa das linguas indogermanicas, essa obra colossal que veio dar nova orientação á toda a linguistica*), Delbrück em 1893 accentua de novo o facto de existirem verbos sem sujeito e sustenta que nas linguas modernas encontramos varios exemplos, onde a analyse, isto é, a analyse positiva e scientifica, não consegue descobrir mais que um unico termo (*einheitliche oder eingliedliche Sätze*). Nesses casos qualquer outra explicação

---

*) Brugmann und Delbrück, Grundriß der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen. Straßburg. O primeiro volume desta obra foi publicado em 1886. Victor Henry, notavel philologo francez, referindo-se a elle em um numero da Revue Critique, exprime-se assim: Parmi les innovations heureuses dues à M. Brugmann, je ne dois point passer sous silence l'introduction définitive de l'arménien et même de l'albanais dans la comparaison des Formes. On voit que son *Grundriss*, dès à présent classique, marque une étape de la science du Langage au même titre que la Grammaire de Bopp et le Compendium de Schleicher. Sa place est marquée dans toutes les bibliothèques de linguistes, auprès de ces vénérables monuments, qui ont droit à tous nos respects, mais ne répondent plus à nos besoins.

só é possivel, quando abandonamos o terreno positivo e firme da observação, para nos lançarmos nas regiões nebulosas da metaphysica e da fantasia.

Antes de Delbrück outros sabios, como Marty e Miklosich, tambem se haviam occupado da questão dos verbos destituidos de sujeito. Miklosich particularmente, que já era conhecido na sciencia pela sua extensa grammatica comparativa das linguas slavas, em um trabalho posterior intitulado *Orações sem sujeito* *), estuda o assunto sob os seus multiplos aspectos, já fazendo o historico das varias doutrinas desde os tempos mais remotos até os nossos dias, e, ao mesmo tempo, a critica severa, mas judiciosa, das velhas theorias, bem como dos preconceitos que em virtude dellas se implantaram em espiritos mais modernos, já expondo com toda a minuciosidade os innumeros casos de verbos sem sujeito não sómente nas varias linguas indogermanicas, mas ainda trazendo á comparação outros idiomas, como o magyar, o finnico, o khasia e até o chinez.

Muitos desses factos são de pouco ou nenhum interesse para a lingua portugueza. Entre elles, porém, vem especificados no livro de Miklosich tres casos que se referem particularmente ao nosso idioma, e têm sido considerados como pontos obscuros da

---

*) Franz Miklosich. Subjektlose Sätze. Segunda edição, 1883.

nossa syntaxe: a) os verbos impessoaes que exprimem phenomenos da natureza; b) as orações existenciaes em que se emprega o verbo *haver;* c) as orações em que para não mencionar o agente empregamos o verbo acompanhado do reflexivo *se.*

As difficuldades na analyse desses casos nascem entre nós não tanto dos factos em si; resultam antes do estarmos sempre propensos a subordinar e amoldar todos os factos grammaticaes a certas doutrinas tradicionaes estabelecidas *a priori.* Em vez de aceitarmos os phenomenos linguisticos taes quaes se apresentam, andamos geralmente a procurar fóra da linguagem um termo reclamado por um principio aprioristico. Fantasiamos possibilidades, soccorremo-nos de sujeitos imaginarios, fingimos a sua existencia, ou então, sentindo-nos incapazes de analysar uma frase directamente, substituimol-a por outra, linguisticamente diversa, e analysamos a segunda. Em summa, não analysamos: sophismamos a analyse.

*
*   *

Goethe, mettendo a ridiculo os abusos da metaphysica, põe na boca de Mephistopheles, em dialogo com o rapazola ingenuo, timido e avido de saber, esta deliciosa informação sobre a transcendente sciencia: para aquillo que no cerebro cabe, e para o que lá não cabe, um termo pomposo existe sempre á disposição. Se o ironico Mephisto quizesse particularisar,

bem podia mencionar a ellipse, o famigerado *scilicet negotium*, producto cerebrino com que se elucidam commodamente tantas difficuldades linguisticas e se justificam todas as sandices; com que se explica o que existe e o que nunca existiu.

Vara magica, cujo manejo foi ensinado ha mais de tres seculos por Sanchez ou Sanctius, professor de Salamanca, possuia tal poder, que não tolerava o sorriso do publico se alguem se lembrava de defender a correcção das frases *ego amo Dei* e *ego amo Deus.* Bastava subentender numa e noutra alguma cousa; havia ellipse de *praeceptum* na primeira, e na segunda de *quae praecepit.* Hoje tão pouco se devem escandalisar os ouvidos de neo-sanchistas d'aquem e d'alem-mar, ao proferir qualquer forasteiro bellezas como isto: *nós vai*, *mim tem dinheiro.* Terá o tal o sentido da ellipse extraordinariamente apurado. Bata-se com a habitual varinha de cordão e logo veremos surgir: *nós somos a gente que vai; quanto a mim, o meu bolso tem dinheiro.* E se mais quizerem, é só pedir.

A Sanchez não devemos a descoberta da figura ellipse; dotou-a elle porem de uma propriedade elastica, de uma applicabilidade a toda a prova, excepto á do senso commum. Na celebre *Minerva* (1587) ensinava como e quando se hade fazer uso dessa panacéa universal, e, como amostra, a passagem de Terencio: *vel me monere hoc, vel percontari, puta.*

Rectum est, ego ut faciam, non ut deterream — era analysada ou, autes, ultra-super-recheada de *negotium* e outras cousas por esta forma: *O Menedeme vel tu puta me monere tibi hoc negotium, vel tu puta me a te hoc negotium percontari: quia si hoc negotium, quod negotium ego abs te rogo, rectum negotium est, ideo te illud ego negotium rogo, ut ego idem negotium faciam; at vero si hoc negotium, quod negotium tu facis, rectum negotium non est, hac quoque de causa illud ego a te rogo, ut ego te ab illo negotio deterream.*

Hoje ninguem segue precisamente esse methodo analytico: o *scilicet negotium* cahiu em descredito. No seculo XIX recorria-se a elle mais moderadamente; nenhum mestre ia descobrir em um trecho latino de quinze palavras doze vezes a ausencia do vocabulo *negotium;* ainda assim, muito estudante desse tempo lhe deve grande parte dos seus louros de latinidade. Na analyse de trechos classicos portuguezes, quando não se atinava com o sujeito oracional, vinha tambem a ellipse em soccorro do estudante; mas, em vez de uma só formula stereotypada, imaginava-se meia duzia de possibilidades. A posição indecisa dava ares de maior esforço intellectual, e a posição indecisa é estimada ainda hoje.

Sobre o valor do termo ellipse subsiste a mesma ignorancia de outrora. Sanchez pre-estabelecia certos principios e forçava toda a linguagem a caber dentro desse quadro; hoje, parecem-nos intangiveis outros

principios, mas forçamos a linguagem toda a accommodar-se tambem ao quadro que previamente delineámos. Resultado: recorre-se á ellipse para explicar os casos recalcitrantes. O scenario mudou, a metaphysica é a mesma: o termo pomposo vem satisfazer o espirito. E dest'arte se propõe o grammatico reconstruir a oração, e a oração reconstruida ninguem a profere, ninguem a ouve, ninguem a conhece; não existe, em summa, senão para goso particular do grammatico. Ou fará elle acaso obra melhor com as frases *chove, ha homens?*

Comprehende-se que haja ellipse quando intencionalmente omittimos uma palavra que o interlocutor facilmente completa; ou quando, obedecendo á lei do menor esforço, deixamos de enunciar uma idéa que de facto se acha em nossa mente, certos de que somos comprehendidos. Ha ellipse nos brados de commando e nos gritos «jornal», «gazeta» etc. com que os vendedores apregoam folhas diarias; todo o mundo sabe como completariam a oração se o tempo lhes fosse menos precioso. Ha ellipse na expressão «o homem nasce e morre», equivalente incontestavel de «o homem nasce e o homem morre», de que só differe por ser linguagem menos pesada. Da ellipse faz uso o escriptor a cada momento para tornar o estilo mais conciso, mais elegante, contando

com a intelligencia do leitor, que lhe adivinha o intuito e suppre a falta.

Até aqui temos um facto positivo, real, indiscutivel; porem quando, para ageitar um pensamento, uma oração a certo typo theorico pre-estabelecido, buscamos um termo fora da linguagem corrente e totalmente desconhecido do uso, um termo que não está na consciencia de quem fala, nem acode ao intellecto de quem ouve; quando se admitte que para pensar e falar é mister pedir licença á tradicional analyse logica, então a ellipse perde o genuino sentido, torna-se cousa sem limites, o recurso de um dogmatismo. E' a ellipse metaphysica da escola de Sanchez.

A oração tem em geral dois termos. Em geral, mas não sempre. Se a linguistica é sciencia de observação, se os preceitos grammaticaes resultam do methodo inductivo, teremos forçosamente de admittir, ao lado das proposições com sujeito e predicado, uma segunda categoria, em que se emprega um verbo sempre destituido de sujeito. Nos pensamentos expressos pelos verbos *chove, troveja, neva, venta,* o nosso espirito nem sequer procede analyticamente; são orações completas sem differenciação psychologica dos termos; communicam apenas um facto e nada mais. Na frase *ha muitos homens nesta terra* o sentido está completo, não se percebe falta de termo algum e é assim que a usa todo o mundo. Já

as pseudo-integralisações *chuva chove*, *Deus* ou *trovão troveja*, *o mundo ha* . . ., ou outras do mesmo jaez, não andam pelo falar corrente, nem no sentimento da linguagem, que é o criterio soberano para julgar se houve ou não ellipse.

Mui curioso é o sujeito ficticio que se pretende outorgar ao verbo *haver* nas orações existenciaes. Escolhem-se substantivos que indicam nada mais nem menos do que o *lugar onde* a pessoa ou cousa existe. Se o sujeito é *mundo*, é caso de perguntarmos: e como se analysa a oração *no mundo ha homens?* Se é sociedade, ou cousa que o valha, como nos arranjaremos com a proposição *na sociedade ha homens?*

Com relação aos verbos que denotam phenomenos naturaes costumam alguns grammaticos recordar que os gregos diziam (não sempre!) Ζεύς ὕει. Documenta isto o anthropomorphismo de então, mas o anthropomorphismo não prevalece hoje em *chove*, *neva* etc. Verbos de outra especie possue o idioma grego, aos quaes debalde se procurará addicionar um sujeito. Em latim basta lembrar *poenitet*, *miseret*, *piget* para mostrar que ha verbos com igual resistencia.

Factos dessa ordem significam que deve haver falhas no arcabouço grammatical que recebemos da antiguidade e em cuja construcção se observaram principios a priori. Assentou-se que a oração havia de ter sujeito; ergo, quando por ventura apparece

alguma sem que se possa descobrir esse primeiro termo, é preciso invental-o. E inventa-se a valer.

*
* *

Na sciencia da linguagem todas as vezes que queremos dirigir a nossa attenção para uma palavra qualquer, temos duas cousas bem distintas a considerar: 1.º um som ou agrupamento de sons; 2.º a idéa ou significação da palavra. E' como se dissessemos: os vocabulos assemelham-se aos seres vivos: possuem uma parte material ou corpo, e uma parte vital, que se póde chamar o espirito ou alma da palavra. Uma e outra cousa estão sujeitas a transformações, mas as mudanças phoneticas não affectam necessariamente o sentido e, vice-versa, pode o sentido soffrer alteração profunda sem que o vocabulo venha a pronunciar-se de modo differente. Exemplifiquemos. A palavra *candidatus* empregou-se a principio para designar um homem vestido de branco (*candidus,* branco); hoje o vocabulo *candidato,* identico ao latino, abstracção feita do *s* final, designa um pretendente a um encargo, que, em caso de cerimonia, se apresentará vestido de preto. *Habere* significava *ter, possuir;* hoje o verbo *haver*, alem deste sentido, tem ainda varias applicações novas: suggere-nos a noção de existencia, quando vem, sem sujeito, na 3.ª pessoa acompanhado de um substantivo; indica futuridade, dever, necessidade, quando seguido da pre-

posição *de (hei-de partir* certamente não significa *possuo de partir*); degradou-se á mera categoria de auxiliar de tempo, quando seguido de participio passado (*haver perdido dinheiro* já não é o mesmo que *possuir dinheiro perdido*).

Por outro lado, a palavra latina *aqua* n'uma das linguas romanicas, o francez, acha-se totalmente alterada em *eau;* os quatro sons primitivos transformaram-se n'um som unico *ó*, que não existia na palavra latina; mas o vocabulo novo continua a manter exactissimamente a significação primitiva.

Seguindo as duas cousas, forma e sentido do vocabulo, marcha independente, subordinada a factores distintos, tambem os processos a adoptar nos estudos que se referem aos sons e naquelles que se occupam principalmente com as significações, não devem ser os mesmos. A razão historica, que para um caso representa tão importante papel nas grammaticas modernas, póde induzir a graves erros quando applicada na mesma extensão ao segundo. Querendo-se, por exemplo, classificar uma palavra da nossa lingua, saber a sua categoria grammatical, o nosso unico criterio é a significação *actual*, e a razão historica só nos poderia levar a absurdos, qual o de classificar os vocabulos *lente*, *tenente*, *estante*, *agente*, não como substantivos, mas como participios.

Tratando-se da analyse syntactica de uma proposição, devemos igualmente attender antes de tudo

á significação actual, isto é, referir-nos á epoca a que o trecho pertence. Logo que se começa a analyse, procurando os termos sujeito e predicado, em virtude da propria definição desses termos não se faz outra cousa senão determinar as palavras que correspondem a duas idéas que existem no espirito da pessoa que fala. A base da analyse é portanto o sentido, a consciencia actual.

O desconhecimento desse principio e o abuso do methodo historico levaram alguns grammaticos a propor, para o estudo do verbo *haver* na oração existencial, nada menos que dois absurdos: 1°. uma identidade extravagante, em que *ha* = *tem* = *possue*; por outros termos: assim como se diz *Pedro tem ou possue uma casa,* assim tambem, segundo elles, quem diz *ha homens*, pode igualmente falar ou escrever *possue homens*, *possue momentos solemnes na vida;* 2°. como a noção de posse presuppõe um possuidor, sacam das profundezas do nada o celebre sujeito occulto.

Do ponto de vista linguistico, o sujeito e o predicado são apenas os symbolos phonicos reaes de duas noções igualmente reaes para a pessoa que fala; mas descortinar idéa de posse n'uma frase que no sentir de todo o mundo indica simplesmente *existencia,* é admittir dois impossiveis de uma assentada: inconsciencia da pessoa ou cousa a respeito da qual eu quero dizer alguma cousa; inconsciencia daquillo

que eu quero dizer dêssa pessoa ou cousa. Em resumo: expressão verbal de um pensamento inconsciente. Definição nova de proposição. Ignoravamos.

Se houvesse algum criterio no processo analytico, que parteja sujeito que não foi concebido, seria interessante saber como se deve portar o operador quando tenha de produzir á luz do dia o sujeito de duas proposições francezas de sentido equivalente: *il y a des hommes, il est des hommes.* A analyse da primeira assimila-se com facilidade á da expressão portugueza «ha homens,» e recorrendo então á razão historica, teriamos «habet homines» e fantasiariamos o sujeito. Para o segundo exemplo, porém, esse forceps maravilhoso deve manifestar-se impotente. O verbo *être* vem do latim *esse,* ser, existir; logo nada tem que ver com *habere,* ter, possuir. Como é, pois, que dois verbos, tendo significações tão differentes, servem para representar uma mesma idéa? E, dada a identidade de pensamento nos dois exemplos francezes, não seriam tambem identicos os sujeitos, no caso de existirem?

Antes de decidir se uma oração têm ou não sujeito, é necessario firmar bem o ponto de vista do qual queremos encarar a questão; podem os termos ser considerados como psychologicos ou como grammaticaes. O sujeito psychologico é a «idéa,» a cousa que tenho no espirito e a respeito da qual quero communicar uma novidade, ao passo que o

sujeito grammatical ou syntactico é uma «palavra» realmente usada que a syntaxe exige seja um nome no nominativo, quando se lhe seguir um verbo finito. Se esta palavra representar exactamente o sujeito psychologico, diremos que elle coincide com o sujeito grammatical, como nas frases: *Pedro morreu*, *o menino cahiu*.

Essa coincidencia verifica-se naturalmente na maioria dos casos; mas isto não impede que haja ás vezes verdadeiro antagonismo, como muito bem demonstram Hermann Paul*) e Gabelentz**), ou que certas expressões appareçam destituidas do sujeito syntactico, embora elle psychologicamente não possa ser negado. Este caso particular observa-se nas orações existenciaes *ha homens*, *il y a des maisons*, *il est des hommes*, ou no allemão *es gibt Menschen* (literalmente: elle dá homenas). Para a analyse psychologica semelhantes proposições têm effectivamente os dois termos sujeito e predicado; ellas encerram a noção de «existir» symbolisada pelas expressões *ha*, *il y a*, *il est*, etc. e a noção de «ente,» de pessoa ou cousa que existe***). Para a analyse

---

*) Hermann Paul. Prinzipien der Sprachgeschichte. Halle 1886.

**) Georg v. d. Gabelentz. Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse. Leipzig 1891.

***) Nessas frases a analyse psychologica distingue perfeitamente os dois termos; emquanto que os verbos impessoaes que exprimem phenomenos da natureza constituem uma phase

grammatical ou syntactica, a linguagem como facto positivo só nos apresenta ahi verbos sem sujeito, e o substantivo que se segue ao verbo existencial, «haver,» achando-se no accusativo, não passa de um objecto directo.

*
* *

Nenhum substantivo ou palavra substantivada é sujeito syntactico dos verbos impessoaes que exprimem phenomenos da natureza; nenhum substantivo ou palavra substantivada póde tão pouco exercer essa funçāo em orações existenciaes como *ha homens*, *não os ha*, *il y a des hommes, il n'y en a pas,* a admittirmos, como admittimos, que o sujeito de um verbo finito só pode ser um *nominativo.* Apuremos se, na falta de nome, não será sujeito um pronome pessoal.

E' realmente seductora esta hypothese; mas a doce miragem não tarda a desvanecer-se, a propria grammatica se incumbe de a desfazer. O pronome lembra um nome; mas qual o substantivo que elle ahi representa? Procurámol-o ha pouco; não o achámos. Debalde o buscaremos agora. A possibilidade de uma substituição não se verifica. O pronome figura como mero expletivo, ou, para nos servirmos da expressão de um philologo francez*), como

---

mais elementar, em que o espirito não procede a essa differenciação.

*) B. Bourdon. L'expression des émotions et des tendances dans le langage. Paris 1892.

uma parte inutil do discurso, e a sua junção aos verbos destituidos de sujeito, nas linguas indogermanicas, é privilegio apenas de alguns idiomas, e de data relativamente moderna.

Como o sanscrito, o grego e o latim, o portuguez não usa o pronome, e seria erro concluir da comparação do francez hodierno que os verbos impessoaes da nossa lingua devam ter sujeito pronominal. Antes de tudo, o portuguez não é proveniente do francez; em segundo lugar, o francez antigo não conhecia semelhante pronome: «Dans les plus anciens monuments de la langue d'oïl on ne trouve pas d'exemple du pronom neutre *il*» (A. Horning, 249, na publicação de E. Boehmer *Romanische Studien*, IV). A lingua mãi, tanto do portuguez, como do francez, a lingua d'onde descendem os idiomas romanicos em geral, empregava *tonat, pluit,* etc., etc., sem pronome algum. Se lançarmos os olhos para um idioma germanico, somos tambem obrigados a acreditar que o uso do pronome neutro junto aos verbos sem sujeito a principio não era conhecido; é certo que no allemão moderno só em alguns casos se pode dispensar a palavra *es*, porem ella apparece com muito menos frequencia no allemão antigo, e já no gothico falta completamente.

Como é pois que se explica o emprego do pronome tão generalisado mais tarde no francez, no inglez e no allemão? Para comprehender o pheno-

meno, é preciso não esquecer que os idiomas em questão são hoje pauperrimos em desinencias pessoaes, e, na falta de formas syntheticas, têm de recorrer a formas analyticas para diversificar as pessoas do discurso. Reclamam o processo alguns casos sómente, mas o uso do pronome generalisou-se, e assim o encontramos, analogamente, em formas onde a sua presença parece desnecessaria. As linguas classicas, tendo bem desenvolvidos os suffixos pessoaes, não careciam do pronome pessoal para designar as pessoas do discurso, e só o empregavam por emphase. O portuguez póde dispensar ainda os pronomes, porque em nosso verbo conhecem-se geralmente as pessoas pelas terminações: nos principaes tempos do indicativo, isto é, no presente, no perfeito e no futuro a distinção ainda é nitida, embora tenha havido queda de alguns suffixos. Naquellas linguas, porém, onde formas verbaes para pessoas diversas se acham hoje identificadas numa só, o emprego de um pronome pessoal anteposto é de estricta necessidade para a comprehensão do discurso. No inglez e no allemão são identicas a 1ª e 3ª do plural de qualquer tempo; no inglez, o preterito *loved* pode referir-se a todas as pessoas de qualquer numero, com excepção da 2ª do singular. No francez *chante* (fazendo abstracção da orthographia) pronuncia-se igualmente para as tres pessoas do singular e para a 3ª do plural.

Em todas estas linguas generalisou-se o principio

do emprego do verbo finito com sujeito claro. Evidentemente, os verbos impessoaes, não podendo furtar-se á lei da analogia, deviam adoptar um pronome que excluisse a pessoa que fala e aquella com quem se fala, e este pronome é o da 3ª pessoa. E' claro tambem que na escolha de genero só podiam recorrer ao que menos suggerisse a idéa de personalidade; este genero é o neutro em inglez e allemão, e é, na lingua franceza, o masculino, que, tendo absorvido o neutro do latim, mais do que o feminino se adapta a não representar ente algum.

A analogia é um factor importantissimo na historia das diversas linguas; e só ella póde explicar a presença do pronome *es* em certas frases allemans, como: *es sind Leute im Hause* (literalmente: *elle* estão ou existem pessoas na casa). Que cousa é este pronome que escapa a toda e qualquer tentativa de analyse logica? Que cousa mais do que um mero expletivo, uma palavra inutil?

O facto de sempre se acharem os verbos sem sujeito precedidos do pronome neutro no allemão, e do seu substituto, o pronome masculino, no francez, prova mais uma vez que os sujeitos *Deus, natureza, chuva, mundo, sociedade,* etc., creados pelos neosanchistas, pertencem ao dominio da pura fantasia. Poderiam, é verdade, crear um sujeito neutro, como, por exemplo, o infinito dos verbos impessoaes, e então teriamos tautologias como o *chover chove*, *o*

trovejar troveja, o haver ha homens, o haver ha erro. Mas seria repetir duas idéas identicas, enunciar uma mesma acção ou estado com duas palavras, differindo entre si apenas na forma, e não attribuir uma acção a um ente. E continuariamos a estar no terreno da fantasia, buscando um sujeito fora da linguagem real, na qual o verbo impessoal representa um pensamento completo, perfeitamente intelligivel para qualquer pessoa. Procurar um sujeito fora da realidade, digamol-o ainda uma vez, não compete á grammatica como sciencia, não cabe na esphera da sciencia que se limita a observar e registrar os factos da linguagem, taes quaes se apresentam.

Depois, se empregassemos semelhante processo analytico, corriamos o risco de arrostar com verdadeiras monstruosidades. Um exemplo colhido duma lingua teutonica patenteia bem o caso. O allemão, para exprimir que lhe falta alguma cousa, usa de uma frase em que o verbo se acha na 3ª pessoa do singular precedido do pronome *es,* o nome da pessoa em dativo, o nome da cousa que falta igualmente no dativo, mas precedido de preposição; e assim nós temos este exemplo: *es mangelt mir an Geld,* literalmente: elle falta-me em dinheiro. Se analysassemos — o faltar falta-me em dinheiro, teriamos o cumulo do disparate; pois não pode faltar a falta, mas a presença do objecto.

O pronome "se".

▽

Eis um problema interessante cuja explicação por longo tempo se andou buscando em um historico não menos problematico. Suspeitou-se que o passivo latino bem podia ter-se originado da fórma activa accrescentada do pronome reflexivo *se* para todas as pessoas menos a 2ª. do plural. O rhotacismo, a queda da vogal *e*, a inserção de uma vogal de ligação em uns casos e outras pequenas modificações, a que não se oppunham as leis phoneticas, teriam concluido a obra. De *amo* + *se* viria *amor*, de *amat* + *se amatur*.

Suspeitou-se e acreditou-se, como tem succedido a tanta explicação engenhosa por apurar. Estudos mais accurados começaram porém por mostrar que o italo-celtico, rebelde ao rhotacismo, possue entretanto o passivo em *-r*. A bella hypothese tornou-se insustentavel e hoje não consegue rehabilital-a a moderna linguistica, com os seus processos innegavelmente mais rigorosos.

Como quer que seja, seccou a arvore, mas ficou o fruto. Por natural associação de idéas, o imaginario *se* do apassivamento latino deu lugar a acharem solidamente fundada a crença no apassivamento attribuido ao nosso pronome *se* em *aluga-se*, *fala-se* etc., considerando-se passiva tanto a forma, como o sentido. Mas qual a connexão historica entre os dois phenomenos, latino e portuguez? Qual a ponte que ia unir factos tão semelhantes á primeira vista, mas suscitados em espheras tão apartadas? Nos processos ordinarios da pesquisa scientifica não se encontrou resposta; recorreu-se á mais arrojada das explicações, imaginou-se com o atavismo poder resolver a difficuldade.

Mas será este conceito biologico applicavel á historia das palavras? E' licito duvidar. Herda-se a aptidão para falar; a linguagem, porem, é um trabalho de acquisição para todo individuo da especie humana, que nasce mudo e assim ficaria senão tivesse o ouvido para aprender. O cerebro não traz a minima reminiscencia linguistica que possa apparecer espontaneamente mais tarde.

O nosso caso, alem disso, nada tem que ver com o atavismo. A fórma reflexiva perifrastica, ou medial perifrastico, não surdiu nem em dialecto algum romanico, nem no latim popular. Da comparação do sanscrito e grego, como nos ensina Brugmann, se

infere que já era commum no indogermanico quando ainda estava em voga o medial synthetico. No grego e no sanscrito empregam-se o reflexivo perifrastico e o medial um ao lado do outro, ou seja para estabelecer um contraste, ou para tornar mais claro o sentido. No italico e no celtico o medial originario funde-se, em grande parte com o *-r* dos depoentes, mas em parte tambem cede o lugar ao reflexivo perifrastico, como em *dedecore se abstinebat*, *gloriam sibi peperit.* No latim, esta linguagem muitas vezes difficilmente se distingue do depoente, como em *immiscemus nos rei* e *immiscemur*, *castris se effundunt* e *effunduntur*, *relaxat se* e *relaxatur.*

O que houve portanto foi simplesmente isto: ao lado do medial synthetico existiu desde tempos immemoriaes o medial analytico, e este, longe de extinguir-se, perdurou sem solução de continuidade, atravessando o latim para vir ter ás linguas romanicas. Coube-lhe a principio um papel limitado; mas, sobrevivendo por fim ao medial synthetico, que seguira o destino de outras formas analogas no periodo da formação das linguas neo-latinas, absorveu necessariamente as funções primarias da forma rival e desenvolveu-se em breve á custa della. Era a lei das compensações que se verificava.

Sabe-se que á fórma verbal latina em *-r* quadra a denominação de voz medio-passiva não sómente

pela historia de sua formação *), mas ainda por ser o *-r* commum a verbos depoentes e aos de sentido passivo. Pois bem; esta dupla função desdobrou-se nas linguas romanicas: de um lado, pelo uso do verbo seguido do pronome reflexivo; do outro, pelo verbo *ser* mais participio do preterito.

Não temos de tratar aqui do segundo caso, importa-nos apenas discriminar os sentidos differentes que, á semelhança do medial synthetico de outrora, indica o nosso verbo conjugado com o reflexivo ou medial analytico. Consideremos o pronome *se* nestes exemplos: *Pedro matou-se* (sentido reflexivo); *elles odeiam-se* acção reciproca), *o homem foi-se* (significação mais energica do que em *elle foi);* e, finalmente, *anda-se*, *compra-se*, *vai-se*, (formulas destinadas a calar o nome do agente).

Distingue o grammatico em geral o primeiro desses sentidos sómente por ver o pronome reflexo junto a um verbo transitivo sem lhe alterar a significação. Elle adquire a noção de reflexividade indirectamente, comparando, isto é, lembrando-se que tanto poderia ser objecto o pronome *se*, como um pronome pessoal, *o, a, os, as,* etc. Não assim o psychologo, que muitas vezes terá de divergir do

*) Brugmann, Grundriß Vol. II, 3. Delbrück na mesma obra (Vol. IV, 2, pags. 415 e 433) mostra que a voz média é mais antiga do que a voz passiva, e já no indo-germanico era ella usada ao lado do activo.

grammatico. Em *affligir-se, aborrecer-se, excitar-se* e tantos outros, não concebemos a pessoa como agindo ou praticando tal ou tal acto sobre si; o que ahi se enuncia é um *estado* d'alma, um affecto, um sentimento, do mesmo modo que nos verbos *ufanar-se, arrepender-se, admirar-se*, etc.

Fórmas como *erguer-se, mostrar-se, inclinar-se* nasceram sem duvida do contraste com os competentes activos transitivos; mas nem por isso a mente os decompõe e bem podemos substituil-os por verbos intransitivos, como *surgir*, *apparecer*, *pender* e outros. A's vezes a mera suppressão do pronome é o bastante para dar ao verbo o perfeito caracter intransitivo: *o barco afundou-se* ou *afundou; a bahia vai alargando* ou *alarga-se para o interior; ajoelhei-me* ou *ajoelhei diante delle.*

Não raro o reflexivo tem de ser considerado como objecto indirecto (dativo de interesse): *elle arroga-se o direito de punir, deu-se pressa em responder; propoz-se descobrir o caminho; seguirei o systema que a principio me propuz.* Tambem encontrámos o regimen indirecto neste exemplo camoneano: *empresa onde o rosto e narizes se cortava* (i. e. a si cortava) Lus. III, 41. (Confronte-se o francez *je me lave la figure, vous vous coupez le doigt.*)

Em certos verbos, principalmente alguns intransitivos, o pronome reflexo não faz outra cousa senão mostrar que o sujeito participa intensamente

da acção. *Elle riu-se* é mais do que *elle riu;* e no pensamento *foram-se para o céu* nota-se um matiz que já não apparece em *elles foram para o céu.*

A differença, sem duvida, nem sempre é percebida; acreditaremos que existiu outrora, obliterando-se da consciencia com o correr do tempo. E' com certeza por nos parecer *actualmente* superfluo que o pronome reflexivo tem desapparecido em innumeros verbos dantes usados como pronominaes.

Estamos habituados a concentrar a attenção só para as formas syntheticas, como se os demais factos fossem de pouca monta. Comprehende-se: a grammatica, nascida dos estudos classicos, trata-as como filhas dilectas; para as formas analyticas olha com a indifferença de madrasta. Que maravilha, pois, que ella se limite a despachar laconicamente como pronominaes essa multidão de verbos que, á luz projectada pela semantica, revelam aptidões variadas e interessantes? Mas as linguas modernas com as suas formas perifrasticas não menos nos ensinam aquillo que só nos estudos classicos se costuma aprender quanto aos diversos usos da forma media: medial-reflexivo directo, medial-reflexivo indirecto e medial dynamico. Nem faltam, nos idiomas modernos, verbos que correspondam aos velhos depoentes. Confrontem-se v. g. *queixar-se, irar-se* com μέμφομαι, μαίνομαι e *queror, irascor.*

Casos se apontarão em que o sentido parece não

estar muito afastado da significação passiva. Perfeitamente: casos tambem ha em que o sentido da forma media se avizinha extraordinariamente do extremo opposto e por tal forma, ás vezes, que não se distingue da accepção activa. Cousa natural em um terreno neutro que medeia entre territorios antagonicos. O grammatico porem, quando lhe surjam duvidas no dominio da semantica, encontrará na *forma* dos verbos a linha demarcadora. Forma com o pronome *se*, é cousa differente de forma passiva. A idéa do apassivamento por meio desse pronome é, alem disso, uma interpretação contra a qual protesta a pratica de todos os dias: as duas formas não se substituem mutuamente a bel-prazer. Hypothese sem valor morphologico, não pode figurar como postulado. Semanticamente, admitte-a quem se deixa fascinar pela nebulosidade da especulação metaphysica ou quem ao estudo estrictamente scientifico prefere a estrada batida da indolencia intellectual. Como se devem analysar estas orações de portuguez castiço: *compra-se o palacio, morre-se de fome?* De certo não posso admittir como sujeito da primeira frase *o palacio*, quando na segunda brigaria com a grammatica o sujeito *de fome,* forçando-me a uma serie de subterfugios. A incongruencia seria flagrante.

Se fizermos abstracção da grammatica e, procedendo unicamente á analyse psychologica, considerarmos que os termos psychologicos nada têm que ver

com as formas grammaticaes*) dos vocabulos, nem com o seu passado, mas sim com as idéas que as palavras actualmente symbolisam, parece impor-se a candidatura do pronome *se* ao lugar de sujeito.

Objectaremos que elle não está no principio da oração: a defesa será que a sua condição de vocabulo atono, enclitico, difficilmente lho permittiria. O grammatico ferrenho, não já o psychologo, votará contra, allegando que um caso obliquo não está habilitado para tão importante papel: responder-se-á que as linguas neo-latinas perderam o sentimento de muitos casos obliquos, conferindo-lhe ulteriormente as honras de nominativos; que o francez diz *c'est moi* e não *c'est je;* que o italiano emprega *lei* como sujeito, etc. E sempre de novo emerge, de entre as duvidas, esta verdade incontestavel: em *compra-se o palacio*, e *morre-se de fome*, o pronome *se* suggere, na consciencia de todo mundo, a idéa de alguem que compra, que morre, mas que não conhecemos ou não queremos nomear**).

Podia-se assim admittir o *se* como sujeito, pondo

*) H. Paul, Prinzipien der Sprachgeschichte, pag. 257 e Gabelentz, Die Sprachwissenschaft, pag. 348 a 357.

**) Esta funçção *psychologica* de agente indeterminado é innegavel na lingua portugueza, onde empregamos o pronome *se* junto de todo e qualquer verbo; em outros idiomas, porem, como nas linguas slavas, o reflexivo junto ao verbo é empregado para indicar um facto, um estado, sem se cogitar do causador.

fim a um longo debate e proporcionando um ponto de apoio aos espiritos a quem custa conceber a proposição sem o seu primeiro termo.

Surge porem uma objecção que não deve ser desprezada. Temos um vocabulo que figura de sujeito na frase *fica-se aqui com toda a fazenda.* Perfeitamente; mas no ciceroniano *in Italia manebitur* qual é a palavra que exerce o mesmo officio? Ou será aqui sujeito a terminação *-ur* e nada mais?

Pelo historico que fizemos do medial a duvida deixa de subsistir. Considerámos o reflexivo *se* como elemento formativo do medial analytico; não o destacamos do verbo; temos uma oração sem sujeito *grammatical.* A mesma ausencia no exemplo latino: o verbo, na forma medio-passiva, tem o mesmo sentido activo (medial synthetico).

Achamo-nos, num e noutro caso, em face dessas orações sem sujeito tão brilhantemente estudadas por Miklosich com um vasto material colhido nas mais diversas linguas.

Para a lingua portugueza cita o autor da obra *Subjektlose Sätze: Deus quer que só a elle se ame. Ninguem se deve amar, se não a um senhor tão poderoso* (Paiva, Sermões) e o exemplo, já mencionado por Diez, que se encontra nos Lusiadas: *se soa os grandes feitos.* Nós ainda poderemos accrescentar outros, muito importantes por procederem de escriptor que timbrava em ser purista: *Por tudo isto*

se admira a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se (A. F. de Castilho, Vida e Obras de M. Bernardes). Aqui absolutamente não podem ser sujeitos *a Vieira, a Bernardes;* pois não existe regra de syntaxe nenhuma que admitta como sujeito um substantivo regido de preposição. Comparem-se ainda: *Louva-se ao deus Termino* (Cast. Fast. I, 149); *dest'arte ... se remonta ao Polo e se conquista a luminosa esphera* (Cast. ib. 32). A linguagem de um seiscentista, tantas vezes apontada como modelo, offerece-nos destes exemplos: *Um paço onde se serve a Deus é um deserto edificado* (Vieira, Serm. V, 538); *Olhos com que se vè a Deus* (Vieira, ib. V, 372).

O facto de vir, ou poder vir, um nome ou pronome regido de preposição dissipa a mais tenue duvida sobre o verdadeiro papel do termo na oração. Não é, nem póde ser outro — frisemos bem este ponto — senão o de regimen. A este criterio decisivo allia-se uma circumstancia não menos digna de nota. Como se sabe, occupa, por via de regra, o primeiro lugar da oração não já o substantivo, mas sim o verbo construido com o reflexivo *se*. Dizemos *aluga-se um palacete*, de preferencia a *um palacete se aluga; precisa-se de um criado* e nunca *de um criado se precisa.*

Sem alterar a ordem, variaremos a bel-prazer a palavra que denota a acção, isto é, o verbo, assim como podemos variar o substantivo até o infinito; só

um outro elemento o nosso espirito perceberá como constante nesse genero de frases: a *pessoa* innominada, a incognita real ou fingida, de quem a acção necessariamente dimana. Não se trata de oração de verbo impessoal no rigor do termo, nem de sentença existencial ou outra com um termo constante e outro variavel. Ora, sendo assim, a posposição de um substantivo sujeito, obrigatoria, ou pelo menos usual, em oração principal que não é nem interrogativa, nem exclamativa, nem imperativa, nem intercalada, é uma impossibilidade no dominio das linguas romanicas, e mesmo fora delle, e derrocaria tudo quanto de mais elementar se tem estatuido em syntaxe. Não fosse o substantivo o regimen, que realmente é, e havia de parecer-nos menos forçada, menos rhetorica, menos emphatica, mais corrente, em summa, outra construcção que não a dos citados *aluga-se um palacete, precisa-se de um criado.* E se primitivamente o substantivo foi de facto o sujeito, como parece ter sido junto a verbos transitivos, tambem nessa epoca andava necessariamente anteposto ao predicado; mas desde o dia em que a sua posição se fixou depois do verbo, fixou-se tambem a sua função de objecto*).

---

*) A construcção muitas vezes decide do sentido dos vocabulos. Na frase: «Os Japonezes derrotaram os Russos», a simples collocação indica qual o sujeito e qual o objecto. Inverta-se a ordem conservando-se as palavras, e obter-se-á o sentido contrario. Veja-se o cap. *L'Ordre des Mots* em Bréal, Sémantique.

Poder-se-ia, á primeira vista, suppor que a posposição fosse determinada pela exigencia da clareza, isto é, para evitar a confusão com o sentido reflexivo. Mas esta maneira de explicar deixa na mais escura sombra o caso do substantivo preposicionado, e não repara que, para os demais empregos do pronome *se*, a lingua não se soccorre de expediente algum que os diversifique da accepção propriamente reflexa. Nem se comprehende que, havendo á escolha o antigo pronome *homem* e outros indefinidos, para referir a acção a uma pessoa indeterminada, se valesse a linguagem ou, sem metaphora, o povo, impensadamente de uma forma embaraçadora e, logo depois, cahindo em si, não encontrasse outro meio para corrigir o erro, senão inverter os termos da oração *).

---

*) A esse emmaranhado de hypotheses, que não se coadunam com a historia da linguagem, leva o gosto, embora sincero, de defender outra hypothese, a do *se* appassivante tão repisada, que tem passado por doutrina boa. Postulado para uns, e para outros um dogma, não admira que leve um estudioso a citar: «*Por tudo isto se admira Vieira*; *a Bernardes admira-se e ama-se*» e depois offerecer-nos esta enigmatica explicação:

«A que veio a preposição *a* no segundo membro, quando faltava no primeiro? Observe-se a collocação do *se* e reconhecer-se-á que a preposição surdiu para tirar ao *se* posposto ao Bernardes a força reflexiva objectiva e imprimir-lhe a de particula appassivante.»

Como se a preposição *a* não tirasse por sua vez ao Bernardes a função (ou força) de sujeito. E' cousa de syn-

A explicação deve ser outra. O phenomeno é commum a muitas linguas; importa procurar a causa em uma phase muito antiga. Relembremos aqui que a principio a fórma reflexiva (ou média) coexistiu com a activa, emquanto que a passiva não se conhecia ainda.

Acções praticadas por seres humanos não podiam ser enunciadas pela linguagem sem a indicação do agente. Quando, porem, o agente humano era desconhecido ou não convinha mencional-o, a linguagem servia-se deste expediente: personalisava o objecto se era ente inanimado, e fingia-o a praticar a acção sobre si mesmo. Certa mercadoria, por exemplo, devia ser vendida, ignorando-se o vendedor; dizia-se simplesmente: tal mercadoria vende-se a si propria.

Pouco a pouco, porém, a mera fórma reflexa em casos desse genero começou a suggerir a idéa de um

---

taxe rudimentar. Teriamos pois um apassivamento sem sujeito como resultado da intrincada manobra.

Não seria melhor fazer logo uso do passivo sem complicações nem recursos de segunda e terceira ordem, formado com o auxiliar *ser* e o verbo principal no participio passado?

E o mais bonito de tudo é que o Sr. O. Motta está equivocado: o primeiro membro tambem tem a preposição *a*. O trecho devia ser citado assim: Por tudo isto se admira *a Vieira* (e não *se admira Vieira*); a Bernardes admira-se e ama-se. Veja-se A. F. de Castilho, Padre Manoel Bernardes, Excerptos etc., 1865, Vol. II, pag. 285.

Logo, quanto á elucidação que nos havia sido dada, ficará naturalmente o dito por não dito.

agente humano indeterminado. Não foi preciso alterar profundamente o enunciado; mas o substantivo, que até então figurara na categoria de sujeito, teve de abandonar este posto e passar para o lugar de objecto, que já agora lhe era designado. O pensamento não comportava dois agentes; a acção de vender não podia ser praticada por certa pessoa e, ao mesmo tempo, pela propria cousa.

Bréal explica aquella primitiva phase, em que ainda se desconhecia a voz passiva, deste modo: «As linguas indo-européas apresentavam a frase sob a fórma de um pequeno drama em que o sujeito é sempre agente. Ainda hoje, fieis a esse plano, ellas dizem: «O vento agita as arvores . . . O fumo sobe ao céu . . . Uma superficie polida reflecte a luz . . . A colera cega o espirito . . . O tempo passa depressa, etc. Cada uma dessas proposições contém o enunciado de um acto attribuido ao sujeito da frase*).

Estes exemplos são instructivos. Devia, porém, o autor da *Sémantique* accrescentar que frases como «*Les grands poids se transportent mieux par la voie maritime* estão precisamente no mesmo caso. Ahi a fórma, decididamente reflexa, é sem duvida um vestigio do sentir antigo.

E' preciso acautelar-nos contra certas theses grammaticaes nunca demonstradas. Uma opinião duvi-

---

*) Bréal, Sémantique, no cap. Acquisitions nouvelles.

dosa, pelo facto de correr de boca em boca, ainda não constitue verdade axiomatica. A meu ver, na frase citada (e *mutatis mutandis* nas outras que não vale a pena de aqui reproduzir) tanto se póde enxergar a idéa passiva *Les grands poids sont transportés mieux par la voie maritime,* como a idéa activa *On transporte mieux les grands poids par la voie maritime.*

Demais, analysar indirectamente, por meio de substituições, é dar azas á fantasia. O sentido até póde variar conforme a construcção: em portuguez, *vende-se este livro* significa que a obra é vendivel, emquanto que de um trabalho vendavel diremos antes: *o livro vende-se.* Outras vezes transparece bem a concepção primitiva do sujeito agente, do pequeno drama, a que acertadamente Bréal se refere, e a transformação em voz passiva daria um absurdo. Tal é o caso nestas frases: *O vidro quebrou-se á toa; o navio perdeu-se; a nuvem desfez-se; a illusão dissipou-se; a pedra desprendeu-se da montanha e precipitou-se pelo valle abaixo* *).

Naquellas frases, dissemos nós, em que é de uso pospôr o substantivo, a acção é psychologicamente

*) Levianamente se interpretará ahi a idéa passiva: *foi desprendida, foi precipitada.* Em resposta podia-se aventurar esta pergunta: E quem foi que desprendeu e precipitou a pedra? Mas Deus nos livre de penetrar no santuario de tão peregrina intelligencia!

attribuida a ente humano que não podemos ou não queremos nomear, emquanto que o substantivo se acha degradado ao papel de regimen ou paciente.

Se esta doutrina é verdadeira, o processo muito cedo se estendeu a verbos que demandavam um regimen indirecto. Encontramos, de facto, a confirmação já na lingua latina: *invidetur præstanti florentique fortunæ* (Cic); *non parcetur labori* (ib.); *nemini nocetur; dubitatur de fide tua; invidetur potentibus; de re tua agitur; resistitur audaciæ hominum.*

Para exprimirem pensamentos analogos, tiveram as linguas-filhas ahi traçada a norma, substituindo (veja a pagina 117 e seg.) a forma medio-passiva, que desappareceu, pela forma media ou reflexiva, mantendo porém nesta o mesmo *sentido activo* que era indicado em latim. Torna-se assim intelligivel a existencia dos nossos *trata-se, fala-se de* (ou *em*), *pensa-se em, resiste-se a* e muitissimos outros dizeres semelhantes, de que se serviram em larga copia João de Barros, Vieira, Bernardes, Herculano e Castilho.

Consequencia natural da transformação do sujeito em objecto é a desnecessidade da concordancia: o verbo, quer intransitivo quer transitivo, tenderá a ser usado uniformemente no singular, ainda quando o nome esteja no plural. De facto, em francez se diz: *il se trouve des royaumes,* discordando, em construcções analogas, sempre o verbo do substantivo; o hespanhol exprime-se assim: *muy pocos reynos se*

halla; e o italiano não se peja de dizer semelhantemente: *del suo legno se fa ottimi pettini; quivi ore e campane* (ambos os nomes no plural) *non s'udiva.* Os grammaticos hespanhoes reconhecem a correcção das frases do reflexivo *se* com o verbo no singular acompanhado de substantivo no plural: «Cuando la sentencia (a 3ª. pessoa do singular com *se*) toma el carácter de impersonal, se coloca el verbo en el singular, y lo que es objeto de su accion, va regido de la preposicion *á*, verbi gratia: *se atropella á los desvalidos; se detesta á los malvados*». Salvá, *Grammatica.*

Do portuguez porém não se póde affirmar que tenha realisado o progresso das linguas irmans: na linguagem literaria, pelo menos, o verbo continua em parte preso a uma terminação já agora inutil; a fórma acha-se em estranho atrazo, comparada com a evolução do sentido, e em flagrante contradição com o que regularmente se usa quando o objecto é preposicionado. Diz-se correctamente: *louva-se ao deus Termino; adora-se aos idolos,* mas: *adoram-se os idolos; admira-se a Bernardes e a outros escriptores,* mas: *admiram-se os escriptores.*

A persistencia da concordancia com o objecto, onde não a estorva a presença de uma preposição *),

*) Existem mesmo, em escriptores apreciados, exemplos de verbo no singular, como: *ajuntou-se tambem a estas differenças as tomadias que os nossos fizeram,* Barros, Dec. 1, 6, 1;

explica-se pelo contagio: é devida á influencia de frases de verbo pronominal com sentido manifestamente reflexivo. A' mesma causa podemos attribuir o não nos decidirmos a acompanhar o hespanhol no uso do pronome pessoal atono em: *se me husca á mi; se nos pergunta á nosotros por el correo; se le enterró; se lo cercó de solidas murallas; se le ha muerto;* ou o italiano em: *lo si loda* (cousa differente de *egli si loda*). Accresce ainda que para o facto de em portuguez preferirmos dizer *cercou-se (ella)* a *cercou-se-a, reduz-se (elle) a pó* a *reduz-se-o* contribuiu sem duvida a circumstancia de serem as fórmas *elle, ella* usadas como simples accusativos ainda muito tempo depois de se estabelecer o uso da fórma reflexa para indicar o agente indeterminado (*desarmarem elle, deixarei elle* etc. são linguagens communs nos cancioneiros, Demanda do Santo Graall e outros).

Das bases até aqui lançadas chegamos finalmente ás seguintes regras praticas para a lingua portugueza:

1.ª Quando não queremos ou não podemos mencionar quem pratica a acção, servimo-nos do verbo na forma reflexiva, collocando-o no principio da oração.

---

primeiro se nota . . . os perigos, ib. 3, 2, 1; *com outras obras se consegue . . . estes nomes* ib. 1, 9, 2. Mas estes casos constituem insignificante minoria quer na linguagem literaria em geral, quer na linguagem de um mesmo autor. Não autorisam o uso da discordancia; porém provam que quem assim escreveu já devia ter o sentimento de regimen com relação ao substantivo pospostc.

2.ª O verbo é usado na 3ª pessoa do singular, quer esteja acompanhado de objecto indirecto, quer de objecto directo precedido da preposição *a*. Se porem o regimen directo não tiver preposição e se achar no plural, o verbo irá igualmente para o plural, por falsa concordancia.

3.ª O uso da forma reflexa para denotar agente desconhecido não é applicavel aos verbos já de per si conjugados com o reflexivo. Neste caso será necessario lançar mão de outro expediente (*a gente queixa-se*, ou *queixamo-nos* e não *queixa-se-se; servimo-nos* e não *serve-se-se*).

4.º A forma reflexiva não admitte para objecto as formas pronominaes *o, a, os, as*.

Vejamos agora o valor de alguns argumentos talhados para defender esse idolo a que chamam *se* apassivante.

Houve durante muito tempo relutancia em aceitar na linguagem literaria os populares *é-se, está-se*, mas desde o seculo passado a hesitação tende a desapparecer. Castilho, no theatro de Molière, põe taes modos de dizer até mesmo na boca de personagens que não costumam exprimir-se incorrectamente: *quando se é desprezado ingratamente, creio ser um dever honroso o procurar fugir* (Tart. 65); *é-se acaso obrigado a pagar foro em metro ás deusas do Parnaso? se não se é, não se deve andar sem arte e veia a versar* (Misanthr. 122); *aqui, sr. Pancracio, está-se*

optimamente, Sabichonas 89. Nas obras de Garrett, de Camillo e de Ramalho Ortigão são frequentes os exemplos.

Têm alguns attribuido o *é-se*, o *está-se* á influencia do *on* francez; mas o engano salta logo aos olhos, mal nos acuda á mente esta reflexão: é o povo, e não os escriptores, quem mais usa daquelles modos de dizer; ora o povo de Portugal nada ou quasi nada sabe da França e sua lingua. Será, pois, quando muito, um caso de vulgarismo ou plebeismo ... portuguez, calcado sobre locuções congeneres do falar patrio *).

A' mesma causa exotica procurou-se filiar a tendencia popular, assaz accentuada entre nós, de dizer e escrever *vende-se casas* por *vendem-se casas;* e a mesma objecção cabe-nos, mutatis mutandis, fazer ao caso.

Nossos pintores de taboletas e letreiros não se recrutam de entre os conhecedores do idioma de Zola e Daudet; alguns delles — facto muito curioso, mas não menos provado — ainda soletram com esforço as proprias palavras da lingua nacional. A

---

*) *Está-se a tratar os leitões que estaban com tinhó* (apud Julio Moreira, Estudos da lingua portugueza p. 42) é um pensamento que o rustico não identificaria com *Estão-se a tratar* ... Elle quer dizer que «alguem» está tratando, ao passo que só empregaria o segundo modo (verbo no plural) no sentido reflexo.

influencia franceza foi, pois, completamente nulla nesses milhares e milhares de *aluga-se carros*, *compra-se moveis*, etc. etc. Achamo-nos diante de uma tendencia natural, espontanea; no sentir do povo não se comprehende porque se dêva concordar o verbo com o objecto. De mais, os primeiros individuos affectados de um mal importado de terra estranha devem ser os que se acham mais em contacto com elle; ora as pessoas que continuamente manuseiam livros parizienses são justamente aquellas que menos vezes empregam o verbo no singular em casos semelhantes aos exemplos citados.

Os Portuguezes não tinham necessidade de transpôr os Pyreneus e inspirar-se em um pronome indefinido estrangeiro. Possuiam elles proprios o pronome *homem*, nada inferior a esse *on* francez que mais tarde devia ser o bode expiatorio da pouca sagacidade dos grammaticos. No dominio do portuguez antigo floreceu tal pronome, e com vantagem, ao lado de formulas com o reflexivo *se*. Por fim foi-lhe desapparecendo a vitalidade e na era quinhentista succumbia de todo afogado pela expansão do pronome *se* que, como vimos anteriormente, já então se usava quer com verbos transitivos, quer com os intransitivos. Se o nosso pronome indefinido fosse cousa imprescindivel, se para a manifestação do pensamento sentissemos necessidade de nos acostarmos, de algum modo, a elle, com certeza a lingua

não o deixaria extinguir-se tão pronta e tão facilmente e, com maioria de razão, não iria buscar seu equivalente no estrangeiro. A forma reflexiva estendeu-a o povo a certos modos de dizer com que ideologos e grammaticos antipathisam; mas isto havia de dar-se fatalmente, quer existisse o idioma francez, quer nunca tivesse existido.

Tem-se dito que a nossa forma reflexiva se identifica com a voz passiva. Apesar das restricções que todos concedem, que são forçados a conceder, tenho a affirmação por leviana, a começar pelos exemplos banaes com que a esteiam. *Aluga-se esta casa* e *esta casa é alugada* exprimem dois pensamentos, differentes na forma e no sentido. Ha um meio muito simples de verificar isto. Colloque-se na frente de um predio um escripto com a primeira das frases, na frente de outro ponha-se o escripto contendo os dizeres *esta casa é alugada.* Os pretendentes sem duvida encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está habitada. O annuncio desta parecerá superfluo, interessando apenas aos suppostos moradores, que talvez queiram significar não serem elles os proprietarios. Se o dono do predio completar, no sentido hypergrammatical, a sua taboleta deste modo: *esta casa é alugada por alguem*, não se perceberá a necessidade da declaração e os transeuntes desconfiarão da sanidade mental de quem tal escripto expõe ao publico.

Admittir um sentido passivo é admittir a possibilidade de um agente ou «complemento de causa efficiente» tanto occulto como expresso. E', pelo menos, por essa razão que se invocam, em favor da hypothese: reflexivo igual a passivo, alguns exemplos plausiveis na apparencia. Contradizem-se, todavia, os que argumentando se prevalecem de taes passagens; porque, de duas uma: ou não se deve, segundo sentenceiam, empregar a «particula apassivadora» com agente claro, e portanto desconfiaremos dos casos em contrario; ou então a regra nada vale, e estamos autorisados a imitar affoutamente os exemplos com que agora se vem argumentar.

Escrevemos hoje: *este livro é lido*, *é lido por todos, todos lêem o livro.* Podemos igualmente dizer: *lê-se este livro* ou *o livro lê-se.* Ninguem porem dirá: *o livro lê-se por todos*, por ser linguagem simplesmente incorrecta. Neste particular parecem, entretanto, estar em conflicto com a syntaxe actual expressões antigas em que um curioso phenomeno linguistico requer o seu esclarecimento. As preposições *de*, *per* (*por*) indicavam, entre outras relações, a de causa efficiente dos verbos passivos, e a de meio ou instrumento dos verbos activos, quer fosse definido o sujeito destes, quer não o fosse (forma reflexiva). O instrumento ou meio é geralmente um ente sem vida, mas por vezes considerava-se como tal — e este é o ponto importante da questão — um ser animado,

uma pessoa ou cousa personalisada. Assim devemos interpretar esse exemplo de João de Barros: *castiga Deus as mais das vezes os christãos por* (= por meio de) *christãos de má vida e costumes abominaveis e torpes* (Paneg. 25). Da contiguidade das noções *causa* e *instrumento* ou meio, e da coincidencia de preposições para exprimil-as se geraram provavelmente as seguintes linguagens, que hoje só por superstição deixaremos de considerar defeituosas: *mar . . . que só dos feios phocas se navega* (Cam. Lus. I, 52); *primeiro se nota* (no singular!) *per os mareantes . . . os perigos do mar* (J. de Barros, Dec. 3, 2, 1). Correcto seria, abstracção feita do verso camoneano, *mar que só os feios phocas navegam* ou *que só dos feios phocas é navegado; primeiro notam os mareantes os perigos do mar* ou *primeiro se tornam notaveis aos mareantes* ou *são notados dos mareantes os perigos do mar*.

Sente-se bem que o pensamento, em qualquer daquelles dois exemplos, não se acha enunciado nem pela activa, nem pela passiva, nem pela reflexiva; o qui ali ha é um pouco de tudo isso. Por maior que fosse a veneração por todas as cousas que em tempos idos se escreveram, difficilmente alguem hoje, tendo a escolha, hesitaria em preferir outra linguagem. Em geral se evitam — e isso não data de hontem — torneios em que as preposições *de* ou *por*, indicando uma das mencionadas relações, poderiam dar lugar a frases de sentido obscuro ou ambiguo.

João de Barros e Camões, e os illustres escriptores que depois vieram, foram estranhos a essa preoccupação doentia que acarreia, por forço da indole da nossa lingua, o uso do pronome *se* exclusivamente com verbos transitivos. Já alludimos ao facto quando recordámos certos modos de dizer latinos; mas para intelligencia do que adiante se vai expôr, despido das roupagens da fantasia, convem firmar aqui a attenção ao menos em alguns dos exemplos mais conspicuos: *é fraqueza desistir-se da cousa começada* (Cam. Lus. I, 40); *não se procede mais na demanda* (J. de Barros, Dec. I, 10, 1); *ficaram todos tão contentes que não se tratou mais na successão do novo rei* (J. de Barros, ib. I, 10, 2); *na cruz morre-se uma só vez, no Sacramento morre-se cada dia* (Vieira, Serm. V, 560); *as palavras são vans; creia-se em cousas* (Cast. Fast. I, 157); *a nympha . . . parte aos gritos, que, alvorotando o bosque, a turba espantam. Acode-se em tropel* (Cast. ib. I, 49); *foge-se* [= todos fogem ou tudo foge] (Cast. ib. I, 131); *trata-se de salvar o imperio* (Herc. Eur. 74); *vive-se á luz da esperança* (Herc. ib. 135).

Guinda-se inquestionavelmente um nome objecto á altura de nome sujeito com a troca, nem sempre habil ou exacta, de um *ama-se* (a alguem ou alguma cousa) pela fórma *é amado*, assim como para o mesmo fim se transmuta da activa para a passiva qualquer verbo transitivo acompanhado de seu objecto directo.

Mas substituir não é analysar; e ou se faz a analyse das fórmas taes quaes se apresentam, deixando de parte os possiveis equivalentes estilisticos, ou a grammatica não existe.

Nem é somente enganoso o processo da subtituição, é tambem precario; a sua applicação falha desde que se ligue a verbos de outra natureza o mesmo pronome *se* sem lhes alterar o sentido. Basta comparar o que resulta da applicação do succedaneo da analyse na primeira e na segunda hypothese: lá, produz frases até certo ponto simples e naturaes; aqui gera monstros. Quaes serão os equivalentes, as dicções puras e bellas em que se resolvem, com agente definido, as orações *sic itur ad astra*, *vitam vivitur*, *resistitur audaciae*, e, pela passiva com o verbo *ser*, os portuguezissimos exemplos ha pouco mencionados? *E' fraqueza desistir-se* será . . . *é fraqueza ser desistido?* *Morre-se na cruz* será . . . *é morrido* (ou *morto?*) *na cruz por alguem?* *Foge-se* equivalerá a *todos fogem* ou a . . . *é fugido?* *Fala-se de*, *trata-se de* serão para identificar com . . . *é falado de*, *é tratado de por alguem?* Ficam ahi as reticencias para que fantasias bem fecundas preencham, cada qual a seu sabor, todas essas vagas com os competentes sujeitos. A linguistica rigorosa, a psychologia, a grammatica com sua analyse positiva, e emfim, o senso commum, emmudecem desta feita. Eu por mim confesso, não perceberia o sentido de

taes estranhos dizeres; se de facto existem, devem ser profundamente sibyllinos.

Ao absurdo a que somos chegados conduz a fragil theoria apassivadora submettida a um raciocinio estricamente logico. Ladear a consequencia, ou recorrer a processos que variem conforme as eventualidades, para explicar e accommodar á voz passiva casos os mais rebeldes, é sophismar uma doutrina já sophismadora de per si. Imaginemos a seguinte parataxe: *nesta terra grita-se e trabalha-se; faz-se tudo e em tudo se desfaz; vive-se emfim miseravelmente e na miseria se morre.* Tão perfeito é o parallelismo das fórmas verbaes tendo o reflexivo *se*, como o é o parallelismo da noção de actividade expressa por essas mesmas fórmas. O systema da analyse ha de portanto ser um só; não podemos admittir dois pesos e duas medidas.

Inadmissivel é igualmente um criterio duplo para a interpretação das fórmas verbaes daquella bellissima passagem: *dest'arte se remonta ao Polo e se conquista a luminosa esphera,* extrahida das obras de Castilho, e que traduz o *sic petitur caelum* de Ovidio*), pensamento sublime e significando o mesmo que o virgiliano *sic itur ad astra.* Do confronto destes tres exemplos resulta, para o raciocinio são e isento de

---

*) Em *petere caelum,* como em *petere castra, petere naves,* o verbo não tem a accepção de pedir, mas sim a de *ir* ou encaminhar-se para algum lugar.

preconceitos, a percepção clara desta verdade: em latim, a *fórma passiva* (ou antes medio-passiva) vem exprimindo, sem definir, sem mencionar o sujeito, uma noção de *actividade* extraordinariamente intensa, a mais intensa talvez de que possa a humana creatura ser capaz; emquanto que em portuguez foi enunciada *pela fórma reflexiva* a mesmissima actividade, o mesmo esforço e energia, a mesma negação absoluta de uma condição passiva. Por outras palavras: *fórmas não-activas* (passiva em latim, reflexiva em portuguez) têm *significação activa* nos verbos sem sujeito.

Nomes proprios geographicos.

▽

«A maior parte da antiga nomenclatura que usaram os nossos escriptores desde o seculo XV, e mesmo antes até o principio do seculo passado, vai cahindo em desuso ou sendo menosprezada, não se tendo na devida conta que esse vocabulario e as formas genuinamente portuguezas de nomes proprios de mares, de rios, de terras, de povoações, de quaesquer localidades emfim, fazem parte essencial do lexico nacional, tão essencial como as demais dicções da lingua patria. A maioria, se não todos os compendios empregados no ensino geographico vêm inçados de denominações estrangeiras ou estrangeiradas, mal formadas umas, falsas outras, illegiveis muitas dellas, e não poucas inuteis por já existirem na lingua outras, ou melhor autorisadas por bons escriptores nossos, ou mais conformes com a indole e particularidades de pronuncia do idioma que falamos e sua orthographia tradicional, cujas feições typicas são

caracteristico nacional de tamanha valia como outro qualquer dos que nos differençam dos demais povos.»

Nestes termos inicia o Sr. Gonçalves Vianna o seu estudo sobre a representação dos nomes geographicos *). Ao douto phonetista devemos incontestavelmente notaveis trabalhos originaes e subsidios importantes para a fixação da nossa orthographia. A escripta portugueza, no seu entender, deve ser simplificada e uniformisada. E' uma doutrina muito san, a que actualmente ninguem nega applausos; ensaiada por alguem na pratica, ella offende todavia habitos seculares, que impedem sejam numerosos os imitadores. Não que, em qualquer esphera de actividade, o povo acclame a anarchia e prefira as cousas complicadas ás mais simples; mas é proprio da natureza humana o estarmos mais propensos a continuar no rumo, bom ou mau, em que até agora temos andado, do que a subitamente nos afastarmos delle.

O problema da simplificação orthographica apresenta faces multiplas. O Sr. Gonçalves Vianna, dispondo de um saber vasto e profundo no terreno da phonetica, procura, paciente e minucioso, resolver todas as questões, ainda as mais subtis, unicamente á luz desse preparo intellectual. Mas no empenho de collocar-se sobranceiro a qualquer criterio arbitrario, esquece-se que as razões historicas e linguis-

*) Orthographia Nacional p. 227.

ticas, em que os preceitos devem assentar, não fornecem em sua maioria elementos praticos para um criterio ao alcance da generalidade dos que escrevem a nossa lingua. Orthographia que exige conhecimentos complexos, proprios de especialistas, de sabios, não é positivamente uma orthographia simples.

Obriga-nos por exemplo o systema orthographico do Sr. Gonçalves Vianna a differençar na pronuncia *s* inicial e *ç*, quando sabemos que tal differença não existe nem no Brasil, nem no Portugal de hoje, excepto Minho, Beiras e uma parte de Traz-os-Montes, conforme o autor nos ensina no seu livro sobre a Pronuncia Normal Portugueza (pag. 45). Entre nós ouve-se uma consoante unica, e difficilimo será talvez fazer o brasileiro sentir a differença que ainda se faz em uma parte do Reino. Esta distinção regional é portanto um embaraço como criterio orthographico, pelo menos para o Brasileiro. Não lhe facilita o escrever; difficulta-o.

Fiel a seu systema e apoiando-se em exemplo camoneano, o Sr. Vianna propõe que se escreva *Sintra* por *Cintra*. Isto desrespeita o uso geral e não creio que os Portuguezes se capacitem da necessidade ou conveniencia de mudarem, neste ponto, os seus habitos. O nome proprio *Marques* passa a ser *Márquez*, e o titular *marquez* converte-se em *marquês*. Na dupla troca não se percebe absolutamente nenhum passo no sentido de uma

orthographia praticamente simplificada. Ao contrario, a reforma exige o recurso de accentos, agudo e circumflexo, cousa que até agora dispensavamos com a nossa escripta despretenciosa. Achando-se *s* forte e *ç* confundidos ha muito tempo no dialecto culto, e tendo esse mesmo dialecto igualmente confundido ha muito tempo *z* e *s* fraco, como nos ensina o proprio Sr. Vianna (Pron. Norm. pag. 47 e 48), não convence o argumento de que deva preponderar sobre o dialecto culto de hoje o provincialismo do norte de Portugal. A orthographia facilitada, como a desejamos, não pode desprezar por um só momento a linguagem culta, a pronuncia normal que com tanta proficiencia o Sr. Gonçalves Vianna procurou apurar entre os numerosos dialectos. Nem mesmo seria possivel uma reforma orthographica que prestasse homenagem a todos elles.

E' certo que para essas distinções phoneticas, pouco accessiveis ao commum dos leitores, com as quaes pretende conformar a escripta, o Sr. Gonçalves Vianna estriba-se em uma razão de outra ordem, e que é geralmente acatada. Appella para a tradição. Resta porem saber se as tradições não podem ser esquecidas, abandonadas, se subsistem todas sempiternamente e se temos a obrigação de as reviver ou reanimar quando ameaçadas de morte com a mudança dos tempos e das cousas. Em questões de linguagem portugueza nota-se sem duvida o vezo de olhar com sau-

dades para um passado literario tristemente esteril, de onde emerge, como oasis, uma ou outra obra ainda capaz de deleitar o leitor contemporaneo. Esse culto fanatico e incondicional do passado é a negação do progresso; não admitte o desenvolvimento, a transformação; fecha os olhos ao presente e ao futuro.

Não é o autor da *Orthographia Nacional* quem nos agrilhoa a tudo quanto é ou foi tradição. Nem o seu systema orthographico é, sequer, transunto fiel da escripta das eras remotas que foram objecto do seu estudo. Graças a essa divergencia, encerra mais qualidades do que defeitos.

Decididamente uniformisador e simplificador é o Sr. Vianna quando propõe a reducção dos ditongos graphicos, pondo-os mais de accordo com a pronuncia, quando vota pela suppressão do *y* e, principalmente, na longa exposição em que, affrontando atrazados etymologistas, defende a propaganda de se supprimirem letras cuja presença não influa na pronuncia, e de se substituirem os chamados grupos gregos por letras simples com o mesmo valor actual. Quem não conhece a etymologia, ou não se recorda, de pronto, da origem de qualquer vocabulo, bem pode avaliar a vantagem dessa pratica, desde que sem constrangimento for geralmente aceita.

Toda reforma orthographica depois de tantos seculos de escripta defeituosa, tem de fazer, para ser viavel, algumas concessões aos maus habitos invetera-

dos. A «Orthographia Nacional» porem não parece disposta a transigir, excepto com relação ao uso de *h* e *g* (por *j*) iniciaes, justificados pela etymologia. Todo esse rigorismo seria talvez desculpavel, se o autor ao menos indicasse até que ponto deve ir a applicabilidade do seu systema tomado em conjunto. Denominações de plantas, animaes, pedras, e outras de origem scientifica (*fuchsia, cattleya, yack, gneiss* etc.) e, sobretudo, nomes proprios de pessoas constituem, me parece, uma barreira difficilmente atacavel. Mas o autor não faz conta disso e estende o seu aportuguezamento simplificador para alem das fronteiras de Portugal, invadindo o mundo inteiro, mas esquecendo-se de que a lingua portugueza não penetra nem nos paizes mais proximos. E' o que explica este brado de descontentamento: «A maioria, senão todos os compendios empregados no ensino geographico vêm inçados de denominações estrangeiras ou estrangeiradas . . . »

A nomenclatura geographica é um problema, não ha duvida; mas o remedio lembrado pelo Sr. Vianna, e por outros, se algum effeito pudesse produzir, seria o de uma gota de azeite sobre as ondas revoltas do Oceano. Se me enumerarem dezenas ou centenas de nomes «portuguezes» substituiveis aos «estrangeiros» actualmente em voga, direi que a feição dos compendios de geographia não ficaria mais portugueza, ainda quando dobrassem ou centuplicassem o numero.

As localidades do globo terrestre, cada qual com a sua denominação, sobem a numero infinito. Só no indice do atlas de Stieler, que está bem longe de ser exhaustivo, contam-se 300 000 nomes.

Particularisemos. Supponhamos que estamos a tratar da chorographia da Inglaterra; e que estamos neste momento mencionando as suas cidades. Tirando *Londres*, *Edinburgo*, *Dublim* e, talvez, dois outros, pergunto: de que cousa continúa coalhada a carta do reino de Gran-Bretanha senão de milhares de vocabulos horrorosamente estrangeiros e intraduziveis? Pode-se, em lugar de *Lancaster*, restaurar outro nome por um sentimento de piedade pelo grande epico portuguez ou outro escriptor mais antigo; mas teremos uma dissonancia desagradavel quando ouvirmos ao historiador da guerra das duas rosas proferir de um folego *York* e *Alencastro* *).

Os Portuguezes antigos ora traduziam, ora ageitavam o termo á nossa lingua; tinham por principio evitar reproduzir fielmente nomes estrangeiros que possuissem escripta e pronuncia incompativeis com o portuguez. Sigamos-lhes por um momento as pegadas, respeitemos a tradição. Na França figura *St-Etienne* como centro industrial muito populoso e de grande importancia. Como lhe havemos de chamar? Os mappas allemães, inglezes, italianos, respeitam o nome

*) *Lancaster* foi transformado em *Alemcastro* naturalmente por influencia de *Alemquer*, *Alemtejo*.

francez. Nós outros, na faina de reformar a face da terra *in nominibus*, achamo-nos aqui na situação de Hercules na encruzilhada. Hade-se traduzir aquillo por *Santo-Estevão* ou applicar-lhe o processo accommodativo (ha precedentes «classicos» para outros casos!) e transformar a cousa em *Santetieno?* O segundo alvitre reputar-se-á ridiculo, e com razão; mas o primeiro não o é menos. Causa, entre Francezes, a mesma impressão que entre nós causaria o vermos sob a forma sacrilega de *Bois-Gros e Fleuve de Janvier* o Mato-Grosso e o Rio de Janeiro.

Que os nossos antepassados, quando nacionalisavam nomes geographicos, eram não raro desageitados e mais ignorantes do que o somos hoje, vê-se já no que fizeram com um termo germanico, componente de muitos nomes, que hoje figura em nossa lingua com essas variantes: *-terra*, *-landa*, *-landia*, *-land*. Só uma vez acertaram com o significado: foi quando fizeram de *England Inglaterra*. Mas ainda assim a gloria de descobrir a traducção não cabe directamente aos Lusitanos, senão aos Normandos conquistadores daquelle paiz. Ao lado do nome *Inglaterra* apparece incoherentemente *Irlanda*, *Islanda* (mais tarde *Islandia*), *Hollanda;* e do neerlandez *Zeeland*, em que hoje nos apparecem conspicuos os elementos *Zee* «mar» e *land* «terra», arranjou-se simplesmente *Zelanda* (ou *Zelandia*). Em tudo isso não se fez obra mais limpa do que seria o supra-citado «Sant-

etieno» se penetrasse na lingua portugueza com igual insciencia e inconsciencia. Nós hoje, como outros povos latinos, já não nos affligimos com a nacionalisação dos compostos de *-land*, que pouco a pouco vêm surgindo; reproduzimos fielmente *Bechuanaland*, *Damaraland*, e o proprio *hinterland*, termo hoje quasi internacional, a que os quinhentistas chamariam «sertão», já se usa sem escrupulo. Quando mesmo se tentasse expungir dos nossos compendios geographicos esses modernismos, v. g. supprimindo a syllaba *-land* nos nomes proprios, ou empregando expressões como *Terra de Damara* etc., não acredito que, de um modo qualquer, se conseguisse achar para a colonia de *Queensland* (na Australia) denominação portugueza com probabilidades de ser geralmente aceita. E' pena não terem os Inglezes tido motivo para crear o nome *Queensland* ou mesmo *Kingsland* ao tempo em que se começou a traduzir o teutonico *Zeeland* por *Zelanda*. Seria curioso ver tambem aquillo ageitado á nossa lingua. A' hybridisação habitual (junção do nosso suffixo *-a* ao termo germanico *land*) havia de alliar-se fatalmente a destruição das syllabas *Queens* e *Kings* para se trocarem parte de suas letras por outras mais á feição portugueza.

Os nomes geographicos internacionaes como *Queensland, Damaraland*, em que se respeita a escripta e, tanto quanto possivel, a pronuncia do paiz de origem, sobreexcedem de modo prodigioso o numero

dos outrora nacionalisados. A sua adopção geral entre as nações civilisadas é a consequencia inevitavel da propria civilisação moderna. Os povos viviam segregados, e qualquer lingua que não fosse a de um mesmo povo, era-lhe não só estrangeira, mas profundamente estranha. Ha uns tres ou quatro seculos o apparecimento de um vocabulo já não digo inglez ou allemão, mas francez entre gente que falava o nosso idioma seria como lobo em redil. Não lhes soava talvez menos peregrino do que para nós hoje um termo rumeno ou hollandez. Ao presente as condições acham-se mudadas; a nossa tendencia intellectual é manifestamente no sentido de nos familiarisarmos com os paizes estrangeiros e os respectivos idiomas. A não respeitarmos o mais possivel os nomes proprios dos povos com que lidamos, do mesmo modo que elles respeitam os nossos, estacionaremos em um deliberado isolamento inconciliavel com as nossas idéas de progresso.

Escrevemos hoje *Carlsbad*, *Franzensbad* e ninguem cogita de accrescentar a taes nomes uma vogal que lhes arredonde o aspecto portuguez. Referindo-nos á historia da guerra franco-alleman, diremos que o monarcha francez, cercado em *Sedan,* dirigiu-se para o castello de *Bellevue,* de onde passou como prisioneiro de guerra para *Wilhelmshöhe.* E proferimos ou escrevemos de uma assentada tres palavras terrivelmente barbaras para os olhos e ouvidos de quem

idolatre o portuguezismo sem limites filiado ao passado. O primeiro desses nomes é talvez o peior de todos pela circumstancia aggravante da sua decidida insubmissão aos que ordenam que se nacionalise em *-ão* a desinencia *-an* dos nomes de localidades situadas fora das raias de Portugal.

A mania de reviver tudo quanto sahiu da penna dos antigos escriptores, ou dos prelos que primeiro lhes imprimiram as obras, não provém apenas do singelo culto dos antepassados, até certo ponto desculpavel; por vezes, nesse esforço de resuscitar, se desnuda tambem a mais desmarcada superstição. Exemplifiquemos. Não longe da costa occidental da Africa jaz o pequeno archipelago de *Bissagós* ou *Bijagós*, nome conhecido desde a expedição de Pedro de Cintra por volta de 1460. Um diccionario recente, pretendendo regular o aportuguezamento de nomes geographicos, annuncia a alta novidade de ser o termo *Dorcadas* «o mesmo ou melhor que» a denominação antiga e universalmente reconhecida.

E qual o motivo da singular preferencia? E' que nos Lusiadas ha o trecho: *As Dorcadas passámos, povoadas das irmãas que outro tempo ali viviam* etc., trecho dictado menos pelo intuito de localisar com rigor um acontecimento do que pela fantasia e vontade de alludir a uma lenda cuja narração vinha a proposito; é porque as Dorcadas eram para Camões provavelmente, mas não provadamente,

as ilhas Bissagós*). Admittida em todo o caso a identidade, Camões teria situado muito mal a habitação das Gorgonas. Segundo a lenda antiga, ficava na borda mais occidental da terra na vizinhança da noite e das Hesperides. Que este nome de Hesperidas o poeta o applicasse, como o applicou, ás ilhas de Cabo Verde, comprehende-se por causa da respectiva posição geographica; mas as Bissagós nem são vizinhas dellas, nem parecem fugir para o occaso. Ao contrario; muito alem se estende boa parte da terra firme, ao passo que as Bissagós ao sul como que vão buscar abrigo no seio do continente.

A' incerteza da situação das Dorcadas vem ainda juntar-se a duvida sobre a legitimidade do termo. Teria o poeta escripto effectivamente Dorcadas ou ler-se-ia antes Gorgadas o que escreveu, e que é traducção mais razoavel do latim *Gorgades*, ilhas onde, segundo Plinio, as Gorgonas deviam ter habitado? A mudança de *g* em *d* e *c* não se explica facilmente pelas leis phoneticas, e o vocabulo conforme se acha impresso nos Lusiadas é um caso unico em toda a literatura. Isto nos leva a acreditar que, se o proprio termo *Dorcadas* não é uma creação fantastica do poeta, deve ser, pelo menos, erro de copia ou descuido de revisão.

---

*) São *talvez* para Camões as ilhas da Guiné, principalmente o archipelago dos Bijagós. *Barbosa de Bettencourt*, *Subsidios para a leitura dos Lusiadas* p. 139.

Ahi está porque o nome Dorcadas é preferivel ao consagrado Bissagós: por ser uma fantasia poetica, um erro de geographia ou um cochilo typographico. Figura no Camões, é quanto basta. O que o lexicographo porem se esqueceu de recommendar, mas a logica estava a pedir, foi, em lugar de *ilhas do Cabo-Verde*, o nome *Hesperidas*, como lá está nos Lusiadas igualmente.

Mesmo pondo de parte esses casos de devoção compromettedoramente exagerada, seria preciso termos a plena certeza de ser impeccavel todo aportuguezamente dos nossos antepassados, antes de aceitarmos sem o menor protesto as conclusões desse romantismo linguistico demolidor de tudo o que hoje se ergue sobre as ruinas das creações antigas. Mas a analyse dos factos não nos permitte estabelecer semelhante preliminar. Em materia de nomes proprios errava-se outrora não menos do que hoje. Duvidas, hesitações e traducções mal feitas havia-as como em nossos tempos, senão peiores e mais numerosas. Quando João de Barros (Dec. 2, 10, 6) escrevia *Coraçã ou Horaçon* (*como lhe os Parseos chamã)*, mas depois repetidas vezes *Horaçon*, de certo não lhe parecia a primeira forma, visivelmente a mais portugueza, digna de ser abraçada sem relutancia. O nome de pessoa *Tamerlão* creio que hoje não offerece assunto para discordia; entretanto o mesmo Barros, em cujo tempo já era corrente esse aportu-

guezamento de um nome barbaro, não cessava de advertir contra o erro. *Tamor Langue a que comũmẽte chamã Tamer Lã*, diz elle na Dec. 2, 10, 6, ou: *a que muitos corruptamente chamam Tamor Lam* (Dec. 2, 4, 7), ou ainda: *a que os nossos chamam Tamerlão* (Dec. 3, 4, 1). As ilhas a que hoje chamamos *Molucas* figuram nas obras dos quinhentistas sob o nome de *ilhas Maluco*, e no emtanto Diogo do Couto (Dec. 4, 7, 8) deriva o nome do malaio *moloc* e nos dá esta explicação: «. . . e assi por excellencia se chamão *Moloc* (que he o seu verdadeiro nome) e não *Maluco*, que he corrupto delle, cujo nome na sua lingua propria quer dizer cabeça de cousa grande.» Sendo assim, a denominação moderna com a primeira syllaba *Mo-* e não *Ma-* aproxima-se mais do termo malaio e levamos vantagem aos quinhentistas em não nos deixarmos influenciar pelo adjectivo portuguez «maluco», que naturalmente deu lugar á corruptela.

Muitas vezes reinava tamanha duvida sobre certos nomes proprios que não só divergiam os quinhentistas uns dos outros, mas ainda em uma mesma obra appareciam os vocabulos representados de varios modos. Mais adiante voltaremos ao assunto.

Remontando a escriptores que precederam os do seculo XVI, bastará mencionar Fernão Lopes, chronista notabilissimo. Escrevia elle *Cambrig*, *Neapol*. Pergunto: devemos salvar essas formas do esquecimento

e empregal-as em lugar de *Cambridge*, *Napoles?* Nenhum dos meus leitores saberá provavelmente em que parte do mundo fica *Preamua.* Será preciso ler, á pag. 406 da Chronica de D. Fernando, *a frota dos Ingreses partira de Preamua,* para suspeitar que se trata de *Plymouth.* Hoje imitando os Francezes, isto é, dando á França o que é de França, escrevemos *Anjou;* o chronista porem não sabia se era melhor dizer *duque Dangeus* (155, 157), se *duque Danjo* (355). Sobre *Pieta pertusa* (158) ou *Pera pertusa* (159) tambem não chegou a firmar opinião; mas se traduzisse *Pierre Pertuis* por «Pedra Furada» teria dado uma traducção não inferior á de «Villa nova [*Villeneuve*] acerca de Avinhom» (155). *Piteus* é nome que não figura em compendio algum de geographia ou de historia; hade surprehender a muita gente quando souber que isso significava *Poitiers*, pois que se dizia *batalha de Piteus* (l. c. 146).

Não faziam outrora distinção entre nomes peregrinos de pessoa e de lugar quando os submettiam ao processo do aportuguezamento. Bastava que a pronuncia ou a escripta causasse estranheza, para ser irremissivelmente alterado o vocabulo: traduziam-no por um termo adequado, se lhe penetravam sem custo o sentido; ou então, o que era muito mais commum, substituiam instintivamente por sons e letras mais familiares o que elle tivesse de exotico e, assim estropiado, transplantava-se o termo para a nossa

lingua. Diversos vocabulos que nos vieram por essa forma criaram raizes e lograram medrar; outros porem foram definhando com o tempo, até desapparecerem. Mortos e esquecidos e inuteis hoje, seria pueril querer insufflar-lhes vida numa era em que boa parte da população já entende e pronuncia outra lingua viva que não a do seu paiz. Os orgãos de linguagem do homem civilisado actual accommodam-se mais facilmente que outrora a sons estrangeiros, e portanto cada vez menos sentiremos necessidade de accommodar os sons estrangeiros aos nossos orgãos de phonação.

Desse processo de crear vocabulos, a que poderemos dar o nome de formação popular, ha exemplos em outras linguas tambem. Em portuguez temos: *araruta* (do ingl. *arrow-root*), *vago-mestre* (all. *Wachtmeister*), *ferro gusa* (all. *Gusseisen*), as já citadas ilhas *Maluco*, etymologia popular por aproximação a um vocabulo existente portuguez, e, na boca de gente illetrada, a rosa *Palmeirão* (em vez de rosa *Paul Neyron*), a *jeronyma* (por *geranium*), etc. Tempo houve em que em lugar de *Xerxes* tambem se podia escrever sem escrupulo rei *Serges* *), talvez por influencia do nome *Sergio.*

Porem o mais curioso é ver o estado a que naquelles bons tempos reduziram o nome de *Bertrand*

*) V. Fernão Lopes, Chr. de D. João I p. 198 (edição do Arch. Hist. Port.).

Duguesclin. Como se sabe, o valoroso cavalleiro veio á Hespanha em 1366 em soccorro de Henrique de Trastamara contra Pedro o Cruel, rei de Castella. Feito prisioneiro pelo Principe Negro, mas conseguindo resgatar-se, volta tres annos depois á Castella e desta vez torna vencedoras as armas de Henrique.

Estes successos eram sobejamente conhecidos em Portugal, cujo rei D. Fernando se achava tambem em luta com Henrique de Trastamara, disputando-lhe a coroa de Castella. Entre os Portuguezes corria portanto de boca em boca o nome de Bertrand Duguesclin. Pronunciavam-no a miudo, mas estropiado, ou, se quizerem, aportuguezando-o a valer. Chamavam ao cavalleiro francez *mossê Beltram de Claquim*, como se pode ver pelas numerosas referencias a elle feitas na chronica de D. Fernando por Fernão Lopes. *Mossê* ou *monsê*, ou, reproduzindo com fidelidade a graphia da chronica, *mosse* ou *monsse*, vê-se hoje perfeitamente que era corruptela de *monsieur*. Mas os Portuguezes daquella epoca depressa perderam a noção precisa do valor e procedencia do termo; primeiro, porque, dirigindo-se a Duguesclin, diziam pleonasticamente: «*Senhor Monsse Beltram* . . .» (v. Fernão Lopes, Chr. D. Fern. p. 171 e 172); em segundo lugar, porque antepunham o mesmo *mosse* tambem aos nomes de personagens inglezes: *mosse Heimom, comde de Cambrig, filho lidemo delrei Eduarte Dhimgraterra, o velho* (l. c. 406 e passim).

Eu poderia adduzir ainda outros argumentos, mas creio que os factos até aqui desenvolvidos deixam fora de duvida que, em comparação dos seculos passados, a nossa situação intellectual em face dos nomes proprios estrangeiros mudou, porem mudou para melhor. O relativo isolamento dos povos de outrora, que só se encontravam para se guerrearem, explica a impotencia de reproduzirem nomes estrangeiros fielmente pela escripta e pela pronuncia. Hoje porem, que outras relações internacionaes existem e mais e mais se estreitam, e são faceis e necessarias as communicações de toda especie, parece-me destampado anachronismo o querer sacrificar denominações cosmopolitas, admittidas por nós e por todas as nações civilisadas, ás formas mumificadas e ha muito tempo esquecidas nos escriptos de velhos autores. Seria em todo o caso anodina a tentativa de reanimação; no seculo XX não ha fanatismo capaz de restaurar, de impor a ninguem *Preamua* e *Piteus* e *Beltram de Claquim* e *Maluco* e outras preciosidades do mesmo quilate.

So' as corruptelas e aportuguezamentos que se insinuaram na lingua, nella se implantaram e ainda hoje persistem consagradas pelo uso geral é que lograrão viver para o futuro. Isto, referido particularmente aos nomes de localidades, mostra bem quaes sejam as excepções á seguinte regra internacional:

Os nomes proprios geographicos das nações que, na sua escriptura, empregam os caracteres latinos (quer os redondos, quer os chamados goticos) serão escriptos com a orthographia de seus paizes de origem*). Assim escrevemos *Londres* (e não *London*), mas *Wight*, *Windsor*, *Liverpool*; *Florença* (e não *Firenze*), *Milão* (e não *Milano*), mas *Fiesoli*, *Civitavecchia*, *Chioggia*; *Marselha*, mas *Toulon*, *St. Etienne*; *Vienna* (e não *Wien*), mas *Königgrätz*, *Reichenberg*.

Não obstante a regra, costumamos representar ás vezes algo alterados certos nomes geographicos de paizes cuja lingua ainda é quasi completamente ignorada dos povos latinos. Dá-se isto com os nomes scandinavos. As letras *ø* do dinamarquez e *å* do sueco são substituidas respectivamente por *ö* e *a* não só por serem ellas estranhas ao nosso alphabeto e significativas apenas para os raros individuos que entre nós têm a curiosidade de estudar aquelles idiomas, mas ainda por faltarem em muitas de nossas caixas typographicas. Outras vezes a reproducção exacta da palavra induz a falsear-lhe a pronuncia; assim por exemplo o scandinavo *skär* seria lido por nossos estudiosos *skér*, quando deve soar *xér*. Mas

*) Podemos incluir nesta regra os nomes gregos, os quaes, como se sabe, se transcrevem por meio de caracteres latinos segundo preceitos muito conhecidos de que aqui não tratamos.

taes infidelidades não passam de expedientes provisorios destinados a desapparecer quando melhor soubermos tornar accessiveis aos estudantes de geographia as particularidades de escripta e pronuncia dessas interessantes linguas com que actualmente pouco lidamos.

Os nomes oriundos de lingua que não se utilisa dos caracteres latinos (romanos ou goticos), nem dos gregos, escrevemol-os tomando por base a pronuncia local ou a da lingua official do respectivo estado. Está bem visto que ficam exceptuados os nomes aportuguezados desde longa data em voga e sobre cujo emprego não se hesita. Seguem esta norma, ou procuram seguil-a, tambem os Francezes, Inglezes, Allemães, Italianos etc., respeitadas as excepções respectivamente impostas pelo uso á semelhança do que se dá em nossa lingua.

Os nomes do idioma russo, cujo alphabeto é uma mistura de caracteres latinos, gregos e symbolos especiaes, costumamos represental-os segundo um systema convencional de transcripção desses caracteres, ligando-se menos importancia á pronuncia do vocabulo, v. g. *Orel*, *Odessa*, que em russo se pronunciam *ariol, adiessa.*

A regra ha pouco formulada, que manda escrever os nomes conforme a pronuncia, tem larga applicação para os nomes geographicos da Asia e Africa. Mas

a representação dos sons é apenas aproximativa; não se procura distinguir rigorosamente todas as pequenas differenças phoneticas, do contrario seriam insufficientes as 25 ou 26 letras do alphabeto, simples ou combinadas, e teriamos de recorrer a um systema de signaes excessivamente complicado.

Apesar desta simplificação, ha difficuldades de ordem pratica. A principal dellas nasce do facto de não serem certos sons representados de um só modo nas diversas linguas romanicas e germanicas. Em congressos de geographia se têm discutido o caso e homens competentes apresentaram propostas para resolver o problema; mas até agora ainda não se chegou a resultado satisfatorio. Todos os esforços convergem entretanto no sentido de se crear e adoptar um systema internacional, fazendo-se abstracção das regras orthographicas peculiares a cada lingua européa. Para alguns casos como que já existe uma convenção tacita, por exemplo o emprego da letra *k* em um numero incalculavel de nomes orientaes, o grupo *ts*, e a combinação *ng*, que indica som differente de *n*, usada em uma multidão de nomes chinezes.

Richthofen propunha que se escrevesse *sh* e *tsh* em vez do allemão *sch* e *tsch* (ingl. *sh* e *ch*, franc. *ch* e *tch*). Seria preferivel essa graphia uniforme á diversidade de escripta, do mesmo modo que um systema metrico de uso universal é superior a systemas de pesos e medidas differentes para cada

paiz. O Sr. Gonçalves Vianna todavia em sua obra favorece o particularismo quando suggere que os Portuguezes por sua vez, attendendo á tradição da sua lingua, devem representar aquelles sons respectivamente por *x* e *ch*. E' o que se chama augmentar a balburdia. Vejamos. Adoptando a proposta de Richthofen, todas as nações que se servem do nosso alphabeto escreveriam sem excepção *Shanghai*, *Tshung-king*. Seguindo a orientação do Sr. Vianna, cada paiz insistirá em puxar a brasa a sua sardinha e, substituindo as tres primeiras letras do primeiro nome e as quatro primeiras do segundo, o francez escreverá *Cha-*, *Tchu-* (ou *Tchou-*); o inglez *Sha-*, *Chu-* (ou *Choo-*); o allemão *Scha-*, *Tschu-*; o italiano *Scia-*, *Ciu-*, o portuguez finalmente *Xa-*, *Chu*. Isto sem contar a multiplicidade de operações a que *ipso facto* fica sujeita a parte restante daquelles nomes.

E' certo que as linguas européas regulando-se cada qual pela orthographia que lhe é propria, pela cartilha «de casa», vêm facilitar aos meninos de escola dos paizes respectivos a pronuncia desses nomes do Extremo-Oriente e outros. Longe de mim negar igual direito á lingua portugueza; mas neste caso competia-nos attender ao que se ensina em nossa cartilha nacional e representar a pronuncia das consoantes em questão por *ch* e *tch* ou então por *x* e *tx*, e não como quer o Sr. Vianna. Pelas nossas regras de soletração *ch* e *x* seguidos de vogal soam exacta-

mente do mesmo modo, isto é, pondo de parte os outros valores que a letra *x* ás vezes tem. A differença assignalada pelo emerito phonetista, dando a *ch* valor de *tx*, não está ao alcance de qualquer pessoa e com certeza não a apprehendem os escolares que vão começar o estudo da geographia. Aproveita unicamente aos iniciados em questões de pronuncia do portuguez antigo e aos dialectologos.

Em verdade não acredito que uma criança, ao ler a palavra *Chad* (exemplo do Sr. Vianna), jamais pronuncie *Tchad*, se lhe não ensinaram a dizer *Tchina*, *tchá*, *tchuva* por *China*, *chá*, *chuva*. Regulamo-nos pela pronuncia normal portugueza, e não pelos provincialismos; temos pois o rigoroso dever de graphar a consoante *t* onde a pronuncia o exija, ao transcrevermos nomes de escripta desconhecida.

Lamenta o autor da «Orthographia Nacional» que a maior parte da antiga nomenclatura vá cahindo em desuso ou sendo menosprezada. Por minha parte entendo, ao contrario, que é caso para nos congratularmos pelo progresso. Quem quizesse verificar por exemplo num mappa moderno da Asia as localidades a que se referem os nossos quinhentistas, procuraria debalde grande parte dellas. Imaginemos que se acha aberta diante de nós a carta da China do atlas de Andree. Identificaremos, embora com algum esforço, *Kwei-tschou* com *Quicheu* de João de Barros, *Kwang-si* com *Quancij* do mesmo autor, *Sze-*

tschwan com *Sujuam*, *Tschekiang* com *Chequem;* mas as provincias que nas Decadas vêm mencionadas pelos nomes *Quincij*, *Cansij*, *Xianxij* e *Sancij*, não saberiamos distribuir devidamente pelas denominações do mappa *Kiang-su*, *Kan-su*, *Kiang-si*, *Schang-si*, *Schen-si*. Aqui já não é facil a distinção; bom é que ao menos as graphias das Decadas repousem em paz.

Fernão Mendes Pinto varias vezes nos fala do porto de *Liampoo*, onde elle esteve (e em que lugar da Asia não esteve o Fernão Mendes?); mas esse nome não figura nem deve figurar no mappa, porque está errado. «Cidade de *Nimpó*,» diz João de Barros (3, 2, 7), «a que os nossos corruptamente chamam Liampó». Mais um nome deturpado alem dos outros, de que anteriormente tivemos algumas amostras. Deviam na verdade os homens de outrora ter mui desenvolvida a bossa das corruptelas. O proprio Barros mais de uma vez hade ter copiado, sem o saber, alheios erros. *Bubac* (Dec. 2, 10, 6) por *Abu-Bekr*, por exemplo, não é um modelo de perfeição.

Dos varios casos examinados nas paginas precedentes decorre que os que seguem á orientação da «Orthographia Nacional» no tocante aos nomes proprios em geral, não só ligam ao aportuguezamento antigo uma importancia que elle não tem, mas ainda tomam-no como ponto de partida para fecundar difficuldades em vez de idearem processo capaz de

pôr termo ás já existentes. Que se mantenha o que está em uso, comprehende-se; mas abstenhamo-nos de andar á caça de reivindicações inuteis. De modo nenhum entendo que as velhas formas estropiadas de nomes proprios, não admittidas hoje, façam «parte essencial do lexico nacional, tão essencial como as demais dicções da lingua patria». Nem tão pouco me parece que devamos aspirar a ver os nomes peregrinos de admissão recente pautados, na escripta, pelos de introducção antiga mais ou menos aportuguezados (V. Orth. Nac. p. 236).

Lembro ao contrario esta reflexão mui judiciosa expressa no Congresso de Geographos de 1893: «As relações sempre crescentes e o intercambio intellectual entre as nações obriga-nos a considerar os nomes geographicos não já como fazendo parte da lingua da pessoa que fala ou escreve, mas como propriedade internacional da humanidade. A sua escripta e pronuncia, exceptuadas algumas poucas formas tradicionaes, não mais deve oscillar de nação para nação, mas fixar-se pelo menos em sua forma principal, ainda quando formas secundarias em muitos casos continuem a existir» *).

* * *

Concentremos agora a attenção no exame de nomes geographicos agrupados o mais possivel por

---

*) Köppen, Die Schreibung geographischer Namen.

provincias linguisticas e submettamos a estudo comparativo outros que andam esparsos e a proposito de cuja escripta se têm suscitado duvidas.

Nomes francezes. — Podemos deter-nos a examinar um pouco o mappa da França. Para esse paiz convergem os olhares dos que sinceramente quereriam ver convertidos em boa moeda portugueza tudo quanto traz um cunho estrangeiro.

Os mares que servem de communicação aos diversos paizes prestam-se, pelo seu caracter internacional, a ter nomes traduziveis. Ao norte da França porem estende o Oceano um braço cuja feição caracteristica, observada por Francezes, nos escapou a nós e fez com que a lingua portugueza tivesse a infelicidade de arranjar para a denominação originaria uma traducção aleijada e sobremodo ingenua. Contornado pela França e Inglaterra, elle tem a forma da *manga* de uma camisa ou de um gibão. D' ahi o nome *la Manche.* Nós outros fomos descobrir não sei em que diccionario o termo *mancha* como seu equivalente.

Passemos agora ás ilhas. *Corse* traduzimos por *Corsega.* Ahi começa e ahi finda a nossa habilidade. *Ouessant, Groix, Belle Ile, Noirmoutier, Ile d' Yeu, Ré, Oléron* etc. estão a supplicar pela mercê de Deus que as traduzam uma por uma os defensores do aportuguezamento e que ponham, se forem capazes, os novos nomes em circulação.

Vejamos os rios. Dir-se-á que, mudando as terminações *-e*, *-gne* para *-a*, *-nha*, ficam mais ou menos traduzidos: *Garonna*, *Dordonha* etc. Primeira objecção: traduzir *Loire* por *Loira* é cousa tão disparatada como suppôr que o vocabulo francez *manche* signifique *mancha*, com a aggravante que poucos estão dispostos a aceitar a imposição da forma *Loira*, emquanto que o termo proprio *Mancha* por descuido se implantou no uso geral e a rectificação aqui importaria romper com este uso. Pelas leis phoneticas *oi* francez não dá o ditongo *oi* em portuguez. O nome que os Romanos davam ao rio em questão era *Liger*, vocabulo latino que está para *la Loire*, assim como *Niger* está para *noire*, m. *noir*. Quer isto dizer que uma traducção bem feita seria em nossa lingua, á semelhança de *negro* = *noir*, *Legro* = *Loire*, o que vem corroborado pelo nome *Legrum* que tambem se deu ao rio (no anno de 1090).

Longe de mim o deixar de preferir o nome francez, escripto e pronunciado á franceza, a toda e qualquer adaptação á nossa lingua. O que porem cumpria accentuar é que, se tal adaptação fosse de absoluta necessidade, sempre tinhamos uma forma que dispensa o muito insensato «Loira».

A segunda objecção a quem creia na traduzibilidade dos nomes de rios é que ahi ficam incolumes *Doubs, Adour, Meurthe, Oise, Aube, Aisne* e muitos outros. *Rhône* com a forma *Rhodano* fornecida pelo

latim deixa-nos de novo ver um raio de esperança. Mas, rio acima, o céu torna a anuviar-se; esbarramos com o *Saône,* palavra cuja solução em vernaculo tem ares de logogrifo. Ou estará alguem disposto a pôr em circulação o nome originario latino *Saucōna?*

Das denominações das antigas provincias prestam-se em geral a um accommodamento plausivel as que conhecemos mais pelo estudo da historia do que pelo da geographia; mas por outro lado não ha maneira de tornear para o nosso gosto v. g. *Poitou, Angoumois, Saintonge, Artoix, Foix, Limousin, Maine.*

Passemos aos nomes de cidades. Deixando de parte o da capital de França, temos em portuguez, incontestavelmente *Marselha,* e contestavelmente *Bordéos* (ao lado de vinho Bordeaux) mas d'ahi por diante procurar nomes ageitados ao nosso idioma é como quem anda á cata de trevo de quatro folhas. Não ha duvida que escrevemos *Lyão* por *Lyon,* e, com certa boa vontade, *Avinhão* por *Avignon.* Mas será regra substituir a terminação franceza *-on* por *-ão?* Não parece. Em *Toulon, Dijon, Mâcon, Chalon, Montluçon, Bourbon, Alençon, Arcachon, Laon, Voiron, Besançon,* muito se respeita a graphia franceza.

Admittamos entretanto que venha a moda de escrever «Tulão» ou «Tolão» e outras bellezas do mesmo genero, amoldando assim uma ou duas duzias de nomes á escripta excepcional de dois unicos; e demos de barato que, alem dos já mencionados

Marselha e *Bordéos*, se nos deparem na carta da França ainda uns seis ou dez nomes de cidades, que se possam, ou devam, proferir e escrever á portugueza. Que significa isto? Nada mais do que um minusculo grupo de excepções; nomes accommodados ao nosso paladar, mas que se afogam no meio de mais de 3000 nomes francezes intraduziveis semeados pela superficie de uma carta cuja escala nem por isso é muito grande.

E é ainda a França quem nos dá uma lição de cortezia para com as denominações creadas por uma lingua que não é a da nação. A ilha de Corsega ha mais de um seculo passou para o dominio francez; mas os nomes das localidades ainda hoje (v. o mappa de Vidal-Lablache) continuam a ser escriptos em lingua italiana. Mencionarei, d'entre muitos, apenas *San Lorenzo* e *Porto Vecchio*. Era tão facil o afrancezamento, e neste caso uma nacionalisação muito legitima. Entretanto, respeitou-se o que estava. E nós os que falamos o portuguez teriamos por ventura o direito de tirar áquelles nomes a forma peregrina? Seria a ingenuidade de quem quer ser mais realista que o rei.

Württemberg, *Nürnberg*, *Heidelberg*, *Königsberg* etc. — Suggere o Sr. Gonçalves Vianna o alvitre de aportuguezar esses vocabulos, substituindo *-bergue* a *-berg*, e para que não pareça novidade a idéa de alterar nomes allemães, diz que «o uso hespanhol é accrescentar-lhes *a* ficando femeninos». Seria um

mau exemplo, que estamos desobrigados de seguir. Mas este mesmo precedente não tem as proporções que o Sr. Vianna julga. *Berg*, em portuguez «monte», entra na formação de muitissimos nomes de localidades allemans; entretanto, dos livros geographicos e mappas hespanhoes não se conclue haver tal predilecção para alterar a escripta teutonica. «Nuremberga», em que naturalmente pensou o Sr. Vianna, parece-me caso unico.

O illustre phonetista comprehendeu o perigo da innovação limitada á parte final dos nomes quando pondera: «E' conveniente tambem que, todas as vezes que se romanisem as terminações, o primeiro elemento do vocabulo perca as suas feições germanicas». E, de accordo, escreve «Nurimbergue» e deforma o allemão *Württemberg* em «Vurtembergue», ageitamento este a que ainda não se abalançou nem o hespanhol com a sua facilidade simplificadora nem o italiano com a sua irreverencia a bastantes nomes estrangeiros.

Como quer que seja, a troca de *W* por *V* denota o intuito de ser coherente. Mas por isso mesmo lamentamos que a exemplificação não vá alem de dois casos. *Heidelberg* provavelmente seria transformado em «Haidelbergue»; já em *Königsberg* começa o nosso embaraço. *K* é letra estranha como *W; gs* não dá, boa combinação em portuguez. Escreveriamos «*Coniguesbergue?*» Maior ainda é a nossa perplexidade ante *Schlossberg*, nome com que na Alle-

manha se designa talvez uma duzia de localidades. Segundo os conselhos do proprio Sr. Gonçalves Vianna, o grupo inicial de letras desse vocabulo transcreve-se por *x;* e *ss* ou *sz* allemão por *ç*. Teremos portanto, se não me engano, esta transcripção: *Xloçbergue*. Ora força é confessar que isto não tem a minima feição de vocabulo portuguez; é um conglomerado de consoantes unidas com vogaes, impossivel em nossa lingua. A crear monstros desta ordem, embora filhos de um raciocinio exacto, não seria mil vezes preferivel escrever o termo tal qual se escreve em allemão? Que vantagem ha em estropiar ao mesmo tempo o allemão e o portuguez? Para que o duplo assassinio?

A lingua alleman ensina-se hoje em dia nos collegios. Não carecemos de aportuguezamentos discutiveis dos nomes dessa lingua: tanto dispensamos o «Nurimbergue» do Sr. Vianna, como a «Nurumberga» de João de Barros (Dec. 3, 2, 7). Com a escripta genuina de localidades da Allemanha familiarisa-se o estudante na aula de geographia; a pronuncia não é difficil de averiguar.

Conservemos pois intactos os nomes em *-berg,* como os terminados em *-heim*, *-feld* (cf. ingl. *field: Sheffield)*, *-bach* e tantos outros. A penetrarmos com o nosso accommodamento linguistico o territorio dos Teutos, invada-se tambem a Inglaterra, os Estados-Unidos e a propria França. Procurem-se, em graphia

portugueza, succedaneos para *Southampton, Brighton, Washington, Newhaven, Wight, St. Cloud, Chateaudun, Montrouge, Puteaux, Courbevoie, Auteuil, Chateauroux, Soissons* etc.

Os nomes terminados em **-burgo.** — Muito digna de applausos é, ao contrario, do ponto de vista da simplificação a proposta do Sr. Gonçalves Vianna quanto ao uso da forma portugueza *-burgo,* que põe termo á hesitação entre o allemão *-burg*, o francez *-bourg,* e o inglez *-burgh.* Naturalmente com a condição de não soffrer mudança profunda a primeira parte dos respectivos nomes proprios. O aportuguezamento da parte final já se pratica com os vocabulos *Hamburgo, Magdeburgo, Luxemburgo, Limburgo, Edinburgo*, *Friburgo*, *Strassburgo*, *S. Petersburgo.* Vacilla-se, ás vezes, ante nomes menos conspicuos, mas parece que a relutancia poderá vencer-se, tratando-se de nomes de cidades e paizes *).

E' entretanto conveniente uma restricção quanto *Wartburg, Königsburg* e outros, frequentes na Allemanha e Austria, em que o termo *Burg* se limita a designar «castello». Nós não usamos hoje o termo *burgo* significando uma edificação isolada, e a romanisação desses nomes teutonicos inevitavelmente havia de suggerir a idéa de cidade, provincia ou paiz.

Em se tratando de cidades inglezas, o aportu-

---

*) Custará talvez mais para os nomes scandinavos: *Uleaborg, Sveaborg* etc.

guezamento tem de cingir-se á terminação *-burgh*. Vocabulos formados com as variantes *-borough*, *-bury* (originariamente o mesmo que «burgo») conservam-se intactos: *Queenborough*, *Scarborough*, *Marlborough*, *Queensbury*, *Shrewsbury*, *Salisbury*, e outros. Para um desses nomes, *Canterbury*, existe uma romanisação aparte assaz conhecida, mas dispensavel hoje em dia. O idioma inglez não é, como outrora, livro de sete sellos para os povos que falam o portuguez. Tantos nomes da Gran-Bretanha somos forçados a escrever como lá se escrevem; e *Canterbury* é seguramente um daquelles cuja escripta nos causa menos embaraços. Nada perdemos portanto em abrir mão de *Cantuaria*, como não se perdeu em votar ao esquecimento a velha forma *Conturbe*, mencionada na Demanda do Santo Graall.

Amsterdam, *Rotterdam*, *Schiedam*, *Zaandam*. — Esses quatro nomes hollandezes têm de commum o serem formados do nome de um rio, de accordo com a situação da respectiva cidade, e a palavra *dam* (pronuncie-se o *m* como em francez *dame*, e não nasalisando a vogal como se fora *dã*), palavra que significa «dique». Este segundo termo componente é mister que o conservemos inalterado, e não estaremos em paz com os nossos habitos de coherencia se sacrificarmos a escripta e pronuncia em parte daquelles nomes.

Não é o acaso que aqui reune as quatro cidades.

Schiedam, na confluencia do Schie, e Rotterdam, na confluencia do Rotte, situadas ambas á mesma margem do Novo Mosa, distam apenas 4 kilometros uma da outra. Ora, dizer que levamos tantos minutos de trem para ir de «Rotterdão» (com *-dão*) a Schiedam (com *-dam*) repugna visivelmente. Densa bruma que encubrisse para sempre aos nossos olhos a cidade menor, libertaria do embaraço de resolver o caso a quem já tenha aconselhado a escriptura estropiada da outra. Não sendo assim, resta a elle, como solução unica, a rasoura do aportuguezamento geral, ainda que errado, no fim das palavras *). Mas «Schiedão» dá uma graphia hybrida insupportavel; logo terá de recommendar «Xidão,» roupagem tão formosa, que nunca mais ninguem encontrará nos mappas a cidade que aquillo representa. Se, não obstante, a substituição das letras iniciaes for aceita para o caso, *Scheveningen* e todas as outras que começarem por *Sch* reclamam.

A pouco menos de duas leguas ao norte de Amsterdam jaz a cidade de *Zaandam*. Não a podemos passar em silencio. Terá interesse em saber esse nome quem houver de narrar a vida de Pedro I da Russia. Foi ahi que o grande monarcha, trajando vestes de operario, aprendeu a construir navios. O facto é conhecido; mas a cidade tem figurado errada-

*) *Damo* lembraria a palavra hollandeza *dam*, melhor do que *dão*.

mente na historia sob o nome de *Saardam.* As obras historicas modernas, as de geographia, os mappas, restabelecem o verdadeiro nome de Zaandam. Ora se alguem se lembrasse de fazer acompanhar a esta restauração do nome certo e exacto, um ageitamento qualquer á portugueza, um estropiamento, em summa, com a só lembrança de o fazer cahiria decididamente no ridiculo. Não se restituem obras alheias, não se corrigem formas que nada nos competem, começando por deformal-as.

Buckingham, Birmingham, Sydenham, Sandringham etc. — Na Inglaterra vê-se melhor o risco que se corre quando se quer rebaptisar e converter á religião portugueza nomes de cidades conspicuas. Se realisassemos a platonica conquista, naturalmente só para o nosso exclusivo uso domestico, dariamos ao mundo o triste espectaculo de singular inepcia para soletrar nomes estrangeiros. Fieis á tradição dos nossos classicos e ante-classicos, mostrariamos que continuavamos no seculo XX igualmente fieis á ignorancia delles.

Os nomes inglezes que aqui citamos são todos compostos do antigo *ham* (confronte *home,* e all. *heim*), que significava «lar,» «domicilio,» «patria» etc. Era a habitação de certa gente, o povoado, mais tarde villa e cidade. Em *ham* soa o *m* final exactamente como no hollandez *dam.* Ora se não mudamos a graphia em *Birmingham, Buckingham,* exige a boa

logica que não a alteremos tão pouco em *Amsterdam* e *Rotterdam*.

Um chronista do seculo XIV que do seu somno de morte despertasse um momento para escrever nomes inglezes e adormecesse logo depois, não duvido que escreveria cidade de *Bermenhom*, *Bermenham* ou *Bermengom*, *Cidenam* ou *Cedename*, *Candrinheme* ou *Sandrim Heme* ou cousa semelhante. Mas por esgotar elle nesses accommodamentos todo o seu saber, seriamos nós forçados a abdicar as aptidões adquiridas e aperfeiçoadas com os progressos modernos? De puro respeito e acatamento, iriamos fingir ignorancia dos rudimentos de uma lingua estrangeira? Praticariamos, de medroso culto pelos antepassados, o suicidio intellectual?

Sustenta o autor do «Novo Diccionario» que Amsterdam e Rotterdam não são formas portuguezas. E'este exactamente o nosso pensar. Ellas o que são é hollandezas, como são inglezas as outras.

Assam, Annam, Siam e nomes asiaticos em **-ão.** — Rarissimos nomes geographicos da Asia escrevemos, sem hesitar, com *-ão* final: *Japão*, *Cantão*, *Damão*, *Ceilão*, *Jordão*, *Hindostão* *). D'ahi por diante começa a incerteza ou a graphia decididamente diversa. Já

---

*) Não me occupo de nomes de localidades que figuram nas chronicas quinhentistas, mas que perderam a importancia ou foram substituidos por outras denominações.

ao lado de *Hindostão* (devera ser *Hindostan*) temos a peninsula do *Dekhan*, que não nos decidimos a escrever «Decão». Conservamos o nome biblia *Jordão*, mas com flagrante incoherencia, quando, por outro lado, preferimos a forma *Chanaan* a «Canão», que Gil Vicente rimava com «perfeição» e «conjunção». O nome *Cantão*, que se dá a uma cidade da China, tem uma historia bem curiosa. E' um ageitamento aceito na Europa (salvo novos ageitamentos: *Canton, Kanton*), que os Portuguezes fizeram com o termo chinez *Kuangtung* (= «Largo Oriente»), nome não da propria cidade, mas da provincia costeira de que ella é capital e porto. A cidade chamam-lhe os Chins *Kuang-tchu-fu.*

Quand tout le monde a tort tout le monde a raison, e, errados ou não, continuaremos a escrever, como o temos feito até agora, os poucos nomes *Cantão*, *Damão*, *Japão*, *Ceilão*, *Jordão*, *Hindostão.* Consideremol-os todavia como casos excepcionaes, pois que nos abstemos de aferir pela mesma craveira os milhares de nomes asiaticos terminados em *a* seguido de consoante nasal. Asia é dos Asianos e, em rigor, deveriamos graphar cada nome proprio de accordo com a pronuncia do respectivo povo. Mas como nos é impossivel conhecer os diversos idiomas, cumpre adoptar outro criterio: aceitar, em vez da graphia nacional, que não se apura, a graphia internacional para todos os vocabulos a respeito de cuja

escripta vacillarmos. E' o criterio mais simples e mais seguro. Onde elle falha, falham todos os mais.

Accommodar vocabulos exoticos ao uso especial de um povo, v. g. o luso-brasileiro, é um alvitre detestavel. Dá, já o dissemos, igualmente a Francezes, Inglezes, Allemães ou Russos o direito de puxarem cada qual para seu lado a escriptura dos nomes, como já o fazem com a posse das terras orientaes. Seria um estimulo para uma balburdia em que ninguem se entende, e contra a qual se têm trabalhado seriamente nos congressos de geographia.

Sendo assim, a duvida entre *Assam*, *Annam* e *Siam* e, de outro lado, *Assão, Annão* e *Sião*, deve ser decidida a favor da primeira maneira de escrever. Algum embaraço parece suscitar *Siam*, nome de um reino da Indo-China, o que se explica pela influencia do termo biblico *Sião*. Em vez de os identificar ha, ao contrario, maior razão para distinguil-os: *Sião*, dá o derivado *Sionita*; ao passo que de *Siam* formamos directamente *Siamez*, como de *Annam, Annamita*.

Segundo o modo de estudar as questões orthographicas, aqui seguido, tenho por escusado citar escriptores quinhentistas; mas quanto ao termo *Siam* cumpre corrigir uma informação falsa que se encontra no Diccionario de Candido Figueiredo. O autor, querendo patronisar a graphia em *-ão*, argumenta com João de Barros, que em um dos capitulos das Decadas teria escripto «Sião». Não é exacto; não

se encontra tal passagem na edição feita em vida do autor. Na Decada 3.ª, livro 2.º, capit. 5 (a que C. F. se refere) encontra-se unica e exclusivamente a forma *Siam* 20 vezes; e podemos accrescentar que na Decada 1.ª, livro 9, cap. 1, lê-se *Siã* e *Syam* (6 vezes).

Quando não se sabe ser escrupuloso e verificar as citações com que se argumenta, presta-se com o silencio um serviço duplo: aos mortos, deixando-os em paz; aos vivos, não lhes apontando o caminho errado.

O Sr. Gonçalves Vianna, phonetista circumspecto, referindo-se a F. Mendes Pinto, suspeita que o *m* final representasse a nasal postero-palatina em muitos vocabulos asiaticos — malaios, chinezes, bramás, siamezes etc., á semelhança do *ng* final em allemão e inglez. E, neste presupposto, os nomes terminados nas antigas edições em *-am*, teriam sido indiscretamente uniformisados na escripta *-ão*, que lhe parece inexacta, «não só porque mal representa a pronuncia de taes nomes para portuguezes, mas ainda porque, em virtude dessa temeraria interpretação, se attribuem aos escriptores antigos transcripções que elles não quereriam fazer como as lemos actualmente» *).

Nomes asiaticos em ***-an.*** — Pela Asia Occidental e Central, principalmente no Iran, existe uma infinidade de nomes em *-an*, que ninguem se lembraria

*) Orthographia Nacional pag. 134.

de escrever com *-ão*: *Teheran, Ispahan*, o proprio termo *Iran, Oman* (terra, golfo e mar), *Feridan, Hamadan, Kirman, Gilan, Masanderan* etc. Não ha motivo para divergir desta norma, quanto aos nomes formados com a terminação persa *-stan: Kurdistan* («terra dos Kurdos»), *Farsistan, Luristan, Kuhistan, Afghanistan, Beluchistan* (ou *Baluchistan*) etc. Objecta-se-á com o vocabulo *Hindostão* ou *Indostão* que, realmente, é formado do mesmo modo. Mas o facto de se ter insinuado em nossa lingua uma corruptela não justifica o irmos corromper deliberadamente outros nomes tambem. João de Barros (Dec. I, 4, 7) informa: «E assi a gente Persea a ella vizinha, ao presente per nome proprio lhe chamão *Indostan*», e ainda na mesma Decada (Livro 9, 1) escreve 3 vezes *Indostan*. Se por conseguinte quizessemos restabelecer esta escripta, não estariamos a escrever nenhuma forma barbara, como pretende o autor do citado Diccionario. Abstrahindo mesmo da graphia de Barros que, convem lembrar, não seguimos cegamente, mórmente quando sabemos que os quinhentistas andavam longe da preoccupação continua de representar nomes proprios com orthographia impeccavel, parece que não ha motivo para estranhar que palavras persas, ou outras, se escrevam com *-an*. Forma barbara? Boa duvida. Se a Asia toda é povoada por barbaros, porque é que os nomes das localidades não hão de ser barbaros tambem?

E, depois, é inexacto que em vocabulos portuguezes só se tolere o ditongo nasal -*ão* no fim. Alexandre Herculano escrevia *lan*, *maçan*, *ran*, *irman*, *christan*, *talisman*, *afan*, *divan* etc. E não era nenhum hindu ou persa. Recommendar implicitamente a graphia *talismão*, *divão*, *afão*, *lão*, *mação* etc. é que é barbaridade descommunal. Para aquelles que não se dão bem com a graphia -*an* final, o remedio é outro. Costumam empregar -*ã* no fim das palavras.

Nomes chinezes em -an, -ang, -ing, -ong, -ung. — A escripta chineza representa, como é sabido, cada palavra por um signal especial. As terminações que aqui indicamos por meio de letras do nosso alphabeto, exprimem apenas uma convenção européa. A pronuncia de vogal seguida de *ng* é exactamente como em nossa lingua a vogal acompanhada de *m* ou *n*; e, muito de accordo com a pronuncia, implantou-se em portuguez a escripta de tres nomes *Pekim*, *Nankim*, *Tonkim*, emquanto que em innumeros outros se escreve o elemento *king* com *ng* em vez de *m*. Acode naturalmente ao nosso espirito este raciocinio: porque não havemos de generalisar e substituir por toda parte *ng* por -*m*? Ninguem o fez até agora, e parece-me que ha suas vantagens praticas em continuarmos a ser incoherentes na China. Assim é que temos de diversificar de *king* («cidade») o vocabulo *kin* («perto» ou «novo»), cujo *n* final soa como

consoante distincta, e parallelamente a *kuang* temos o vocabulo *kuan* de pronuncia e significação differente. *Shan* «monte», «serra» (cf. *Shan-si* = oeste dos montes) não é o mesmo que *Shang* «cidade» (cf. *Shang-hai* = cidade junto ao mar) *). Não será talvez o melhor modo de differençar, mas em todo o caso é uma differença orthographica.

Quem se der ao trabalho de examinar uma boa carta do Imperio Chinez notará, naquelle oceano de nomes, grande parecença entre muitos delles. Ora se uniformisassemos as terminações nos compendios de geographia escriptos em nossa lingua (cartas ou mappas que prestem, não possuimos por emquanto em portuguez), conseguiriamos apenas augmentar a confusão ainda mais. E sabe Deus quantas surpresas nos preparariam os diversos systemas de transcripção. O nome *Yang-tse-Kiang* faziam-no os moderados soffrer a metamorphose *Yan-tse-Kian;* na mão dos radicaes virava-se em *Jão-zé-quião* ou cousa que o valha. *Hoang-ho* («rio Amarello») transfigurava-se por ventura em *Hoão-hó*, caso se não mascarasse em *Uão* ou *Vão-hó.*

Mais directamente nos interessa entretanto o destino orthographico que a faina reformadora reservará para o rebarbativo *Hong-kong.* Nome chinez não é: devera ser *Heang-keang.* Nome christão ainda menos. Occupa o telegrapho internacional fre-

*) Sobre a pronuncia de *n* e *ng* veja-se *Kainz, Grammatik der Chinesischen Sprache*, pag. 7.

quentemente. Ninguem protesta, ninguem reclama. Ilha vizinha da já em nome civilisada Cantão, admira que não lhe tenha ciume. Caso não deva ella continuar a viver sem o baptismo europeu, haverá aqui ou em Portugal padrinho que se lembre de um nome mais melodioso do que Hongkong, de cousa mais bonita para o ouvido e para os olhos?

«Abessinia» e não «Abyssinia.» — Appellidaram os Arabes por desprezo esse paiz *beled el Habech* (ch = x) ou *beled el Habcha,* que é como quem diz terra de mistura de povos, isto é, gente impura ou de origem desconhecida. Os indigenas repellem naturalmente o insultuoso nome e chamam-se a si *ethiopes*, e ao paiz *Ethiopia.* Do termo arabe formaram os Portuguezes o vocabulo *abexim* (Barros, Dec. 2, 8; 3, 4: *os Abexijs* ao lado de *os Abasijs;* Camões, Lus. emprega igualmente *Abexins* e outras vezes *Abassis*). Foi esse vocabulo portuguez que serviu de modelo á moderna forma do nome geographico, o qual não tardou a ser deturpado em *Abyssinia* (com *y*) naturalmente por pairar diante do espirito o latim *abyssus,* que nada tem que ver com a *Abessinia.* Hoje falta-nos uma graphia internacional uniforme; mas já que podemos escolher entre o typo anglo-francez *Abyssinia,* o allemão *Abessinia,* o italo-hispanico *Abissinia,* decidir-nos-emos pela escripta com a vogal *e*, por ser a que mais se aproxima do termo-norma *abexim,* creado pela nossa lingua.

Massaua, Maçuá ou Massuá? — Leitor habituado a só manusear os Lusiadas achará ociosa a questão. Irei mais adiante: Camões foi na esteira do autor das Decadas.

Mas se em João de Barros e Camões lemos *Maçuá* (com *ç*), encontramos por outro lado *Massuá* (com *ss*) em F. Mendes Pinto, na elogiada edição Rollandiana. Qual das duas formas é a melhor? Não se diga que é questão de lana caprina; Gonçalves Vianna e outros insistem em que *ç* e *ss* soavam differentemente e que ainda hoje se devem distinguir na escripta. Logo, *entre les deux mon cœur balance.* E' o peior estado d'alma de quem se esforça por acertar.

Não se daria o caso de tambem haver reinado incerteza entre os proprios quinhentistas e que, só para cortar a questão, se resolvesse cada qual a optar por esta ou aquella graphia? No outro lado do Mar Vermelho, na costa arabica, está uma cidade cujo nome é exemplo disto. Camões chama-lhe *Gidá;* F. Mendes Pinto conhece-a sob o nome de *Judá*, e João de Barros (Dec. 3, 1, 3) consagra um capitulo inteiro á situação e descripção do lugar, chamando-o constantemente *Juddá,* excepto uma vez em que faz a reflexão: «*Juddá* (ou *Gidá* como lhe alguns Arabios chamão»).

Mas voltemos ao caso do *ç* e *ss* (ou *c* antes de *e, i,* e simplesmente *s* no principio dos vocabulos).

Se taes letras correspondiam a sons distintos, os Portuguezes do seculo XVI deviam ter fortes duvidas sobre a verdadeira pronuncia da sibilante na maioria dos nomes orientaes. Nas Decadas lê-se frequentemente *çamorim* (ou transcrevendo escrupulosamente: *çamorij*); nos Lusiadas (edição de 1572) encontra-se esta graphia com *ç* no canto VII, 35, mas em geral a forma usada é *samorim*. Temos *Çocotorá* (Dec. 1, 6, 1) e *Socotorá* (Lus. X); temos *Cincaapura* em Mendes Pinto (1, 43), *Cingapura* em Camões, e num mesmo capitulo de João de Barros (Dec. 1, 9, 1) ora *Cingapura*, *Cimgapura*, ora *Singapura*. Nesse mesmo capitulo o autor das Decadas hesita entre as formas *Çamatra* e *Samatra*; emquanto que nos Lusiadas (canto X) vamos encontrar *Samatra*, e na Peregrinação parece ser *Çamatra* a forma predilecta. *Çunda* é graphia que se encontra a cada momento na Peregrinação; no canto X dos Lusiadas está escripto *Sunda*.

Podiamos proseguir nesse confronto da graphia dos escriptores quinhentistas; mas estes poucos exemplos bastam para provar o quanto é temerario appellar para os «classicos» para decidir do modo de escrever um nome geographico. Se estivessemos adstrictos a resolver por elles a duvida entre *ç* e *ss*, em boa consciencia não poderiamos dizer qual das duas escriptas se deve reputar correcta: *Maçuá* ou *Massuá*.

Na duvida, portanto, nem a mais leve censura recaia sobre quem, desprezando uma e outra forma, chame a cidade pelo nome adoptado por outras nações. *Massaua* pronunciam e escrevem os Italianos, que são os donos da terra; e não antipathisam com a denominação nem Francezes, nem Inglezes, nem Allemães (naturalmente em francez escreve-se *ou* por *u*, mas isto se faz nesta lingua com todos os nomes estrangeiros em que a letra *u* não deva ter o valor de *ü*).

Em favor de quem aceita em portuguez a forma *Massaua*, milita ainda uma circumstancia. Aos Portuguezes do seculo XVI cabe, quando muito, o duvidoso merito de haverem estragado a pronuncia do nome exotico. Não souberam reproduzir a forma originaria *Medsaua* (segundo Egli) ou *Massewa* (Meyer, Konv.-Lex.). Com o seu *Maçuá* ou *Massuá* certo não ficaram mais proximos da fonte do que os geographos de hoje com a denominação *Massaua*.

Aos que se deslumbram com o *ç*, é bom lembrar que, tirando *Moçambique, Mombaça* e *Luçon* (e por ventura mais um ou outro nome de possessão ou fundação portugueza ou hespanhola), a geographia moderna não reconhece virtudes no *ç*, negando-lhe o direito de existencia na Africa, na Asia e na Oceania. Isto sem contar o que vai em boa parte da Europa e mesmo na America.

Os quinhentistas, se resuseitassem, teriam largo

campo para converter *ss* ou *s* em *ç* (ou *c* antes de *e*, *i*), v. g. nos nomes: *Missouri*, *Mississippi*, *Sapucaia*, *Sabará* etc. Mas no estado actual da civilisação é difficil de dizer se com isto attrahiriam, e até que ponto, as bençãos da humanidade.

Indice.